

The cover features a stylized map of South America on the left side, rendered in shades of green and brown. Overlaid on the map is a close-up, textured image of several hands, possibly of different ethnicities, with fingers interlaced. The overall color palette is dominated by earthy greens, browns, and oranges, with a soft, painterly texture. The title 'NOUEVAMERICA' is prominently displayed at the top in a large, bold, metallic-style font.

NOUEVAMERICA

Nº 119

LA REVISTA DE LA PÁTRIA GRANDE

VIOLENCIAS

NUEVAMERICA

ENTREVISTA/ENTREVISTA

Violência(s) 4
Violencia(s)
Paulo Jorge da Silva Ribeiro



CONSTRUINDO CAMINHOS/CONSTRUYENDO CAMINOS 26

Mediaciones comunitarias en conflictos de tierras 28
Territorios Indígenas
Rodrigo Sebastián Solá

A rua como lugar social e de convivência pacífica 34
Náthima Ferreira Sampaio Danel

Mediación socioeducativa: 38
ser educador en un cambio de época
Ana Osimani e Adrián Arias



OPINIÃO/OPINION 46

Repercussões psicológicas da violência urbana 48
Vera Lemgruber



IDÉIAS EM REDE/ IDEAS EN RED 56

A 5 años del informe final de la Comisión 58
de la Verdad y Reconciliación: avances y retos
Sofía Macher

Violência, tolerância e diferença 66
Marcelo Andrade

La violencia contra las mujeres no se reduce al golpe 72
Ángeles López García



PARA REFLEXÃO/PARA LA REFLEXION 76

MOSAICO/MOSAICO 78

Violencia

Según el último informe divulgado por el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), el problema de la violencia está preocupando a la población de América Latina más que la pobreza y el desempleo. Después de una rápida lectura de los diarios de las principales capitales de la región, no fue difícil confirmar esta constatación: muertes en manifestaciones populares; el poder armado de grupos que viven del narcotráfico; fuerzas paramilitares que amenazan el poder del Estado; guerras entre traficantes por disputas territoriales... Hay otras noticias que no suelen ocupar las primeras páginas, pero que también forman parte de nuestra rutina: agresiones contra la mujer; abusos a niños y personas mayores; la violencia silenciosa que existe en la corrupción político-partidaria y la agresión simbólica que respira en la vida escolar, en las relaciones familiares, en los principales espacios públicos nacionales.

La acción de la policía es fundamental pero, sola, no resuelve el problema de la violencia en la región. Es necesario que, en combinación con la fuerza policial, exista un conjunto de políticas sociales. Es indispensable que reconozcamos las diferentes formas de violencia para que, así, seamos capaces de lidiar con los múltiples rostros que la misma posee. Y, principalmente, urge que se le dé espacio al desarrollo de una cultura de paz, que no niegue los conflictos, sino que presente nuevas estrategias para hacerles frente.

Esta edición de la revista Nuevamerica asume riesgos en la discusión de este complejo tema y propone un abordaje diferente al comúnmente encontrado en la prensa: presenta algunas de las muchas caras de la violencia que existen en la región y va más allá, al incentivar un debate latinoamericano que busque nuevos abordajes para enfrentar el problema. Diferentes autores, a partir de sus vivencias profesionales y académicas, presentan reflexiones sobre la importancia de las mediaciones sociales en campos en donde existen conflictos; sobre la retomada del concepto de tolerancia como medio para convivir pacíficamente; y sobre el desarrollo de una cultura de paz que no niegue desigualdades ni diferencias. La revista discute, también, propuestas para las nuevas generaciones que precisan educación y también oportunidades y perspectivas para una vida mejor. Artículos y testimonios apuntan la necesidad de un mayor fortalecimiento del tejido social para que este sea capaz de crear lazos de pertenencia y, consecuentemente, nos permita pensar en una América Latina inmersa en una cultura de paz. Paz social, económica, política y cultural.

E D I T O





Violência

Segundo o último relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o problema da violência já preocupa mais a população da América Latina do que temas como a pobreza e o desemprego. Em uma rápida leitura dos jornais diários das principais capitais da região, não foi difícil confirmar a razão para esta constatação: mortes em manifestações populares; o poder armado de grupos que vivem do narcotráfico; forças paramilitares que ameaçam o poder estatal; guerras entre traficantes na disputa territorial... Outras notícias não costumam ter lugar nas primeiras páginas, mas fazem parte de nosso cotidiano: agressões contra a mulher, abusos contra crianças e idosos, a violência silenciosa existente na corrupção político-partidária e a agressão simbólica existente no cotidiano escolar, nas relações familiares, nos principais espaços públicos nacionais.

A ação da polícia é fundamental, mas, sozinha, não resolve o problema da violência na região. É necessário existir um conjunto de políticas sociais combinadas com a força policial. É preciso reconhecer as diferentes formas de violência, para que sejamos capazes de lidar com suas múltiplas faces. É necessário ainda, e principalmente, haver lugar para o desenvolvimento de uma cultura da paz, que não negue conflitos, mas apresente novas estratégias para se lidar com eles.

Esta edição da revista Novamerica assume os riscos na discussão desse complexo tema e propõe uma abordagem diferente da comumente encontrada na grande imprensa: apresenta algumas das muitas caras da violência existentes na região, mas vai além, incentivando um debate latino-americano na busca por novas abordagens para se lidar com a questão. Diferentes autores apontam, a partir de suas vivências profissionais e acadêmicas, reflexões sobre a importância das mediações sociais em campos onde existam conflitos; o resgate do conceito de tolerância como meio para se conviver pacificamente; e o desenvolvimento de uma cultura da paz que não negue desigualdades e diferenças. Discute ainda, propostas para as novas gerações, que precisam de educação, mas também de oportunidades e perspectivas para uma vida melhor. Artigos e depoimentos que apontam para a necessidade de um maior fortalecimento do tecido social, para que este seja capaz de criar laços de pertencimento e assim, seja possível pensarmos em uma América Latina imersa em uma cultura de paz. Paz social, econômica, política e cultural.

Efeito gráfico s/foto de João Ripper

Violência(s)

Violencia(s)

ENTREVISTA

PAULO JORGE DA SILVA RIBEIRO

Doutor em Sociologia pela UERJ. É professor do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio e pesquisador associado do Laboratório de Análise da Violência da UERJ. Publicou livros e artigos, no Brasil e no exterior, a respeito de temáticas como cidade, cultura e violência. Atualmente realiza uma pesquisa, no RJ, sobre a atuação das milícias na Zona Oeste da cidade.

Doctor en Sociología por la UERJ. Es profesor del Departamento de Sociología y Política de la PUC-Río e investigador asociado del Laboratorio de Análisis de la Violencia de la UERJ. Publicó libros y artículos, en Brasil y en el exterior, sobre temas como ciudad, cultura y violencia. Actualmente se encuentra investigando el accionar de las milicias en la Zona Oeste de la ciudad de Río de Janeiro.



pribeiro@puc-rio.br



Foto João Ripper

NA - *Professor Paulo como você desenharia o mapa da violência na América Latina? As aproximações, as diferenças que existem, considerando os nossos diferentes países.*

PJ - Na América do Sul, por exemplo, nós temos a questão, principalmente da violência urbana, dos conflitos urbanos violentos. Dois países enfrentam gravemente essa questão: o Brasil e a Colômbia.

A Colômbia é um caso absolutamente singular, uma vez que, durante a década de 90, enfrentou taxas de homicídio absolutamente absurdas. Chegou a mais de 80/100.000 habitantes, sendo que a média, vista como tolerável pela OMS, é de 10/100.000 habitantes.

Quando estive em Medellín, conheci a expressão dessa tragédia. Conheci rapazes que trabalhavam no rabeção. Na verdade, não era um rabeção, e sim um caminhão, que carregava, em determinados momentos, mais de 20 corpos. Uma tragédia, fruto dos conflitos entre os grupos de traficantes, ligados ao narcotráfico, paramilitares e os órgãos de defesa, ou seja, uma gama de atores se digladiando de uma forma extremamente cruel.

Havia ainda mais um elemento, as chamadas pandilhas ou bandas de jovens do Sicarato, jovens matadores de aluguel. Uma situação absolutamente caótica, que, parece, foi minimizada nos últimos 12 anos. Os dados indicam que os índices diminuíram. Mais de um bilhão de horas de vida foram poupados nos últimos 12 anos. Como? Em função de três projetos.

Em Bogotá, eu vi uma coisa maravilhosa, gigantesca. Os jovens eram colocados em contato com o computador. A idéia era seduzi-los e depois de um mês, quando eles já tinham se familiarizado com a máquina, o professor perguntava se eles queriam aprender de fato.

Primeiro, o Plano Democrático de Segurança do presidente Uribe que, entretanto, de democrático tem muito pouco. Trata-se do apoio americano de 500 milhões de dólares anuais, embora a Colômbia não receba tudo, porque uma parte desse recurso fica nos Estados Unidos, para aquisição de equipamentos e de material bélico, para treinamento e equipagem do exército colombiano. Tudo isso por causa das FARC. Elas são um grande problema para o Uribe. O Plano Democrático consiste tanto na luta contra as FARC como na inteligência anti-terrorista, uma questão nevrálgica da segurança pública.

Entretanto, a Colômbia conseguiu produzir o chamado Plano de Seguridad Ciudadana, que significa Plano de Segurança Cidadão. São projetos interligados que envolvem os distritos, ligados aos governos

Estaduais e Municípios. São projetos interligados de rede de proteção dos jovens e assim os jovens podem abdicar das armas. Há um enorme projeto para tentar diminuir a evasão escolar dos jovens, principalmente das periferias. Em Bogotá, eu vi uma coisa maravilhosa, gigantesca... Os jovens eram colocados em contato com o computador. A idéia era seduzi-los e depois de um mês, quando eles já tinham se familiarizado com a máquina, o professor perguntava se eles queriam aprender de fato. E só quando a resposta era afirmativa eles passavam a fazer aulas regulares de computação. Eles também passavam a fazer muitas atividades culturais, além de participar de cursos de capacitação. Mas não eram cursos para aprender a fazer vassoura ou espanador. Ao contrário eram oferecidos cursos de web design, eletricidade, mecânica, entre outros. E mais, eles recebiam uma bolsa de 300 dólares. Depois, quando já tinham se transformado em artesão profissional, o projeto encaminhava-os para uma empresa. A rede era completa. Ou seja, o jovem era retirado de uma situação de vulnerabilidade, passava por um processo de formação e finalmente era colocado em um emprego. Isso era e é fundamental.

Em Bogotá e Medellín violência não era só um fenômeno social. Existiam muitas outras formas de violência e essa é uma diferença em toda a América Latina.

O trânsito, por exemplo, em Bogotá era um dos mais caóticos do mundo. Bogotá era São Paulo, em menor escala. Os espaços em Bogotá e Medellín são muito complicados. Mas houve uma mudança cultural. Pessoas eram

contratadas para fazer performance na rua, para brincar com as pessoas que não respeitavam as regras de urbanidade. Ou seja, se começou a civilizar o trânsito, porque ele é uma das grandes causas da violência urbana.

Em síntese, para virar o jogo da violência foi preciso haver reforma urbana, projetos de diminuição da evasão escolar, muitas demissões na polícia e muitas prisões. Enfim, o caso colombiano é um caso ímpar.

Por outro lado, não aconteceram só coisas boas. Por exemplo, existem os parapolíticos, são membros do governo que têm uma ligação direta



NA – Profesor Paulo, ¿cómo describiría el mapa de la violencia en América Latina? Cuáles serían los puntos en común, las diferencias que existen, teniendo en cuenta nuestros distintos países.

PJ – En América del Sur, por ejemplo, existe, principalmente, la violencia urbana, es decir, hay conflictos urbanos violentos. Hay dos países que enfrentan gravemente ese problema: Brasil y Colombia.

Colombia es un caso absolutamente singular, ya que durante la década del 90, enfrentó tasas de homicidio completamente absurdas.

Llegó a más de 80/100.000 habitantes, siendo que la media tolerable por la Organización Mundial de la Salud (OMS) es de 10/100.000 habitantes.

Cuando estuve en Medellín, conocí la expresión de esa tragedia. Conocí a jóvenes que trabajaban removiendo cuerpos. Tenían un camión con el que cargaban, en determinados momentos, más de 20 cuerpos. Una tragedia fruto de los conflictos entre los grupos y traficantes ligados al narcotráfico, a los paramilitares y a los órganos de defensa, o sea, una gama de agentes combatiendo entre ellos de una forma extremadamente cruel.

A todo esto se le sumaba un elemento más: las llamadas pandillas o bandas de jóvenes de Sicarato -matadores por encargo-, que dieron lugar a una situación absolutamente caótica, la que, según parece, ha ido disminuyendo en los últimos 12 años. Los datos indican que los índices bajaron. Se han salvado en los últimos 12 años más de mil millones de horas de vida. ¿De qué manera? En función de tres proyectos.

El primero de ellos es el Plan Democrático de Seguridad del presidente Uribe, quien, sin embargo, de democrático tiene muy poco. Se trata del apoyo norteamericano de 500 millones de dólares anuales, de los cuales Colombia solo recibe una parte porque la otra parte de ese recurso queda en los Estados Unidos para la adquisición de equipamientos y de material bélico, para entrenamiento y provisión del ejército colombiano. Todo esto a causa de las FARC. Estas son un gran problema para Uribe. El Plan Democrático no consiste solamente en la lucha contra las FARC, sino también en la inteligencia antiterrorista: una cuestión neurálgica de seguridad pública.

Pero a pesar de todo, Colombia consiguió llevar a cabo el llamado Plan de Seguridad Ciudadana. Son proyectos que se conectan, que involucran a los distritos y que están ligados a los gobiernos provinciales y municipales. Son proyectos que forman una red de protección para que los jóvenes abdujan de las armas. Existe un gran proyecto para intentar disminuir la evasión escolar de los jóvenes, principalmente en las periferias. En Bogotá presencié algo maravilloso, gigantesco... Se ponía a los jóvenes en contacto con la computadora. La idea era seducirlos y después de un mes –una vez familiarizados con la máquina-, el profesor les preguntaba si realmente querían aprender. Solamente

En Bogotá presencié algo maravilloso, gigantesco. Se ponía a los jóvenes en contacto con la computadora. La idea era seducirlos y después de un mes – una vez familiarizados con la máquina –, el profesor les preguntaba si realmente querían aprender.



Foto João Ripper



Foto João Ripper

com os paramilitares e isso causa muito constrangimento para o presidente Uribe. Esse ano, por conta dos escândalos que chegaram até ele, ele deportou 12 líderes paramilitares.

Mas tudo isso tem um preço. Por exemplo, quando um dos grandes líderes do paramilitarismo de Medellín (se não me engano, Dom Berna) foi extraditado, os índices de homicídios quase dobraram no último semestre. Quer dizer, parece que havia um determinado acordo de monopolização do crime. Ou seja, quando um grande líder sai, os grupos começam a se rivalizar novamente, gerando imensos conflitos. É uma questão muito grave.

Como Bogotá, Medellín e mesmo Cali, na Colômbia, o Brasil tem cidades muito complexas para se lidar com a violência. Cada uma delas com um determinado perfil de violência.

Vitória, por exemplo, é uma cidade onde certamente a questão de crime organizado é muito séria. Trata-se das interconexões entre o crime de matadores de membros do legislativo e, muitas vezes, do

próprio executivo. Para você ter uma idéia, só agora no governo do Paulo Hartung a sede da Scuderie Detetive LeCoq, que existia desde o tempo da ditadura, foi fechada. Havia uma ligação tão umbilical com o Estado, que a sede ficava num prédio em frente ao Fórum de Vitória. A quantidade de execuções de jovens era altíssima. E enquanto a cidade de Vitória é um lugar muito calmo e tranquilo a periferia de Vitória é muito complexa. A chamada grande Vitória tem lugares muito complicados. E embora os índices ainda sejam significativos, o governador Paulo Hartung conseguiu desmobilizar alguns desses grupos de política armada.

Outro caso terrível é Recife. Trata-se de violência interpessoal. Recife tem favelas gigantescas, muito pobres, e em determinadas datas acontecem coisas muito graves naquela cidade. Por exemplo, no dia de pagamento da população pobre a taxa de homicídio explode. Hoje

Como Bogotá, Medellín e mesmo Cali, na Colômbia, o Brasil tem cidades muito complexas para se lidar com a violência. Cada uma delas com um determinado perfil de violência.

cuando la respuesta era afirmativa los jóvenes pasaban a tener clases regulares de computación. Los mismos pasaron, también, a participar de muchas actividades culturales, además de participar de cursos de capacitación. Pero no eran cursos para aprender a hacer escobas o plumeros. Al contrario, se les ofrecía cursos de web design, electricidad, mecánica, entre otros. Más aún, los jóvenes recibían una beca de 300 dólares. Después, una vez que se convertía en un artesano profesional, el proyecto los encaminaba a una empresa. La red era completa. Es decir, se sacaba al joven de una situación de vulnerabilidad, se lo hacía pasar por un proceso y, finalmente, se lo encaminaba a un empleo. Eso era lo fundamental y aún lo sigue siendo.

En Bogotá y Medellín la violencia no era solamente un fenómeno social. Existían muchas otras formas de violencia, las cuales aún hoy constituyen una diferencia en relación al resto de América Latina.

El tránsito, por ejemplo, en Bogotá era uno de los más caóticos del mundo. Era San Pablo en menor escala. Los espacios en Bogotá y Medellín son muy complicados. Pero hubo un cambio cultural. Algunas personas fueron contratadas para hacer *performance* en la calle, para jugar con las personas que no respetaban las reglas de urbanidad. Es decir, se comenzó a civilizar el tránsito, que es una de las grandes causas de violencia urbana.

En síntesis, para ganarle a la violencia se hicieron necesarios una reforma urbana, proyectos para disminuir la evasión escolar, muchos despidos en la policía y muchas prisiones. En fin, el caso colombiano es sin igual.

Pero no ocurrieron solamente cosas buenas. Ahora surgieron los parapolíticos, que son miembros del gobierno que están directamente ligados a los paramilitares, lo que le causa un gran descontento al presidente Uribe. Este año, a causa de

los escándalos que afectaron su imagen, Uribe tuvo que deportar a 12 líderes paramilitares. Pero todo esto tiene un precio. Por ejemplo, uno de los líderes del paramilitarismo de Medellín (si no me equivoco, Don Berna) fue extraditado y, como consecuencia, los índices de homicidio prácticamente se duplicaron en el último semestre. Es decir, parece que había un acuerdo de monopolización del crimen. O sea, cuando un gran líder sale, los grupos empiezan a rivalizar nuevamente, generando grandes conflictos. Esto es algo muy grave.

Así como Bogotá, Medellín e incluso Cali, en Colombia, también Brasil cuenta con ciudades muy complejas y en las que es difícil lidiar con la violencia. Cada una de ellas tiene un determinado perfil de violencia. Victoria (capital del Estado de Espírito Santo), por ejemplo, es una ciudad en la que, ciertamente, el problema del crimen organizado es muy serio. Existen conexiones entre los matadores a sueldo y algunos miembros del poder legislativo y, muchas veces, del propio ejecutivo. Para que usted tenga una idea, solamente ahora, en el gobierno de Paulo Hartung, se ha procedido a cerrar la sede de *Scuderie Detetive LeCocq¹* -que existía desde el tiempo de la dictadura. Existía una relación tan umbilical con el Estado, que la sede quedaba en un edificio en frente al Forum de Victoria. La cantidad de jóvenes ejecutados era altísima. Mientras la ciudad de Victoria es calma y tranquila, la periferia es muy compleja. La llamada Gran Victoria tiene lugares muy complicados. Y a pesar de que los índices aún son significativos, el gobernador Paulo Hartung consiguió desarticular a algunos de esos grupos de política armada. Otro caso terrible es el de la ciudad de Recife en el Estado de Pernambuco, en donde la violencia es interpersonal. Recife tiene favelas gigantescas, muy pobres y en determinadas fechas suceden hechos muy graves en la ciudad. Por ejemplo, el día que la población recibe su paga, la tasa de homicidios sobrepasa la media. Hoy Recife disputa con Río de Janeiro el título de capital más violenta. Realmente la ciudad es muy violenta.

Pero, sin duda, Río de Janeiro es la más compleja de todas las ciudades porque, si antes el gran problema era el tráfico de drogas, hoy lo es las milicias. En relación con el tráfico de drogas, al tiempo que los jóvenes son productores, son también las mayores víctimas de ese crimen. Ya el problema de las milicias involucra un verdadero "estado paralelo", puesto que el involucramiento

En Bogotá y Medellín la violencia no era solamente un fenómeno social. Existían muchas otras formas de violencia, las cuales aún hoy constituyen una diferencia en relación al resto de América Latina.

1 Nombre de un grupo paramilitar compuesto, principalmente, por miembros de las fuerzas de seguridad civiles y militares, involucrado en acciones del crimen organizado.

É o perfil da vitimização hegemônica da América Latina: o pobre entre 15 e 25 até 29 anos, dependendo do país. No Rio, quem enfrenta muitos problemas são os jovens entre 15 e 25 anos, morador de favela ou da periferia e negro.

Recife disputa com o Rio o lugar de capital mais violenta. Ela é muito violenta.

Mas certamente o Rio de Janeiro é a mais complexa de todas as cidades. Porque no Rio de Janeiro, se antes o nosso grande problema era o tráfico de drogas, hoje há a questão das milícias. No caso do tráfico de drogas tem a séria questão dos jovens, que ao mesmo tempo em que são produtores, são também as maiores vítimas da criminalidade. Já o caso das milícias envolve um verdadeiro “estado paralelo”, já que o envolvimento das próprias forças de segurança (policiais civis e militares, bombeiros, agentes penitenciários), políticos em todas as esferas e ainda da perda da soberania política de vários territórios urbanos da periferia, remete a um cenário trágico: como recriar tanto

a soberania política, as forças da representação política e manutenção da ordem legítima pelas forças de segurança; e ainda reinventar a cidadania – civil, social e política – junto com equipamentos sociais e culturais naqueles espaços societários. Este é um desafio ímpar.

É o perfil da vitimização hegemônica da América Latina: o pobre entre 15 e 25 até 29 anos, dependendo do país. No Rio, quem enfrenta muitos problemas são os jovens entre 15 e 25 anos, morador de favela ou da periferia e negro. Esse é um grupo estigmatizado. O sociólogo Loic Wacquant chama esse fenômeno de “criminalização da pobreza”. Os locais de pobreza certamente são os espaços onde a vulnerabilidade social do jovem é infinitamente mais alta. E onde as forças de repressão do Estado agem de forma absolutamente impune. Então, você tem o tráfico de drogas extremamente armado (o Brasil não é uma rota de tráfico de drogas final, mas é uma rota meio ainda e o que é significativo é o comércio varejista de drogas). São grupos extremamente armados, não para prioritariamente se defenderem da polícia, mas sim para se defenderem das invasões de outras facções ou ainda das milícias. E a população pobre, mais uma vez, fica refém deste cenário hobbesiano.

Para complicar o quadro, existem ainda as chamadas milícias, em duas áreas. Uma área em Jacarepaguá é o Rio das Pedras e outra em Campo Grande. São milícias que estão avançando cada vez mais nas áreas do tráfego de drogas.

Primeiro com o objetivo de “pacificarem” esses espaços. O que é uma grande mentira tal qual na Colômbia com



os paramilitares. Vale dizer que mais de 65% das favelas ocupadas por milícias não tinham o tráfego de drogas anteriormente. As milícias são um comércio mafioso. Eles controlam desde o transporte ilegal de vans, o gás, o gato net, as linhas de transmissão de TV a cabo e os outros comércios que eles começam a controlar. Isso é um grande negócio que se expande vertiginosamente. Reconheço que o crime mais complicado hoje não é o tráfico, mas sim as milícias. A milícia



Foto João Ripper

de las propias fuerzas de seguridad (policías civiles, militares, bomberos, agentes penitenciarios), de políticos en todas las esferas –con la consecuente pérdida de la soberanía política de varios territorios urbanos de la periferia-, remite a un escenario trágico: de qué manera las fuerzas de seguridad pueden reestablecer la soberanía política, las fuerzas de la representación política y la manutención del orden legítimo; y también, cómo reinventar la ciudadanía –civil,

religiosa y política- junto con equipamientos sociales y culturales en aquellos espacios societarios. Este es un desafío incomparable.

El perfil de la victimización hegemónica en América Latina es el del pobre entre 15 y 25 años, pudiendo extenderse hasta los 29, según el país. En Río, quien enfrenta muchos problemas es el joven entre 15 y 25 años, que vive en las favelas o en la periferia y es negro. Este es un grupo estigmatizado. El sociólogo Loic Wacquant llama a ese fenómeno de “criminalización de la pobreza”. Evidentemente, los lugares de la pobreza son los espacios en donde la vulnerabilidad social del joven es infinitamente más alta, y en donde las fuerzas de represión del Estado actúan de forma absolutamente impune. Es en ese contexto en el que existe un tráfico de drogas extremadamente armado (Brasil no es el itinerario final del tráfico de drogas, pero sí un trayecto de paso, y es muy significativo, en nuestro país, el comercio minorista de drogas). Son grupos fuertemente armados, cuyo objetivo primero no es el de defenderse de la policía, sino de las invasiones de otras facciones e, inclusive, de las milicias. Y la población pobre, una vez más, es rehén de este escenario hobbesiano.

Para complicar aún más este cuadro, en Río de Janeiro las denominadas milicias están ubicadas en dos áreas. Un área es *Rio das Pedras*, y la otra *Campo Grande*, ambas en el barrio de *Jacarepaguá*. Se trata de milicias que están penetrando cada vez más en regiones dominadas por el tráfico de drogas. Primero, con el objetivo de “pacificar” esos espacios –lo que es una gran mentira, así como lo fue en Colombia, cuando el surgimiento del paramilitarismo. Vale decir que más del 65% de las favelas ocupadas por milicias, no tenían tráfico de drogas antes de que estas llegaran. Las milicias son un comercio mafioso. Controlan desde el transporte ilegal de combis, pasando por la conexión irregular de gas, de televisión a cable, hasta llegar a dominar nuevas formas de comercio. Este es un gran negocio que se expande vertiginosamente. Reconozco que hoy el crimen más complicado no es el tráfico, sino las milicias, porque de hecho son ellas las que constituyen un “paraestado”.

Es muy parecido al caso colombiano. Es un crimen que involucra al Estado: la mayor parte de los milicianos son policías civiles y militares, bomberos, agentes penitenciarios que se juntan para hacer justicia con sus propias

El perfil de la victimización hegemónica en América Latina es el del pobre entre 15 y 25 años, pudiendo extenderse hasta los 29, según el país. En Río, quien enfrenta muchos problemas es el joven entre 15 y 25 años, que vive en las favelas o en la periferia y es negro.

Se consideram vingadores sociais para viabilizar uma “limpeza social”. Trata-se de uma idéia extremamente nazista, fascista, porque não são só os traficantes que são eliminados. É uma verdadeira limpeza social segundo a concepção deles.

porque é a constituição, de fato, de um “paraestado”.

É muito próximo ao caso colombiano. É um crime que junta o Estado: a maior parte dos milicianos são policiais civis e militares, bombeiros, agentes penitenciários que se juntam para fazer justiça com as próprias mãos. Se consideram vingadores sociais para viabilizar uma “limpeza social”. Trata-se de uma idéia extremamente nazista, fascista, porque não são só os traficantes que são eliminados. É uma verdadeira limpeza social segundo a concepção deles. Homossexuais ou qualquer outro grupo social considerado pernicioso à moral (deles, milicianos) é automaticamente eliminado.

E um agravante: esse tipo de crime tem hoje uma ligação umbilical com o aparelho público. E não

só com o Executivo. Várias dessas lideranças milicianas ocupam cargos no Legislativo criando um cenário extremamente perigoso. E é uma rua de mão dupla. A imprensa e até pesquisadores discutem como as milícias estão se apropriando da política. Na verdade, devemos olhar também pelo outro lado, ou seja, como a política está se apropriando das milícias.

Vários políticos que não estão ligados diretamente a grupos milicianos se envolveram nisso por conta dos currais eleitorais. Muitos políticos tiveram nas milícias as suas bases de eleição. É uma relação mais profunda e grave do que se possa imaginar. É um caso dramático, que expõe os processos de incivilidade urbanos e políticos.

Outros países da América Latina apresentam casos muito graves. Duas questões sempre me assustam



Foto João Ripper

manos. Se consideran vengadores sociales, cuyo objetivo es viabilizar una "limpieza social". Se trata de una idea extremadamente nazista, fascista, porque no se elimina solamente a los traficantes. Es una verdadera limpieza social, según la concepción de los milicianos. Los homosexuales, o cualquier otro grupo social considerado por ellos pernicioso a la moral, son automáticamente eliminados. Y con un agravante: ese tipo de crimen hoy presenta una relación umbilical con el aparato político, y no solamente con el Poder Ejecutivo. Varios de esos líderes milicianos ocupan cargos en el Poder Legislativo, lo que crea un escenario extremadamente peligroso. Es una calle de doble mano. La prensa, e inclusive investigadores, discuten de qué manera las milicias se están apoderando de la política. En realidad, debemos mirar también

el otro lado, o sea, de qué manera la política se está apoderando de las milicias.

Varios políticos que no están directamente conectados a grupos milicianos se acabaron involucrando a causa de la compra de votos, pues encontraron en las milicias su base electoral. Esta relación es más profunda y más grave de lo que se puede imaginar. Es un caso dramático que expone los procesos de incivildad urbanos y políticos.

Otros países de América Latina presentan casos muy graves. Hay dos temas que siempre me asustan mucho. En primer lugar, en los países de Nicaragua y El Salvador hay una violencia que es consecuencia de

sus procesos de revolución y contrarrevolución, pero hay otra que es fruto de un efecto perverso norteamericano. Como muchos jóvenes fueron a los Estados Unidos y fueron presos y deportados debido a las drogas, varios de ellos importaron a sus respectivos países las peleas de pandillas. La violencia en estos países es bastante significativa y esos grupos merecen la debida atención. Instituciones como el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) de la ONU, intentan hacerle frente a este problema.

Otro caso muy grave -y que es el que más se ha venido agravando en América Latina- es el caso mexicano. Algunos distritos de México el año pasado han contado 400 homicidios. Y solamente en el segundo semestre de este año, se han producido 800 homicidios. ¿Por qué? Por la pelea por el cartel de drogas que actualmente se encuentra viviendo su momento más difícil. De igual manera es dramático el grado de vulnerabilidad y el grado de homicidios.

Paralelamente, algunos países están batallando con procesos mucho más tranquilos. Uruguay y Chile, por ejemplo, tienen ciudades razonablemente pacificadas, pero la sensación de inseguridad es alta. Este tema necesita ser mejor problematizado. El miedo es, indudablemente, el sentimiento más globalizado de la contemporaneidad. El miedo al "terrorista" -confundido con cualquier joven árabe en ciudades europeas y americanas-; a los gitanos, en Italia; a los negros, en las ciudades brasileñas. A estos "otros fantasmagóricos" se los convierte en objeto de rechazo y se los ve como devastadores. Y esa actitud hace que esos "otros" sean cada vez más vulnerables y estigmatizados. Aunque se los vea en el papel de personas devastadoras, lo cierto es que, en muchos momentos, los verdaderos devastados son ellos. De esta manera, el miedo se reproduce siguiendo un movimiento en espiral.

Más que el tema de la violencia, es el tema de la seguridad pública el que hoy moviliza las agendas públicas, las mentes y los corazones. El miedo, la inseguridad no son solamente un problema brasileño o latinoamericano. Después del 11 de septiembre, el miedo alcanzó niveles verdaderamente inquietantes. ¿Y por qué inquietantes? Porque no se trata solamente del miedo a mi muerte física, sino también del miedo al otro. Y ese otro normalmente es el pobre, el excluido. Y las

Se consideran vengadores sociales, cuyo objetivo es viabilizar una "limpieza social". Se trata de una idea extremadamente nazista, fascista, porque no se elimina solamente a los traficantes. Es una verdadera limpieza social, según la concepción de los milicianos.



muito. Em primeiro lugar nos países como Nicarágua e El Salvador, é uma violência decorrente dos seus processos de revolução e contra revolução, mas também fruto de um efeito perverso americano. Como muitos jovens foram para os Estados Unidos, sendo presos e deportados devido às drogas, vários desses jovens importaram as brigas de gangues para os seus respectivos países. A violência nesses países é bastante significativa e esses grupos têm que ser observados. Instituições como o PNUD, da ONU, tentam enfrentar esta questão.

Os refugiados são um contingente gigantesco, muitos foram seqüestrados pelas FARC ou por grupos paramilitares. Há uma violência estrutural no campo devido a um quadro de guerra civil que ocorre na Colômbia há pelo menos 30/40 anos.

Outro caso muito grave e que mais cresce na América Latina é o caso mexicano. Alguns distritos do México, no ano passado, tiveram 400 homicídios. E só no segundo semestre deste ano tiveram 800 homicídios. Por quê? A briga pelo cartel de drogas está em um nível altíssimo. O grau de vulnerabilidade, o grau de homicídios é igualmente alto.

Por sua vez, alguns países têm processos muito mais tranquilos de se lidar. O Uruguai e o Chile, por exemplo, têm cidades, razoavelmente, pacificadas. Mas a sensação de insegurança é alta. Este

é um tema que deve ser melhor problematizado. O medo é, indubitavelmente, o sentimento mais globalizado da contemporaneidade. O medo do "terrorista" – confundido com qualquer jovem árabe em cidades européias e americanas; dos ciganos na Itália; dos negros em cidades brasileiras. Estes "outros fantasmagóricos", convertidos em objetos de repulsa, são percebidos como devastadores. Na verdade, a partir desse processo, esses "outros" tornam-se mais vulneráveis e estigmatizados, representados como devastadores – mas sendo, em vários momentos, os verdadeiros devastados –, reproduzindo-se assim a espiral do medo.

Mais do que a violência, o tema da segurança pública é hoje uma questão que mobiliza agendas públicas, mentes e corações. A idéia de medo, de insegurança não é só um problema brasileiro ou latino-americano: depois do 11 de setembro, o medo alcançou níveis verdadeiramente assustadores. Porque assustadores? Porque não é só o medo da minha morte física, mas o medo do outro. E esse outro normalmente é o pobre, é o excluído. E as políticas se transformam em fatores mais estigmatizadores e acabam produzindo mais violência. Violência gerando violência. Buscam-se soluções rápidas, fáceis, baseadas no senso



comum. O que é um fato bastante grave, bastante perigoso.

NA - E a questão da violência no campo?

PJ - Esse é um outro lado da questão colombiana. A Colômbia, hoje, é o segundo Estado do mundo em número de refugiados, só perde para o Afeganistão. A violência no campo colombiano é altíssima. Os refugiados são um contingente gigantesco, muitos foram seqüestrados pelas FARC ou por grupos paramilitares. Há uma violência estrutural no campo devido a um quadro de guerra civil que ocorre na Colômbia há pelo menos 30/40 anos. Um caso muito sério, muito grave.

O caso brasileiro de violência no campo é algo ainda muito pouco estudado, mas que merece atenção. A quantidade de crimes de vingança,



Foto João Ripper

Los refugiados representan un contingente gigantesco. Muchos fueron secuestrados por las FARC o por grupos paramilitares. Hay una violencia estructural en el campo, debido a un cuadro de guerra civil que existe en Colombia desde hace por lo menos 30/40 años.

políticas se transforman en factores de estigmatización y acaban produciendo más violencia. Es violencia que genera violencia. Y se buscan soluciones rápidas, fáciles, basadas en el sentido común, lo cual es muy grave y peligroso.

NA – ¿Y en relación a la violencia en el campo?

PJ – Ese es el otro lado del problema colombiano. Colombia, hoy, es el segundo Estado del mundo en número de refugiados. Afganistán es el primero. La violencia en el campo colombiano es altísima. Los refugiados representan un contingente gigantesco. Muchos fueron secuestrados por las FARC o por grupos paramilitares. Hay una violencia estructural en el campo, debido a un cuadro de guerra civil que existe en

Colombia desde hace por lo menos 30/40 años. Un caso muy serio, muy grave.

El caso brasileño de violencia en el campo todavía ha sido poco estudiado, pero merece atención. La cantidad de crímenes por venganza -los llamados crímenes de honras muy alta en el campo. Este es un tema al que se le ha hecho poco caso. Existe también la violencia contra el Movimiento de los Sin Tierra (MST) y la violencia contra grupos indígenas, que podríamos considerarlas, también, formas de violencia en el campo.

En Guatemala también hay mucha violencia en el campo y esta tiene que ver con sus propias especificidades locales. No se puede atender al problema de la violencia en el campo con la misma óptica con que es atendida la violencia urbana. Esto porque en América Latina cada nación cuenta con sus especificidades culturales, las cuales se encuentran demarcadas por problemas relativos al campo. Por ejemplo, nosotros todavía no resolvimos problemas premodernos, como la reforma agraria. Todavía tenemos pendientes temas como la distribución de tierras. Existe un contingente de indios, de personas pobres a las que se ha sacado de las tierras, lo que hace que no solamente aumente la tensión en el campo, sino que

chamados de crimes de honra, é muito alta no campo. Isso é uma questão ainda pouco enfrentada. Há também a violência contra o MST e a violência contra os grupos indígenas que podem ser encaradas como violência no campo.

Na Guatemala, também há muita violência no campo, e todas essas são questões com as suas especificidades locais. Não se pode olhar para a questão da violência no campo do mesmo modo que se observam as violências urbanas. Porque há as especificidades culturais das nações, na América Latina, que são demarcadas por questões no campo. Por exemplo, nós não resolvemos questões pré-modernas: reforma agrária, nós ainda temos que resolver questões relacionadas à distribuição de terras. Existe um contingente de índios, de pessoas pobres que são retiradas da terra e isso aumenta a tensão no campo e o campo leva uma desvantagem gigantesca, ele é mais invisível que uma favela.

Os crimes do campo não têm visibilidade política e pública, não chegam normalmente na mídia como chegou o massacre de El Dourado dos Carajás. Talvez porque ele tenha se transformado em uma bandeira, ele foi filmado, ele passou a ser algo visível, caso contrário ele teria sido simplesmente mais uma das inúmeras trágicas histórias que nós conhecemos da América Latina.

A questão do campo é muito séria! Assim como a construção do Estado-Nação é uma questão muito séria ainda a ser resolvida na América Latina. A violência no campo assume índices muito assustadores em algumas regiões. É preciso ressaltar a especificidade, as diferentes situações de violência no campo e cidade na América Latina.

Violência, ao mesmo tempo em que é um problema estrutural, por questões relacionadas à globalização e ao tráfico de drogas, por exemplo, também tem suas

especificidades culturais. Isso tem que ser observado quando a gente fala de violência. Falar no plural, em certo sentido, seria por isso mesmo bem mais adequado.

NA - Fale um pouco sobre a relação educação, trabalho, pobreza e violência.

PJ - Vamos analisar dois projetos de trajetórias, um do lado do outro. Um projeto de um jovem de classe média. A mãe fez um pré-natal perfeito. Ele vai receber todos os minerais e as vitaminas possíveis para a sua criação saudável. Ele vai para o pré-primário, ele vai para o ensino básico, o ensino



Foto: Inês Diniz

Violência, ao mesmo tempo em que é um problema estrutural, por questões relacionadas à globalização e ao tráfico de drogas, por exemplo, também tem suas especificidades culturais. Isso tem que ser observado quando a gente fala de violência.

además hace que el campo se vea enfrentando una enorme desventaja, al punto de volverse más invisible que una favela.

Los crímenes del campo no tienen visibilidad política y pública. Normalmente no llegan a los medios de comunicación, como ocurrió con la masacre de *Eldorado dos Carajás*². Probablemente este caso haya sido filmado y haya ganado visibilidad por haberse transformado en una bandera. De no haber sido así, habría acabado siendo una tragedia más entre las innúmeras que conocemos en América Latina.

¡El problema del campo es muy serio! Al igual que la construcción del Estado-Nación, tema que aún debe ser resuelto en América Latina. La violencia en el campo asume índices muy asustadores en algunas regiones. Es necesario resaltar la especificidad, es decir, las diferentes situaciones de violencia en el campo y la ciudad latinoamericana.

La violencia, al mismo tiempo que se constituye en un problema estructural -por cuestiones relacionadas a la globalización y al tráfico de drogas, por ejemplo-, tiene sus especificidades culturales. Por eso estas no pueden ser dejadas de lado al hablar de la violencia. Y tal vez también por ello, sería más adecuado hablar de violencia en plural.

NA – *Hable un poco sobre la relación entre educación, trabajo, pobreza y violencia.*

PJ – Veamos el análisis de dos proyectos de trayectorias, ambos sucediendo al mismo tiempo. El primero se trata de un joven de clase media, del cual la madre hizo un prenatal perfecto. El chico va a recibir todos los minerales y las vitaminas posibles para que pueda crecer con salud. Va a ir al preescolar, a la primaria, a la secundaria y, paralelamente, hará cursos de inglés, de portugués. Hará algunos viajes, tendrá acceso a

revistas, a información, a internet. Después, cuando termine la secundaria, posiblemente va a entrar en la universidad en donde recibirá el mayor número de informaciones. Sus posibilidades de estructuración son enormes. Sus redes de protección son bien amplias.

Hay otro chico que vive en la periferia. Tiene varios hermanos y tal vez sea víctima de violencia intrafamiliar. Su educación básica es deplorable y lo mismo se podría decir de su alimentación. Cuando tiene acceso a la escuela, esta no funciona. Cuando consigue terminar la primaria, se depara con la necesidad de abandonar la secundaria. Su mundo -contrariamente al del joven ya mencionado antes, que vive en la Zona Sur- se restringe a los dos kilómetros cuadrados de la favela en donde vive. Si insistimos en creer que solamente la cultura y la educación van a resolver eso, entonces, estamos destinados al fracaso. La cultura y la escuela no bastan para tener chances de futuro. Existen muchas otras instituciones que participan de esa red de protección a los jóvenes.

Creo que los subsidios sociales tendrían que estar mejor distribuidos. Para mí, hablar de la educación como un bien básico es proclamar lo obvio. Decir que es suficiente es otra cosa.

NA – *¿Por qué cree usted que tantos jóvenes de clase media se han envuelto en situaciones de violencia?*

PJ – En realidad no son tantos y creo que ellos pueden ser vistos como residuos. Obviamente hay una crisis de ética. Hasta secuestros en Río de Janeiro fueron perpetrados por la clase media en condominios de las clases favorecidas. Pero el grado de vulnerabilidad como para que el joven de clase media haga eso es infinitamente menor al grado de vulnerabilidad del joven de la periferia. Podríamos discutir lo siguiente: el joven de clase media lo tuvo todo y eligió ese camino. Eso se llama **opción**. ¿Y el joven de la favela tuvo opción? Sí, tuvo. El tema es que de todas las oportunidades posibles, es decir, de 0 a 100 posibilidades, el chico de clase media tiene 5 para entrar al mundo del crimen, mientras que el joven de la periferia tiene 60.

Esta es la cuestión: la calidad de redes de protección, de instituciones que amparan al joven de clase media, les sirve de coraza. Pero algunos escapan de ella, porque el

La violencia, al mismo tiempo que se constituye en un problema estructural -por cuestiones relacionadas a la globalización y al tráfico de drogas, por ejemplo-, tiene sus especificidades culturales. Por eso estas no pueden ser dejadas de lado al hablar de la violencia.

² El 17 de abril de 1996, en el municipio de Eldorado dos Carajás, al sur del Estado de Pará, la policía militar, a mando del gobernador Almir Gabriel, abandona negociaciones con un grupo de Sin Tierra, y opera una acción de guerra que deja 19 muertos y 46 heridos, todos trabajadores sin tierra.

Se pobreza explicasse a violência, a Índia seria o lugar mais violento do universo nos últimos 50 anos, pois é um lugar muito pobre. Pobreza não explica violência. O que explica é o acesso fácil às armas, por exemplo.

médio, junto com isso ele vai fazer cursinhos de inglês, de espanhol. Ele vai fazer algumas viagens, vai ter acesso à revistas, à informação, à internet. Depois, quando ele sair do ensino médio ele possivelmente vai chegar à universidade onde ele vai ter o maior número de informações. A grade de sua estruturação é gigantesca. As redes de proteção dele são bem amplas.

Eu tenho um outro garoto que mora na periferia. Ele tem vários irmãos, pode sofrer violência intra familiar. Tem uma educação básica deplorável, para não comentar até mesmo a alimentação; quando tem acesso à escola, esta não funciona; quando conclui o ensino básico, por razões diversas, é levado a abandonar o ensino médio. O mundo dele, ao contrário daquelas referências que eu falei do jovem morador da Zona Sul (do curso, da viagem) está restrito a dois quilômetros quadrados da favela onde ele mora. Se acharmos que só a cultura e a educação vão resolver isso, nós estamos fadados ao fracasso. Não é apenas a cultura ou a escola que produz sucesso, muitas outras instituições participam dessa rede de proteção dos jovens.

Acho que os subsídios sociais têm que ser melhor distribuídos também. Eu acho que falar da educação como um bem básico é proclamar o óbvio. Falar que ela é suficiente é outra coisa.

NA - *Por que é que você acha que tantos jovens da classe média têm se envolvido com questões de violência?*

PJ - Não são tantos jovens assim e eles podem ser vistos como resíduos. Obviamente há uma crise ética muitas vezes. Até seqüestros no Rio de Janeiro já foram produzidos por classe média dentro de condomínios de classe média. Mas o grau de vulnerabilidade para que um jovem de classe média possa fazer isso é infinitamente menor do que o de um jovem de periferia. A gente até pode discutir: o jovem de classe média teve tudo e escolheu esse caminho. O nome disso é opção. O jovem da favela também fez opção? Fez. A questão é entre as oportunidades possíveis, ou seja, de 0 a 100 possibilidades, o garoto da classe média tem 5 para entrar para o universo criminoso, já o jovem da periferia tem 60 oportunidades de ir para o crime.

Essa é a questão: para o jovem da classe média, a quantidade de redes de proteção, de instituições que o protegeram, o blindaram. Mas alguns fogem, porque o

processo civilizador não consegue proteger todo mundo.

Hoje, uma pergunta me parece fundamental: como nós vamos viver em paz com tamanhas desigualdades? E é preciso perguntar também: como é possível controlar nossos impulsos, a nossa vontade, algumas vezes, de matar o outro no trânsito, na discussão? Como fazer para que sejamos indivíduos controlados? Segundo Norbert Elias, quanto mais as sociedades são civilizadas, maior as possibilidades de auto-controle dos impulsos por parte dos indivíduos.

Por outro lado, é preciso que o Estado seja o único detentor do monopólio legítimo da força de um determinado território. É a definição weberiana de Estado por excelência. Mas por fim tem que haver condições sociais de distribuição mínimas de bens e serviços a todos, indiscriminadamente. Sem esses três componentes o processo não funciona.

NA - *Você afirmaria então que há uma relação entre o não atendimento às necessidades básicas, a pobreza e a violência?*

PJ - Pobreza não explica violência por causa daquilo que eu chamei a atenção antes. Se pobreza explicasse a violência, a Índia seria o lugar mais violento do universo nos últimos 50 anos, pois é um lugar muito pobre. Pobreza não explica violência. O que explica é o acesso fácil às armas, por exemplo.

Vejamos, a chamada cidade maravilhosa: será que ela é tão diferente culturalmente hoje do que foi nos anos 1970? Não. O que é diferente? A autoridade se deteriorou, a vida urbana se deteriorou gravemente no Rio de Janeiro e em várias capitais latino-americanas. Mas hoje temos acesso fácil às armas de fogo de fortíssimo calibre. Neste sentido, o fim da guerra fria foi um verdadeiro inferno. Porque aquele comércio que era controlado pelos grandes Estados, pelas duas

proceso civilizador no consigue dar resguardo a todo el mundo.

Hoy me parece fundamental que nos hagamos una pregunta: ¿cómo podemos vivir en paz con tales desigualdades? También necesitamos preguntarnos de qué manera es posible controlar nuestros impulsos, nuestro deseo, algunas veces, de matar al otro en el tránsito, en una discusión. ¿Cómo podemos hacer para convertirnos en individuos controlados? Según Norbert Elias, cuanto más civilizadas son las sociedades, mayores son las posibilidades de los individuos de auto-controlar sus impulsos. Por el otro lado, es necesario que el Estado sea el único poseedor del monopolio legítimo de la fuerza de un determinado territorio. Es la definición weberiana de Estado por excelencia. Pero, en definitiva, tienen que existir condiciones sociales que permitan la distribución de bienes y servicios para todos, sin discriminación. Sin esos tres componentes el proceso no funciona.

NA - ¿Usted afirmaría, entonces, que existe una relación entre el no atender a las necesidades básicas, la pobreza y la violencia?

PJ - La pobreza no explica la violencia, justamente por lo expuesto más arriba. Si la pobreza explicara la violencia, India sería el lugar más violento del universo en los últimos 50 años, pues es un lugar muy pobre. Lo que explica la violencia es el fácil acceso a las armas, por ejemplo.

Veamos la llamada **ciudad maravillosa**³: ¿será hoy tan diferente, culturalmente hablando, a lo que fue en los años 70? No. ¿Qué cambió? La autoridad se deterioró. La vida urbana se deterioró gravemente en Río de Janeiro y en varias capitales latinoamericanas. Pero hoy es fácil acceder a las armas de fuego de fuerte calibre. En este sentido, el fin de la guerra fría fue un verdadero infierno, porque aquel comercio que era controlado por los grandes Estados, por las dos grandes naciones -EEUU y Unión Soviética- quedó completamente desgobernado.

Si la pobreza explicara la violencia, India sería el lugar más violento del universo en los últimos 50 años, pues es un lugar muy pobre. Lo que explica la violencia es el fácil acceso a las armas, por ejemplo.



Tratamiento gráfico sífoto Arq. Rev. Novamerica Perú

³ Nombre que se le da usualmente a Río de Janeiro.

grandes nações, EUA e União Soviética, ficou completamente desgovernado, ou seja, todos têm acesso à armas poderosíssimas e se matam loucamente. Soma-se a isso um consumo desenfreado em um mundo que tudo promete: você vai ter tudo, você vai ter um Nike, você vai ter um celular de última geração. Ele só não explica como, o objetivo é ter. Se você não dá acesso e possibilidades para que todos tenham, então: “eu não peço, eu tomo”. Mas aí é que está a história: todos eles fazem isso? Não. A maior parte não faz, então pobreza não pode explicar violência.

Mas as razões que explicam a vulnerabilidade dessa população é algo assustador. Aquela pergunta do Elias, se eu aplicá-la à realidade latino-americana, torna-se o seguinte: como tantas pessoas podem viver em tamanha miséria e não pegarem em uma arma e ir à luta? Essa poderia ser a pergunta. Porque existem favelas no Rio de Janeiro que são tão pobres que nem tráfico de drogas ali existe. Se for no Vietnã, em Luxemburgo ou em Acari, tanto faz. A classe média não se mobiliza, o poder público não se mobiliza e tanto faz como tanto fez. E as pessoas estão lá, como estão no campo, deserdados, à espera de alguma terra prometida. É muito grave.

Não se pode continuar matando os jovens negros e pobres e parcelas das populações periféricas. É preciso garantir educação, saúde, cultura para eles, temos que criar redes de proteção e de acesso ao mundo do trabalho.

NA - *Como é possível superar isso? Com esse contexto há possibilidade de superação?*

PJ - Sim. Se há uma coisa que é absolutamente genial no ser humano, como diria Nelson Rodrigues, é que o ser humano é capaz de tudo, até mesmo de boas ações. Acima de tudo tem que se pensar o seguinte: violência não é um fenômeno no singular. Violência doméstica é uma questão cultural. Se eu não conseguir fazer políticas de intervenção, de proteção à mulher



e de proteção até mesmo de tratamento para os homens que cometem violência, estamos condenados ao fracasso. Em relação às políticas de combate ao tráfico de drogas, é necessário que se ‘estrangule’ a entrada das drogas, ‘estrangular’ a entrada de armas e não fazer com que a máquina se reproduza. Ou seja, não se pode continuar matando os jovens negros e pobres e parcelas das populações periféricas. É preciso garantir educação, saúde, cultura para eles, temos que criar redes de proteção e de acesso ao mundo do trabalho.

A violência no trânsito pede lições urbanas, intervenções urbanas de fato. Controlar o acesso aos carros, controlar o comércio ambulante, controlar ilegalidades. Tudo isso é crime, tudo isso é desordem urbana. Cada uma dessas questões tem que ser tratada de forma específica. Não existe uma chave mágica: vou mudar o Estado para lidar com questões



Foto Davi Marcos

Es decir, todos tienen acceso a armas poderosísimas y se matan desenfrenadamente. A esto se le suma el consumo desmedido en un mundo que nos promete todo: usted puede tener todo, puede tener una Nike, puede tener un celular de última generación. Lo que este mundo no nos explica es cómo tener todo eso. El objetivo es **tener**. Cuando no se dan las posibilidades para que todos tengan, entonces, no se pide, se toma. Pero esa es justamente la cuestión: ¿todos hacen esto? No, la mayoría no lo hace. Por eso la pobreza no puede explicar la violencia.

Pero las razones que explican la vulnerabilidad de esa población pobre realmente asustan. Si intentásemos aplicar una de las preguntas formuladas más arriba, a la realidad latinoamericana, tendríamos como resultado esta otra: ¿cómo es posible que tantas personas puedan vivir en tal situación de miseria sin agarrar un arma e ir a la lucha? Porque existen

favelas en Río de Janeiro que son tan pobres que ni siquiera tienen tráfico de drogas. Si es en Vietnam, en Luxemburgo o en Acari, da lo mismo. La clase media no se moviliza, el poder público no se moviliza. Es indistinto. Y las personas están allá, desheredadas -al igual que las del campo- a espera de alguna tierra prometida. Es muy grave.

NA - ¿De qué manera es posible superar esta situación? ¿Existen posibilidades de superación con este contexto?

PJ - Sí. Si hay una cosa que es absolutamente genial en el ser humano, como diría Nelson Rodrigues⁴, es que el ser humano es capaz de todo, incluso de buenas acciones. Por encima de todo hay que pensar en lo siguiente: la violencia no es un fenómeno en singular. La violencia doméstica es una cuestión cultural. Sin políticas de intervención, de protección a la mujer e inclusive de protección y tratamiento para los hombres que cometen actos de violencia, estamos condenados al fracaso. En relación a las políticas de combate al tráfico de drogas, es necesario que las mismas dificulten la entrada de las drogas, que dificulten la entrada de armas, en vez de contribuir para que la máquina se reproduzca. No es posible que se continúe matando a jóvenes negros y pobres y a parcelas de la población de la periferia. Precisamos garantizar educación, salud y cultura para esas personas y crearles redes de protección y de acceso al mundo del trabajo.

La violencia en el tránsito nos exige aprendizaje, una auténtica intervención urbana. Debemos controlar el acceso a los automóviles, el comercio ambulante, las ilegalidades. Todo eso es crimen, desorden urbano. Cada una de esas problemáticas debe ser tratada de forma específica. No existe una fórmula mágica como, por ejemplo, "voy a cambiar el estado para hacer frente a los problemas de violencia". Más aún, la violencia no es un problema únicamente federal o estadual o municipal, es un problema relacionado con esas tres esferas -aunque de hecho se ha vuelto cada vez más municipal, fundamentalmente por los problemas urbanos. Si no producimos políticas que sean transversales, que ocupen esas tres esferas de gobiernos y que al mismo tiempo busquen crear redes de protección para esos públicos vulnerables, entonces no produciremos políticas efectivas. Continúa-

No es posible que se continúe matando a jóvenes negros y pobres y a parcelas de la población de la periferia. Precisamos garantizar educación, salud y cultura para esas personas y crearles redes de protección y de acceso al mundo del trabajo.

⁴ Escritor brasileño que vivió entre 1912 y 1980.

A Colômbia produziu exemplos virtuosos, conseguiu atuar em rede. Isso é muito importante. A América Latina não deve procurar inventar a roda quando lida com políticas de segurança.

de violência. E mais do que isso: violência não é um problema só federal ou estadual ou municipal, é um problema das três esferas, embora cada vez mais municipal, por causa dos problemas urbanos fundamentalmente. Mas se nós não produzirmos políticas que sejam transversais, que ocupem essas três esferas de governos e ao mesmo tempo criem redes de proteção a esses públicos vulneráveis, não vamos produzir políticas efetivas.

Elas vão continuar reproduzindo as carências sociais, que são muitas. Projetos bem sucedidos são projetos interligados. Porque nós temos projetos individuais muito bons, mas esses projetos não conseguem atuar em rede. A Colômbia

produziu exemplos virtuosos, conseguiu atuar em rede. Isso é muito importante. A América Latina não deve procurar inventar a roda quando lida com políticas de segurança. Políticas de segurança não são só políticas locais e governamentais; elas têm que ser políticas de Estado. Os governos têm que seguir planos estratégicos, visando a diminuição da letalidade. Uma política de segurança para conter violência não é a que incentiva a polícia a matar mais. A função da polícia não é matar e sim proteger a vida. Isso é outra questão cultural. A sociedade tem que assumir isso, se perguntar: o quê que nós queremos. O meu medo é que a sociedade civil, fundamentalmente a brasileira, se torne cada vez mais avessa aos direitos humanos e isso é um complicador sem tamanho. A vida é do meu parente, é do próximo, é do meu vizinho, essa tem que ser respeitada e garantida. A do outro, a do garoto negro e pobre, o seu destino é a "vala", é a morte. Enquanto não se mudar essa idéia de que

aos próximos tudo, enquanto que a todos os outros fantasmagóricos da sociedade, a morte; é impossível criar um tipo de cultura cívica minimamente solidária. Isso é uma carência, uma fragilidade de toda a América Latina.

NA - Comente um pouco mais sobre as políticas públicas dessa área?

PJ - As políticas públicas no Brasil normalmente não conseguem ser integradas. Não conseguem em hipótese alguma. Há uma fragilidade dessas políticas. Não só da violência essa é uma das mais marcantes, mas as políticas raciais, as políticas de gênero também têm muito pouca integração. É como se entrássemos numa sala, num apartamento ou num prédio cujos apartamentos não conhecêssemos todos. Não há um síndico que consiga estruturar aque-



remos reproduciendo las carencias sociales, que son muchas. Los proyectos que tienen éxito son aquellos que se interconectan. Contamos con proyectos individuales muy buenos pero esos proyectos no consiguen actuar en red. Colombia produjo ejemplos virtuosos, consiguió actuar en red. Eso es muy importante. América Latina no debería buscar inventar la rueda cuando se trata de políticas de seguridad pública. Las políticas de seguridad pública no son simplemente políticas locales y gubernamentales, también son políticas de Estado. Los gobiernos tienen que seguir planes estratégicos con el objetivo de minimizar su carácter letal. Una política de seguridad que pretenda ser contenedora de la violencia no puede incitar a la policía a matar cada vez más. La función de la policía no es la de matar, sino la de proteger la vida. Esto también

tiene que ver con lo cultural. La sociedad tiene que asumirlo y preguntarse qué es lo que desea para sí. Mi miedo es que la sociedad civil -fundamentalmente, la brasileña- se vuelva cada vez más contraria a los derechos humanos, lo que representaría un conflicto sin igual. La vida de un pariente mío, la del prójimo, la de mi vecino hay que garantizarla y respetarla. ¿Y la del otro, la del chico negro y pobre? Su destino es la "fosa", la muerte. Mientras no cambie esa idea de que a nuestros allegados les corresponde todo, y a los otros, fantasmagóricos de la sociedad, solamente la muerte, será imposible crear un tipo de cultura cívica mínimamente solidaria. Esta es una carencia, una fragilidad de toda América Latina.

NA – *Hable un poco más sobre las políticas públicas en esta área.*

PJ – Las políticas públicas en Brasil normalmente no funcionan de forma integrada. Ese es su punto débil. Esto no ocurre solamente con las políticas contra la violencia, sino también con las políticas raciales, con las de género. Es como entrar a un edificio, de cuyos departamentos conocemos solo algunos. No hay un administrador que estructure todos los diferentes intereses, que busque proteger a todos. Cada uno cuida de sí y es jefe de sí mismo. Cada uno cambia su propia ventana, adorna el pasillo como quiere, hace lo que le parece. De esta manera, no solo no hay posibilidades de entendimiento, sino que además, se acaba construyendo un frankenstein. No me refiero a una política centralizada, sino a una política transversal. Esta tiene que proteger a los más vulnerables con el objetivo de que todos podamos gozar de mayor seguridad. Al joven no se lo protege únicamente con educación o cultura. Al joven se lo protege dándole desde una escuela digna y salud, hasta la posibilidad de tener acceso a la cultura y a una capacitación profesional para que, de esa manera, tenga empleo y una vida digna y justa. Solo entonces tendrá autoestima y podrá recibir reconocimiento por su trabajo. Si no conseguimos unir estas puntas, continuaremos en la misma situación trágica en la que estamos.

NA – *Háblenos un poco sobre la búsqueda de la igualdad, pero manteniendo el respeto a las diferencias.*

PJ – Esa es una paradoja del mundo moderno, quizá del post-moderno. Tenemos que inventar una forma de conjugar esa problemática. Hasta

Colombia produjo ejemplos virtuosos, consiguió actuar en red. Eso es muy importante. América Latina no debería buscar inventar la rueda cuando se trata de políticas de seguridad pública.



Foto João Ripper

A questão são os problemas da vida societária, são problemas que envolvem escassez, diferenças, que envolvem o mínimo consenso de justiça. Não enfrentar os desafios é que é uma grande covardia.

les diversos interesses. Proteger a todos ali dentro. Cada um está cuidando de si. Então vira aquilo que chamamos de cabeça-de-porco. Cada um vai trocar a sua janela, vai botar na forma que quiser, cada um vai ornamentar o corredor da sua forma, cada um vai fazer o que bem entender, ou seja, acaba ninguém se entendendo, produzindo um frankenstein. Não estou falando de uma política centralizada, não é isso, é uma política que seja transversal. Ela tem que proteger os mais vulneráveis para que todos, ao fim do processo, sejam beneficiados com maior segurança. O jovem não é protegido somente por educação ou somente por cultura. O jovem

tem que ter desde uma escola digna, até saúde, acessos culturais, acesso a uma capacitação profissional para que tenha emprego, para que tenha uma vida digna e justa. Para que, a partir daí, ele tenha auto-estima, ele tenha reconhecimento do seu trabalho. Se não conseguirmos juntar essas pontas, iremos continuar na mesma situação trágica em que estamos.

NA - *Busca da igualdade, mas com respeito às diferenças. Fale sobre isso?*

PJ - Isso é um paradoxo do mundo moderno, quicá pós-moderno. A gente vai ter que inventar uma forma de conjugar essa problemática. Até os anos 1960, uma determinada política democrática, fundamentalmente de esquerda, sempre pensou assim: resolver as questões do mundo é resolver a questão da redistribuição. A partir dos anos 1970, o foco se altera. Não mais políticas universalistas, mas políticas de reconhecimento. Ou seja, questões de identidades, sua contestação e afirmação, via a luta das minorias, de gênero, étnicas, raciais se impõem. O maior desafio do século XXI, não é isto ou aquilo, redistribuição ou reconhecimento, é conjugar isto e aquilo, como afirma Nancy Fraser. Criando políticas de redistribuição extremamente significativas que possam criar condições mínimas de igualdade societária, tudo isso somado à políticas de reconhecimento, de identidade, e que não caiam em substancialismo. Essas identidades também são flexíveis, são plurais. Como negociar um mundo com tamanha diversidade? O desafio é gigantesco. Tem uma brincadeira que eu acho sensacional. É imaginar assim: os romanos faziam pontes, nós fazemos pontes tal qual os romanos. E fazemos algumas muito mais complexas que as dos romanos. Os romanos



tinham problemas de justiça social, nós também temos problemas de justiça social e não conseguimos equalizar tal qual quando fazemos pontes. A questão são os problemas da vida societária, são problemas que envolvem escassez, diferenças, que envolvem o mínimo consenso de justiça. Não enfrentar os desafios é que é uma grande covardia. Nós temos que enfrentar os desafios, do meu ponto de vista, tentando conciliar esses dois pontos. Política de distribuição sim e política de reconhecimento que não se transformem em pólos substancialistas. Produzindo isso nós vamos dar um avanço bastante significativo para um mundo com menor sofrimento humano. Um mundo bom já seria otimista demais, melhor buscar um mundo possível. **NA**



Foto Rodolpho Oliva

Nuestros problemas son los de la vida societaria, son problemas ligados con la escasez, con las diferencias y con un mínimo consenso de justicia. No enfrentar los problemas es una gran cobardía.

1960, existió una política democrática, fundamentalmente de izquierda, que pensaba así: resolver los problemas del mundo equivale a resolver los problemas de redistribución. A partir de los años 70 el foco se altera. Ya no hay más políticas universalistas, sino políticas de reconocimiento. Es decir, el problema de las identidades (el debate, la búsqueda de afirmación), representado en la lucha de las minorías (género, étnicas, raciales) comienza a imponerse. El mayor desafío del siglo XXI no es A o B, redistribución o reconocimiento, sino más bien conjugar A y B, tal como afirma Nancy Fraser, a través de la creación de políticas de redistribución extremadamente significativas que puedan crear condiciones mínimas de igualdad societaria. A todo esto, claro, se le suman las políticas de reconocimien-

to, de igualdad, sin que se caiga en el substancialismo. Esas identidades también son flexibles, son plurales. ¿De qué manera negociar un mundo con tanta diversidad? El desafío es enorme. Hay un juego que me parece sensacional y que consiste en lo siguiente: los romanos hacían puentes; nosotros hacemos puentes tal como los hacían ellos. Y construimos algunos mucho más complejos que los de los romanos. Los romanos tenían problemas de justicia social; nosotros también, pero no conseguimos igualarnos, tal como lo hacemos con los puentes. Nuestros problemas son los de la vida societaria, son problemas ligados con la escasez, con las diferencias y con un mínimo consenso de justicia. No enfrentar los problemas es una gran cobardía. Tenemos que enfrentarlos y, a mi modo de ver, tenemos que hacerlo intentando buscar una conciliación de esos dos puntos. Política de distribución, sí, y también política de reconocimiento. Pero debemos cuidar que las mismas no se transformen en polos substancialistas. Haciendo esto contribuiremos a que el mundo avance de modo significativo. Habrá menos sufrimiento. Pensar en un mundo bueno ya sería ser demasiado optimista. Pensemos mejor en un mundo posible. (N)

construindo Caminhos

construyendo caminos



Será que existem alternativas para mudar o contexto latino-americano, ou seja, será que há caminhos possíveis para transformar a realidade dos países da América Latina, tão marcados por constantes atos de violência? A seção Construindo Caminhos dessa nova edição da Revista Novamerica trás algumas reflexões que indicam possibilidades para construir uma vida mais digna e solidária para todos e todas. São artigos que apontam alguns exemplos como: a resolução de conflitos relacionados à posse da terra por meio da mediação comunitária, de modo que seja possível recuperar a paz social; a reorganização dos espaços urbanos, a fim de aprimorar a convivências dos diferentes cidadãos e cidadãs que os utilizam, ressaltando inclusive a necessidade do desenvolvimento de um amplo projeto de educação para o trânsito; implementação de ações educativas, que adotem a mediação escolar e/ou o diálogo como ferramentas para a resolução de conflitos entre seus diferentes sujeitos, principalmente entre educadores, alunos e seus pais. São algumas estratégias e/ou ações que podem transformar e contribuir para a construção de uma cultura da paz.

¿Existirán
alternativas para
cambiar el contexto

latinoamericano? Es decir, ¿habrá caminos posibles para transformar la realidad de los países de América Latina, tan marcados por constantes actos de violencia? La sección Construyendo Caminos de esta nueva edición de la Revista Nuevamerica trae algunas reflexiones que señalan posibilidades para construir una vida más digna y solidaria para todos y todas. Son artículos que apuntan algunos ejemplos, como: la resolución de conflictos relacionados a la posesión de la tierra a través de la mediación comunitaria, de modo tal que sea posible recuperar la paz social; la reorganización de los espacios urbanos con el fin de mejorar la convivencia de los/as diferentes ciudadanos y ciudadanas que los utilizan y el énfasis en la necesidad de desarrollar un proyecto de educación para el tránsito; la implementación de acciones educativas que adopten la mediación escolar y/o el diálogo como herramientas para la resolución de conflictos entre sus diferentes sujetos, principalmente entre educadores, alumnos y padres. Estas son algunas estrategias y/o acciones que pueden transformar y contribuir para la construcción de una cultura de paz.

Tratamiento gráfico s/foto Arq. Rev. Novamerica Uruguay

Mediaciones comunitarias en conflictos de tierras - Territorios Indígenas



Foto Arq. Rev. Novamerica Argentina

construindo caminhos / construyendo caminos

A mediação comunitária é uma forma alternativa de resolução de conflitos locais, como meio de recuperação da paz social, a compreensão da situação desde diferentes olhares e na busca da justiça a nível comunitário, mediante a participação ativa dos afetados.

A mediação comunitária indígena pode entrever-se como um complemento eficaz para a abertura ao diálogo, elemento indispensável para a construção da paz dos povos originários, que se encontram em acelerado processo de revalorização e recuperação das suas práticas culturais ancestrais, dentre as quais os mecanismos de resolução de conflitos e da imposição de sanções, processo que se deve respeitar e reconhecer no marco do Direito e Instituições Oficiais.

Rodrigo
 Sebastián Solá

*Miembro de la Asesoría
 Jurídica del Equipo Nacional
 de Pastoral Aborigen (ENDEPA)
 Argentina. Acompaña especialmente
 al Pueblo Kolla en la provincia de Salta
 y al Pueblo Guaraní en la provincia de Jujuy.
 Email: sola.rodrigo@gmail.com*



Históricamente, los Pueblos Originarios han desarrollado diversos mecanismos pacíficos de manejo y resolución de conflictos, en un intento permanente de contribuir al mantenimiento de la paz comunitaria. Cabe destacar que, en general, conforme a sus cosmovisiones particulares, se concibe el universo como una totalidad en la que no puede entenderse a las partes independientemente del conjunto, y en el que cualquier desequilibrio (llámese en este caso “conflicto”), genera consecuencias en el orden universal. En este sentido, las comunidades indígenas han sido y siguen siendo ejemplo de tolerancia, diálogo fraterno y búsqueda de soluciones pacíficas frente a diferentes manifestaciones de violencia, incluida la estatal.

Estas herramientas ancestrales de pacificación social han sido reconocidas en tratados internacionales, tales como el Convenio 169 de la OIT¹ y la recientemente aprobada Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas².

En la actualidad, se plantea la importancia de reflexionar acerca del posible relacionamiento y utilización de mecanismos o institutos jurídicos modernos alternativos, de resolución de conflictos, como el de la mediación en ámbitos comunitarios indígenas. Algunos países latinoamericanos, tales como Colombia, Ecuador y Perú se encuentran transitando este camino.

Por lo tanto, se hace indispensable profundizar en esta cuestión, la cual está ceñida a la problemática de las tierras-territorios indígenas, y comenzar a preguntarnos si es posible hablar de mediación comunitaria en contextos indígenas y bajo qué forma, en qué niveles puede manifestarse, cuáles temas son mediables, qué perfil debe reunir el mediador en cada caso, entre otros. Sobre algunos de estos puntos intentaremos avanzar brevemente en los apartados siguientes, a modo de un sencillo aporte para la reflexión. Compartiremos, también, una experiencia del mundo andino como contribución para el análisis.

LA MEDIACIÓN COMUNITARIA

La mediación comunitaria es una forma alternativa de resolución de conflictos locales que pone el acento en la recuperación de la paz social, en la comprensión de la situación, desde las diferentes miradas, y en la búsqueda de lo que es considerado justo a nivel comunitario (en sentido general) mediante la participación activa de los actores afectados. Presenta ciertas dosis de flexibilidad en sus métodos, respecto de la mediación tradicional, pero lo más importante es que procura abrir canales de diálogo que redundan en un mayor fortalecimiento de la propia comunidad.

Como una derivación de la mediación comunitaria, surge la noción de mediación comunitaria indígena, la cual, debido a su peculiaridad, debe contar necesariamente con elementos tales, como: fuerte control del proceso por parte de la comunidad involucrada, adecuación del procedimiento a las pautas culturales propias, respeto por las autoridades comunitarias y sumisión al derecho consuetudinario.

En materia de tierras-territorios, conforme el tipo de conflicto o desavenencia, podríamos caracterizar tres niveles con sus particularidades y analizar en cada situación la posibilidad, conveniencia y límites de la mediación comunitaria indígena:

a) Conflicto Intracomunitario: la discrepancia se produce entre miembros de una misma comunidad; el caso se encuentra circunscrito a su órbita territorial. En contextos urbanos se los denominaría "conflictos vecinales". Podría tratarse de diferencias de criterios en relación a ocupación, uso de la tierra, trabajos comunitarios, etc. Consideramos que estas situaciones deben resolverse hacia el interior de la comunidad mediante los procedimientos e instituciones que se consideren adecuados y válidos comunitariamente, aunque nada obstaculizaría la posibilidad de utilizar la mediación comunitaria indígena como una herramienta de contribución para la comunicación. En este último supuesto, la figura del mediador la asumiría un miembro de la comunidad que puede ser una de las autoridades tradicionales o no, pero siempre actuando en concordancia con estas y legitimando su autoridad.



Foto Arq. Rev. Novamerica Argentina

La mediación comunitaria es una forma alternativa de resolución de conflictos locales que pone el acento en la recuperación de la paz social, en la comprensión de la situación, desde las diferentes miradas, y en la búsqueda de lo que es considerado justo a nivel comunitario (en sentido general) mediante la participación activa de los actores afectados.



b) Conflicto Intercomunitario: la diferencia se plantea entre distintas comunidades con alguna conexión territorial, en general por problemas de ocupación o invasión de límites comunitarios. La mediación comunitaria indígena puede presentarse como un instrumento ideal que permite obtener una visión integral comprensiva y, por fin, la visión del otro. El rol de mediador tendría que ser asumido por una persona con legitimidad y consenso en todas las comunidades involucradas. Deberá tomar los recaudos suficientes que le permitan acompañar el proceso desde una posición imparcial y considerar la importancia de explicitar elementos relacionados con el proceso, las intervenciones, el alcance y la validez de los posibles acuerdos, a fin de evitar malos entendidos que puedan agravar el conflicto, sobre todo si se trata de comunidades pertenecientes a diferentes pueblos y culturas.

c) Conflicto Extracomunitario o Multipartes: se caracteriza por la intervención de terceros, ajenos a la comunidad, por ejemplo el Estado o particulares. Técnicamente, estaríamos fuera del ámbito de la mediación comunitaria indígena. Excepcionalmente, podría plantearse como una mediación tradicional en asuntos puntuales relacionados con indemnizaciones o compensaciones económicas, con la ubicación de nuevas tierras aptas y suficientes para continuar el desarrollo comunitario, con mecanismos de entrega o plazos. En ningún caso podría referirse a asuntos que cuestionen, pongan en riesgo, limiten, restrinjan o atenten, de la forma que sea, la propiedad o posesión comunitaria de las tierras que tradicionalmente ocupan, o cualquier otro derecho comunitario, por no ser estos asuntos materia de mediación, transacción, ni negociación, ya que vulneraría el orden público reconocido a nivel constitucional por el Estado Argentino.

UNA SOLUCIÓN FRATERNA EN EL MUNDO ANDINO

Una diferencia de criterios generó serios inconvenientes en el marco de la lucha por la regularización de las tierras y territorios que ocupan ancestralmente comunidades andinas del Pueblo Kolla, del norte argentino (a quienes no mencionaremos expresamente para preservar su proceso). Una de las comunidades reivindicaba un espacio que entendía le correspondía por posesión (se trata de lugares de pastoreo) y la otra defendía que dicho zona se encontraba dentro de los límites de su jurisdicción. De esta forma, entraron en conflicto diversas concepciones de territorio, expresiones de derecho indígena y civil, y lazos históricos de ambas comunidades. Los primeros intentos de acuerdo no fueron satisfactorios, por el contrario, solo lograban recrudecer la situación.

Debido a la escalada que estaba sufriendo el conflicto, y dado que estaba afectando a la organización de todo el Pueblo Kolla, se decidió intentar con nuevas formas y proponer una mediación intercomunitaria.

Se solicitó al INAI (Instituto Nacional de Asuntos Indígenas) que participara enviando un mediador como tercero interesado, ya que ambas comunidades se encontraban ejecutando proyectos de regularización dominial subsidiados por dicho organismo. Se pidió también la participación de un abogado de ENDEPA (Equipo Nacional de Pastoral Aborigen) y de un ingeniero agrimensor, para formar parte del apoyo técnico. Las propias comunidades plantearon criterios de participación: que intervinieran dirigentes representativos con facultad para la celebración de acuerdos y que se encontraran presentes los ocupantes de la zona en cuestión, por ser estos quienes mejor conocían la realidad.

La mediación pudo realizarse un año y medio después que empezaron los primeros desencuentros. Abierto el

proceso, cada uno de los participantes se presentó y manifestó preocupación por la situación y recordó los vínculos de fraternidad que unen a todo el pueblo desde tiempos inmemoriales. Luego, propusieron dibujar sobre fotos satelitales el reclamo de cada parte y avanzar en la presentación de propuestas. El primer acuerdo fue "respetar a los miembros que tienen animales que vienen heredando, donde trabajarán en forma armónica, es decir habrá una relación como vivían los abuelos... continuará el respeto mutuo como habitantes y poseedores de estas tierras..."³. De esta forma se alejaban fantasmas de desalojos y tranqueras en el sentido occidental.



Foto Arq. Rev. Novamerica Argentina

El objetivo central de cualquier mediación es contribuir a resolver un conflicto, a través de la comprensión de la realidad desde una mirada total que incorpora la visión del otro y la compatibiliza con la propia.

construindo caminhos construyendo caminos



Posteriormente, se siguieron los pasos para reclamar la titularización bajo la forma de propiedad comunitaria, pero no hubo acuerdo. Considerando el enorme avance realizado, el mediador propuso finalizar la reunión y acordar una nueva instancia con planteos renovados. Los delegados comunitarios solicitaron un cuarto intermedio antes de cerrar la jornada y se reunieron aparte durante más de una hora. Volvieron festejando un acuerdo que satisfacía a todos: respetar las ocupaciones de todos los habitantes, elaborar un reglamento entre las comunidades y luchar de forma conjunta por el territorio en cuestión, reclamando un título compartido por ambas comunidades.

Esto supuso un aprendizaje y crecimiento para todos los participantes y un fortalecimiento a nivel comunitario. La mediación como herramienta formal fue una novedad por todo lo que ha generado, aunque, vale destacar, que el acuerdo final fue alcanzado con mecanismos propios del mundo andino. Se combinaron, así, prácticas culturales de resolución de conflictos con elementos innovativos que alcanzaron una síntesis superadora.

ALGUNAS IDEAS FINALES

El objetivo central de cualquier mediación es contribuir a resolver un conflicto, a través de la comprensión de la realidad desde una mirada total que incorpora la visión del otro y la compatibiliza con la propia.

La presentación de mecanismos alternativos pacíficos, de resolución de conflictos, en contextos comunitarios indígenas, responde a la idea de abordar nuevas formas de solución de conflictos “que sean compatibles tanto con su propia cultura como con las normas legales del Estado, pues resulta trascendental mantener el delicado balance entre la innovación y la preservación de la cultura”⁴.

Debe considerarse, además, que muchos de los conflictos actuales tienen relación con problemas modernos relacionados con intereses de terceros extraños a las comunidades indígenas. Estos conflictos deben abordarse desde una perspectiva integral, aunque -tal como dijimos- no es posible mediar, transar ni negociar sobre derechos indígenas basados en la preexistencia de las comunidades indígenas, puesto que esto alteraría el orden público constitucional.

Los Pueblos Originarios se encuentran en acelerado proceso de revalorización y recuperación de sus prácticas culturales ancestrales, véanse entre ellas, los mecanismos de resolución de conflictos y la imposición de sanciones. El Estado y el resto de la sociedad deben respetar este proceso y buscar su reconocimiento en el marco del Derecho e Instituciones Oficiales. La mediación comunitaria indígena puede avizorarse como un complemento eficaz para la apertura del diálogo, elemento indispensable para la construcción de la paz. (VA)

1 Artículo 8. 1. Al aplicar la legislación nacional a los pueblos interesados, deberán tomarse debidamente en consideración sus costumbres o su derecho consuetudinario. 2 Dichos pueblos deberán tener el derecho de conservar sus costumbres e instituciones propias, siempre que estas no sean incompatibles con los derechos fundamentales definidos por el sistema jurídico nacional, ni con los derechos humanos internacionalmente reconocidos. Siempre que sea necesario, deberán establecerse procedimientos para solucionar los conflictos que puedan surgir en la aplicación de este principio.

Artículo 9. 1. En la medida en que ello sea compatible con el sistema jurídico nacional y con los derechos humanos internacionalmente reconocidos, deberán respetarse los métodos a los que los pueblos interesados recurren tradicionalmente para la represión de los delitos cometidos por sus miembros.

2 Artículo 40. Los pueblos indígenas tienen derecho a procedimientos equitativos y justos para el arreglo de conflictos y controversias con los Estados u otras partes, y a una pronta decisión sobre esas controversias, así como a una reparación efectiva de toda lesión de sus derechos individuales y colectivos. En esas decisiones se tendrán debidamente en consideración las costumbres, las tradiciones, las normas y los sistemas jurídicos de los pueblos indígenas interesados y las normas internacionales de derechos humanos.

3 Texto conforme al acta de 10 de enero de 2008.

4 Vintimilla Saldaña, Jaime. “La Mediación Comunitaria en el Ecuador”. www.cides.org.ec

A rua como lugar social e de convivência pacífica



Foto Rodolpho Oliva

construindo caminhos / construyendo caminos

El considerable aumento de la población ha venido acompañado de elevados índices de violencia como resultado de la falta de preparación del Estado como ente promotor de seguridad y bienestar social. La actual realidad de la calle -lugar social- se encuentra marcada por la violencia hacia las personas, hacia la vida, es decir, pasó a ser de vacío de convivencia pacífica. La educación para el tránsito también es papel de las escuelas; orientar y educar principalmente a los niños y jóvenes que usan este escenario es responsabilidad de padres, educadores y Estado.

Esa educación ayudará a construir una sociedad menos violenta, una calle feliz y a celebrar la vida a través de la seguridad pública de los ciudadanos.

Náthima Ferreira Sampaio Danel
Jornalista e Especialista em Segurança Pública e Cidadania Brasil. nathimasampaio@hotmail.com



Há pelo menos duas décadas atrás, a rua era lugar de lazer, saía-se para ela em busca de conversas com vizinhos, as crianças para brincar de barra bandeira, esconde-esconde, entre outras brincadeiras infantis. Em frente às casas, o clima era de alegria, descontração e troca de informações acerca de acontecimentos da própria rua, do bairro, da cidade, bem como de contexto nacional e internacional, onde os casos de violência social eram mais escassos, se comparados aos dias de hoje, apesar de também chocarem a sociedade da época.

O crescimento considerável da população foi acompanhado pelos índices de violência, o que se pode deduzir que seja resultado do despreparo do Estado enquanto ente promotor da segurança e bem estar social em conseguir controlar o crescimento populacional, bem como as mazelas sociais: pobreza, miséria, violência, analfabetismo, etc.

A realidade da rua, lugar social, nos dias de hoje, passa a ser de vazio da convivência pacífica, e de entupimento por mendigos, crianças de rua, desocupados, assaltantes, ladrões, enfim, pela violência às pessoas, à vida.

construindo caminhos / construyendo caminos



Foto Davi Marcos

Esse cenário é manifestado ainda no grande número de acidentes de trânsito, em que milhares de pessoas são vitimadas, vidas ceifadas, e outras terão seqüelas físicas e psicológicas, às vezes, insuperáveis, gerando transtornos e dificuldades às famílias que quando pobres, viverão esses problemas de modo mais efetivo, além do Estado, que terá mais pessoas nas filas dos hospitais públicos e mais gastos a serem cobertos. Dessa forma, o espaço deixado nas cidades para a circulação de pessoas, o diálogo, encontros passa a ser de desencontros, brigas e morte, porém, as crianças não sabem disso (os pais quando trabalham não têm tempo para acompanhar o dia-a-dia dos filhos e alguns até estimulam a inserção dos menores nesse cenário de violência) e continuam nas ruas, sendo vítimas da violência, de toda espécie de abuso, daqueles acidentes de trânsito, e da criminalidade. Vê-se que muitas são usadas para a prostituição, na prática de furtos, venda de drogas ilícitas e até mesmo homicídios.

O espaço em que se chega aos diferentes lugares da cidade e que se alcança também o mundo é encoberto ainda pela poluição sonora e do ambiente físico. A fumaça excessiva emitida pelos milhares de carros que circulam as ruas, faz mal e prejudica a saúde das pessoas, além de contribuir para o aumento do aquecimento global, que traz também por consequência, o descontrole ambiental. O lixo jogado nas ruas enfeia a cidade, entope

bueiros, causa enchentes e adoce as pessoas.

É papel também das escolas a educação para o trânsito, é responsabilidade dos pais, educadores e Estado orientar e educar principalmente as crianças e os jovens (os jovens e os adolescentes estão cada dia mais violentos e responsáveis por muitos acidentes no trânsito, sendo eles, a maior parte das vezes, as principais vítimas) que desde cedo, já fazem uso deste cenário. Essa educação irá ajudar a reconstruir uma sociedade menos violenta; uma rua feliz.

A grande circulação de pessoas, o fluxo intenso de carros, motos, pedestres, o barulho emitido pelos veículos automotores; o céu nublado pela fumaça liberada pelos carros; o saco plástico e o papel jogados no chão; gente passando de um lado para o outro da rua; a faixa de pedestre em que os carros e motos não respeitam; o semáforo com a luz vermelha acesa e carros em movimento; o caos nos hospitais públicos (não há médico e nem remédio para todos os pacientes); as viaturas policiais, todas em atendimento à ocorrências (não há policiais nem veículos suficientes para atender de modo satisfatório aos chamados da população); a corrupção no judiciário, legislativo, executivo montam um cenário chamado de caos social.

A vida das pessoas é representação simbólica da violência em todas as esferas da sociedade. Porém, vemos grupos de estudantes de escolas públicas fazendo campa-

Na busca por dias melhores, (...) há esperança da reconstrução da rua (...), onde brincadeiras de criança, os trabalhos lícitos, a harmonia com a natureza, a convivência pacífica entre negros, índios, homossexuais, brancos, mulheres e homens, em fim, celebrem a da vida numa ampliação do espectro chamado de segurança pública aos cidadãos.

nha para salvar igarapés; ecologistas de todo o mundo lutando para preservar animais em extinção da fauna brasileira; políticos que lutam contra a corrupção e em favor do desenvolvimento sustentável; profissionais da saúde que se dispõem a atuar em lugares onde só é possível chegar por meio de barco (às vezes, leva-se até dias para alcançar certos destinos); o Estatuto do Índio, que apesar de não garantir, na prática, todos os direitos aos indígenas, serve de grande passo para legitimar a igualdade entre as pessoas; policiais, de diferentes esferas de competência, realizando trabalhos éticos, não violento, não corrupto, valorizando a vida humana e respeitando os direitos do homem, da criança e do adolescente.

Na busca por dias melhores, num futuro próximo e diferente, há esperança da reconstrução da rua como espaço de reconstrução do considerado ético e moralmente aceito, onde brincadeiras de criança, os traba-

lhos lícitos, a harmonia com a natureza, a convivência pacífica entre negros, índios, homossexuais, brancos, mulheres e homens, em fim, celebrem a da vida numa ampliação do espectro chamado de segurança pública aos cidadãos. (A)

Texto extraído do site www.forumseguranca.org.br. Publicação na Revista Novamerica autorizada pela autora.



Foto Rodolpho Oliva

construindo caminhos

construyendo caminos

Mediación socioeducativa: ser educador en un cambio de época



Foto Arq. Rev. Novamerica Uruguay

construindo caminhos / construyendo caminos

No contexto de mudanças, tensões e transformações que vive a escola, a mediação escolar é uma ferramenta para a resolução positiva de conflitos no âmbito educativo, que implica uma determinada forma de conceber o vínculo educativo, a construção da autoridade e o desenvolvimento de habilidades que promovam uma escola resiliente para alunos, pais e educadores; uma escola que seja capaz de pensar e se pensar. A mediação propicia um encontro entre os alunos envolvidos num conflito e alunos mediadores, para favorecer o diálogo entre todos e provocar a compreensão de uma temática, uma idéia ou de outra pessoa.

Ana Osimani
 Adrián Arias
 anaosmani@adinet.com.uy
 aarias@montevideo.com.uy
 Uruguay



INTRODUCCIÓN

La mediación escolar es una herramienta para la resolución positiva de los conflictos en el ámbito educativo. Pero más allá de las formas, la misma se inscribe en un contexto de cambios, de tensiones y transformaciones de la institución escuela y especialmente en la representación social de que se encuentra investida actualmente.

Cuando hablamos de mediación, no solo hacemos referencia a un conjunto de herramientas para la resolución de conflictos, sino también a una forma de concebir el vínculo educativo, la construcción de la autoridad y el desarrollo de habilidades que hacen a una escuela resiliente, tanto para los alumnos como para los padres y educadores.

Estamos en un cambio de época, con todas las incertidumbres y sorpresas que esto genera y, por lo tanto, necesariamente llamados a generar nuevos pensamientos sobre nuestro ser y estar en la escuela.

PENSAR LA ESCUELA

Pensar la escuela en un cambio de época, exige reconocer que las formas de construcción de la subjetividad cimentadas sobre ciertas instituciones (Estado - Familia - Escuela) han cambiado. Esto se manifiesta en el

Navegar en esta incertidumbre plantea a su vez una gran oportunidad de asistir de manera activa a un tiempo de cambios, de conflictos, de propuestas y de apuestas, de advertir los signos de lo nuevo y, desde allí, proponer espacios, estrategias y experiencias.

desvanecimiento de la solidez que sustentaban estas instituciones modernas y en las transformaciones socio-culturales, muy marcadas por el desarrollo de modelos de mercado, por la aceleración de los tiempos y por el auge de nuevas formas comunicacionales, factores estos que conllevaron a que lo estático se volviera fluido y a que lo relativo se convirtiera en estable.

La escuela, como institución de carácter moderno, vive estas transformaciones de manera tensa. Debe asumir sus límites, reconocer los nuevos modelos de familia y las presiones que esta le transfiere, los cambios que la sociedad espera de la educación y los intereses de los niños y adolescentes de este tiempo.

Navegar en esta incertidumbre plantea a su vez una gran oportunidad de asistir de manera activa a un tiempo de cambios, de conflictos, de propuestas y de apuestas, de advertir los signos de lo nuevo y, desde allí, proponer espacios, estrategias y experiencias.

Quienes trabajamos en este ámbito hemos conversado reiteradas veces sobre la sensación de soledad y desvalorización que los educadores y las educadoras perciben en medio de esta crisis, al constatar que el "saber" sobre ciertas situaciones –especialmente aquellas asociadas con la violencia, el desafío a la autoridad o las relaciones con las familias–, no da respuesta a los conflictos.

Quando se agota el saber sobre las situaciones, emerge la necesidad imperante de pensar sobre ellas. Pensar estas nuevas situaciones parte de reconocer:

- Que la situación educativa no está asegurada.
- Que hay que producirla continuamente y en condiciones difíciles.

La propuesta de la mediación se enmarca en una escuela que se reconoce como un territorio capaz de pensar y pensarse, y no como una suma de individualidades que solo vienen a hacer su tarea.

LA TAREA COLECTIVA DE PENSAR (EN) LA ESCUELA

El pensamiento colectivo no es posible si cada cual piensa solamente desde sí, sin asumir la naturaleza colectiva de las situaciones. Muchas veces quienes trabajamos en centros educativos reclamamos más espacios de participación, de escucha, pero no siempre estamos abiertos a la escucha del otro, a la participación del otro. Pensar colectivamente implica una apertura interna y un desarrollo del respeto profesional.

Pensar colectivamente no es solamente defender posiciones. Es participar de un proceso dispuesto a "cambiar". Esto Implica:

- Saber escuchar.
- Saber y reconocer que los otros (todos los otros) también están pensando.
- Asumir que el pensamiento no brota solo de mi cabeza.
- Pensar colectivamente favorece un entramado afectivo e intelectual que surge sinceramente de un reconocimiento de la diversidad, pero no como fuente de disputa, sino como riqueza de miradas.

¿QUÉ ES LA MEDIACIÓN SOCIOEDUCATIVA?

Entendida en medio de este entramado coyuntural, la mediación socioeducativa aparece como posibilidad de una convivencia más pacífica, a partir de la participación activa de los niños y los adolescentes.

Nuestra experiencia con la mediación socioeducativa surgió en el año 1999, cuando nos vimos en la necesidad de adoptar un método que diera respuesta a una realidad de conflictos permanentes en los sextos años de primaria, en el Colegio Pedro Poveda. Analizábamos con los niños la dinámica grupal que se producía durante cada situación de conflicto:

Conflicto – violencia- sanción – conflicto.

Las situaciones conflictivas no solo quedaban sin resolver, sino que el vínculo se deterioraba cada vez más. Ante esta realidad, y a la luz de aportes teóricos sobre

Mediación, iniciamos -con el apoyo de la dirección del nivel primario-, una experiencia piloto sobre resolución positiva de conflictos, que consistía en ofrecerle a un grupo voluntario de alumnos, herramientas de mediación. Esta experiencia fue evaluada y al año siguiente se propuso dar comienzo al programa de Mediación Escolar que hoy lleva nueve años de existencia.

La definición que hemos ido construyendo desde la experiencia del colegio Pedro Poveda es:

“Un proceso mediante el cual, alumnos que han tenido un conflicto se reúnen a dialogar con dos alumnos mediadores y juntos buscan las posibles soluciones y llegar a un acuerdo mutuamente aceptable”.

Hoy creemos en una actitud mediadora que permita la participación de todas las personas que integran la comunidad educativa: los docentes, los alumnos, los padres. Esto implica ver el conflicto como posibilidad



Foto Arq. Rev. Novamerica Uruguay

construindo caminhos / construyendo caminos

Foto Arq. Rev. Novamerica México



de aprendizaje y crecimiento, en la medida en que son utilizadas herramientas pacíficas que ayudan a resolverlos, y en que se estimulan las habilidades sociales, la escucha activa y el desarrollo de la empatía en todos los protagonistas. Iniciado este proceso, podemos decir que trabajamos para transformar las relaciones interpersonales, para producir un efecto dentro de la comunidad del colegio, con resonancias fuera del centro y para ayudar a generar un movimiento de construcción de ciudadanía en el entramado social-local.

MEDIACIÓN EN UN CENTRO EDUCATIVO: UN ENCUENTRO PARA DIALOGAR

Cuando comunicamos a otros nuestra experiencia de Mediación Escolar y expresamos que consiste en una herramienta útil de resolución de conflictos entre alumnos, las personas que nos escuchan quedan encantadas por tan magnífico recurso. Acto seguido nos preguntan: ¿cómo lo hacen? Les respondemos explicándoles qué se hace en una mediación: propiciar un encuentro entre los alumnos que han tenido un conflicto y los dos alumnos mediadores, y favorecer el diálogo entre todos.

Tal vez ante esta respuesta muchos pensarán: ¿y para eso tanto lío?... eso, yo lo hago con los alumnos -pedirles que conversen- y muchas veces no da ningún resultado...

Es que la palabra diálogo es muy nombrada, y al parecer todos sabemos a qué se refiere y tenemos la idea

construindo caminhos / **construyendo caminos**

ingenua de que para dialogar se necesita poca cosa: dos personas que posean un aparato auditivo adecuado y un código lingüístico común. Fácil, ¿no? Pero el diálogo, la conversación, actividad humana por excelencia, no es tan simple; es una actividad compleja que nos permite observar desde los axiomas de la comunicación hasta la gestación de grandes malentendidos y desencuentros. Las palabras tienen poder en nuestro imaginario y en nuestras acciones.

Y... ¿para qué queremos dialogar? Fundamentalmente, para llegar a comprender, ya sea una temática, una idea, o a una persona. Ahora bien ¿qué ocurre si partimos de una verdad que creemos objetiva y, por lo tanto, la única posible? ¿Vamos a escuchar lo que otra persona plantea?

Lo mismo puede ocurrirnos cuando dialogamos e intentamos comprender a ese otro que es distinto: lo escuchamos, pero desde nuestras creencias, prejuicios, sistema de valores, desde lo que nos gustaría oír... entonces, ¿escuchamos realmente lo que tiene para decir?

A todo esto se suma el hecho de que los seres humanos frecuentemente intentamos explicar lo ocurrido partiendo de una causalidad lineal del tipo: "A se enojó porque B le hizo X", o sea que la causa del enojo de A se circunscribe solo a la conducta mantenida por B. Pero hoy en día esto puede ser entendido desde ciertos paradigmas científicos como la Teoría de la Comunicación humana o la Teoría de los Sistemas.

Desde estas perspectivas, la comunicación humana se entiende desde la causalidad circular, es decir, la recurrencia y la retroalimentación son la esencia de los intercambios comunicacionales entre las personas. Siguiendo con el ejemplo, y aplicando la causalidad circular, podríamos pensar que seguramente B actuó de esa forma porque antes A se refirió/dirigió a él de forma negativa, lo que a su vez tenía que ver con algo que C le había contado a A respecto de B, que le hizo pensar...

Como vemos, cuando operamos de esta manera, tenemos que atender a todas las acciones, a toda la red de relaciones y al contexto. Y aún así no tendremos la certeza de poder explicar todo. Siempre nos moveremos entre las fronteras de la incertidumbre y de la complejidad de las relaciones humanas.

Así lo enuncian Ceberio y Watzlawick, "En la conversación, emisor y receptor intercambian continuamente sus papeles sin que, una vez iniciado el proceso, sea posible separar causas y efectos. Los actores que intervienen en ella alumbran así una nueva cualidad relacional que les trasciende..."

Por eso decimos que dialogar no es tan fácil como se suele pensar. Es necesario tener cierto entrenamiento en "el arte de conversar" y eso tiene que ver con ciertas habilidades sociales, con la empatía, con la capacidad de escucha activa y con una intencionalidad.

Dialogar, conversar es una actividad que los humanos estamos reemplazando por otras formas de comunicación -muy valiosas por cierto- como el sms, el chat, el correo

Cuando comunicamos a otros nuestra experiencia de Mediación Escolar y expresamos que consiste en una herramienta útil de resolución de conflictos entre alumnos, las personas que nos escuchan quedan encantadas por tan magnifico recurso. Acto seguido nos preguntan: ¿cómo lo hacen?


construindo caminhos

construyendo caminos

Después de escuchar al otro, de descubrirlo, es posible darse cuenta de que juntos podemos construir una verdad que contiene nuestra forma de ver el mundo enriquecida y ampliada por la forma de ver el mundo de la persona que dialoga con nosotros.

electrónico, pero que no sustituyen el encuentro “cara a cara” con el otro, con su verdad, con sus sentimientos, sus creencias, dificultades y fortalezas. Después de escuchar al otro, de descubrirlo, es posible darse cuenta de que juntos podemos construir una verdad que contiene nuestra forma de ver el mundo enriquecida y ampliada por la forma de ver el mundo de la persona que dialoga con nosotros.

“Nuestra palabra es una voz plural. Detrás de cada palabra dicha hay un coro de voces, de múltiples voces, reconocibles, audibles. No estamos solos ni solas. Caminamos con otras y otros. Y aunque el plural disuene, no se excluyen las demás voces ni se acallan,

ni se marginan, ni se mutilan. La cuestión es hacer de la disonancia un acuerdo posible y necesario: una palabra plural, para un mundo plural, para caminar en plural.” 

ASENSIO, JOSÉ M. (2004), *Una educación para el diálogo*. Barcelona. Ed. Paidós.

ROZEMBLUM, SARA. (2007), *Mediación: Convivencia y resolución de conflictos en la comunidad*. Barcelona. Ed. Grao

WATZLAWICK, P; BEAVIN J.B. Y JACKSON, D.D. (1997) *Teoría de la Comunicación Humana*. Barcelona. Ed. Herder.

Foto Arq. Rev. Novamerica Uruguay



construindo caminhos

construyendo caminos

DA VIOLÊNCIA EM UMA ESCOLA SEM VIOLÊNCIA

Miriam Leite

Professora da UERJ. Rio de Janeiro - Brasil
 miriamsleite@yahoo.com.br

A revisão das publicações nas últimas décadas no Brasil acerca da temática da indisciplina escolar revela um dado interessante: a partir da década de 90, decresce o número de reflexões que especificam essa questão como seu tema central, enquanto aumentam os trabalhos voltados para o problema da violência nas escolas, que passa a incluir sua dimensão simbólica, para além da intimidação e da agressão pela força física. Percebe-se, na leitura dessas produções, que muitas situações anteriormente tratadas como atos de indisciplina passam a ser abordadas como casos de violência escolar. Mais do que algum modismo passageiro, esse deslocamento conceitual parece responder a um agravamento da questão da violência em termos sociais mais amplos, que afeta diretamente a escola, em pelo menos dois sentidos: a invasão explícita, que pode tomar formas diversas, como a presença de estudantes armados, o comércio de drogas, o aliciamento de jovens estudantes para participação no tráfico, disputas de gangues etc.; quando a escola incorpora, na ação dos sujeitos nela atuantes, elementos da cultura da violência, exemplificáveis em práticas discentes e docentes de discriminação e preconceito, ou na regulação do seu coletivo pela força física ou simbólica.

Um estudo de caso que desenvolvi em uma escola da rede pública municipal da cidade do Rio de Janeiro, ao longo do ano letivo de 2006, permite trazer essa discussão para o cotidiano do fazer pedagógico. Localizada fora das chamadas áreas de risco, na fala da maior parte de seus alunos, gestores e professores, a escola não teria problemas de violência em seu espaço. E, de fato, segundo os registros dos cadernos de campo da pesquisa, eram raras as manifestações de violência nas suas formas mais brutais e ligadas à criminalidade. Entretanto, se assumimos o alargamento semântico acima referido, pode-se identificar naquele cotidiano uma flagrante penetração da cultura da violência. Seguem alguns, entre os muitos exemplos possíveis.

Em sala de aula, no pátio ou no refeitório, nem sempre era fácil ser frágil ou diferente entre os alunos da Escola dos Murais. A homofobia era recorrente em discursos e atitudes discentes e, em menor escala, de alguns docentes: meninos identificados como homossexuais pelos colegas eram alvo constante de deboche, repulsa, abusos diversos. Também o preconceito racial, assim como em relação à região geográfica de origem da família ou à sua situação sócio-econômica, aparecia cotidianamente nas interações entre os alunos, sendo alvo de intervenção de um número bastante restrito de professores: “macaco”, “porteiro”, “seu preto”, “paraíba” foram xingamentos muitas vezes presenciados em aulas e recreios.

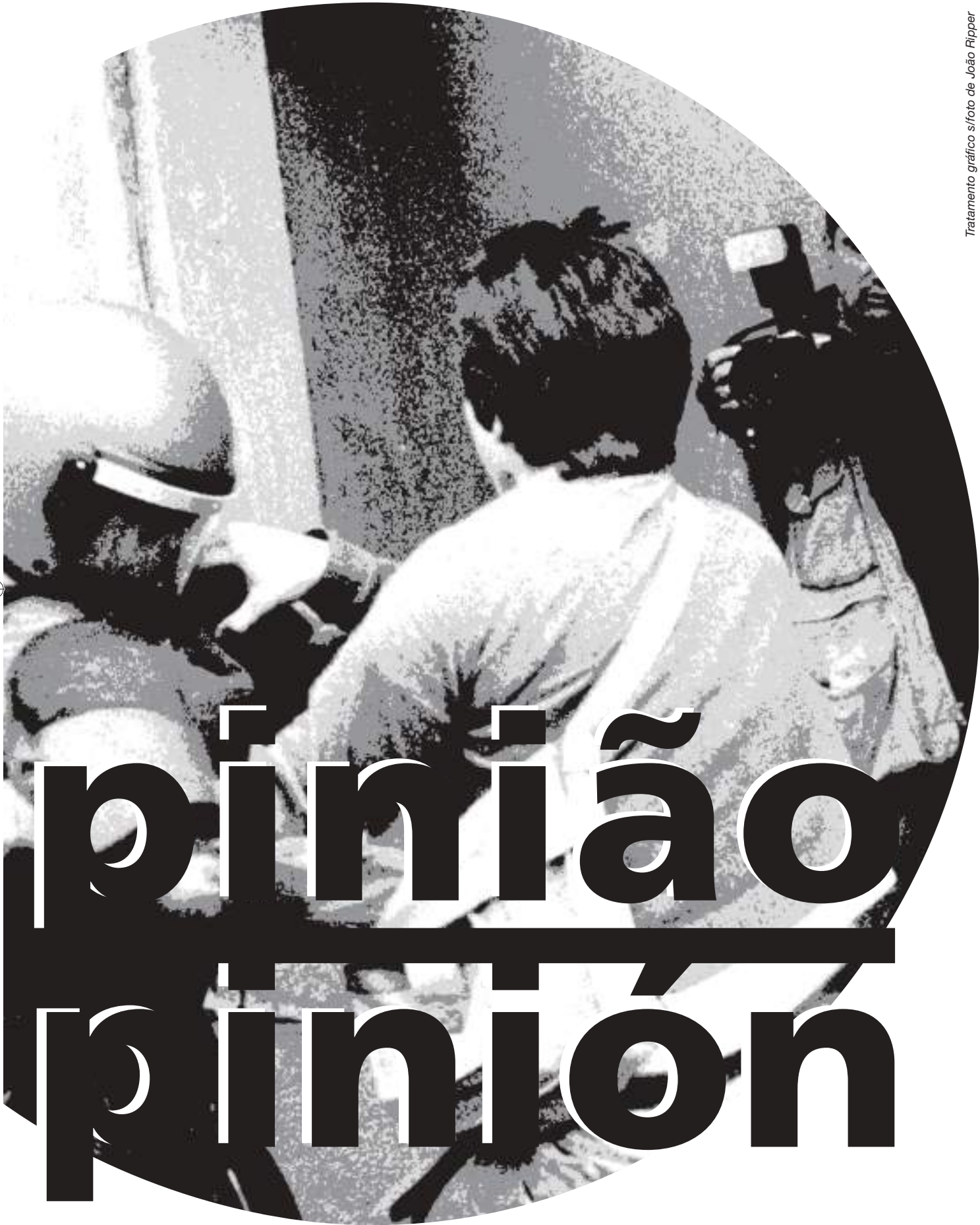
Em síntese, a análise dos registros da pesquisa aponta que a restrição do entendimento da violência à criminalidade e à agressão física favorecia que se relegassem à categoria de indisciplina situações semelhantes às acima apontadas: a dimensão cultural do fenômeno da violência era assim desconsiderada e suas manifestações no dia-a-dia escolar tendiam a ser naturalizadas. Falas preconceituosas e atitudes discriminatórias eram entendidas como brincadeiras e “só um jeito de falar”, condenáveis, porém típicos da infância e da adolescência: “eles são muito cruéis”, “essa idade é terrível”.

É sabido que estudos de caso não autorizam generalizações dos achados que proporcionam. Entretanto, a pesquisa aqui brevemente relatada permite reflexões que podem ultrapassar os limites das suas especificidades. Destaco, nesse sentido, a conclusão de que a ampliação do significado do termo violência, ao incluir as manifestações verbais e simbólicas desse fenômeno, parece favorecer a atuação da escola na contraposição à sua dimensão cultural, na medida em que confere gravidade aos pequenos atos cotidianos que dela resultam, mas que também a reforcem e atualizam.

Violências... Violências... Todos os dias somos obrigados a nos confrontar com situações que nos roubam a tranqüilidade e a possibilidade de uma vida mais digna e feliz. São tantos os problemas relacionados à violência de todo o tipo - desde as agressões físicas muitas vezes fatais até situações simbólicas que de tão violentas são capazes de causar traumas irreparáveis. Essa realidade tão perversa tem causado, em uma abrangência bastante significativa o que os especialistas chamam de Transtorno de Stress Pós-Traumático (TEPT) uma doença muito comum e que tem afetado a vida de muitas pessoas, vítimas diretas ou indiretas da violência que vem atingindo a vida contemporânea em larga escala. Nessa edição, a psicóloga e professora **Vera Lemgruber** nos explica com muitos detalhes o que é Transtorno de Stress Pós-Traumático, ressaltando suas causas e conseqüências, bem como as possibilidades de tratamento e recuperação.

Violencias... Violencias... Todos los días nos vemos obligados a depararnos con situaciones que nos roban la tranquilidad y la posibilidad de una vida más digna y feliz. Son tantos los problemas relacionados a la violencia de todo tipo -desde agresiones físicas muchas veces fatales hasta situaciones simbólicas que, de tan violentas, son capaces de causar traumas irreparables. Esa realidad tan perversa ha agravado de manera significativa lo que los especialistas llaman Trastorno de Stress Post-traumático (TEPT), una enfermedad muy común que está afectando la vida de muchas personas -víctimas directas e indirectas de una violencia que avanza a gran escala en la vida contemporánea. En esta edición, la psicóloga y profesora **Vera Lemgruber** nos explica con detalle de qué se trata el Trastorno de Stress Post-traumático, y resalta sus causas y consecuencias, así como las posibilidades existentes para su tratamiento y recuperación.





Tratamento gráfico s/foto de João Ripper

pinhão pinhão

La violencia urbana puede ejercer influencia sobre los comportamientos de sus víctimas ya que, a pesar de que el ser humano posee la capacidad de adaptación y sobrevivencia, algunas experiencias traumáticas pueden alterar el equilibrio psicológico, biológico y social de un individuo, llegando al estado en que el recuerdo de un evento específico puede matizar todas sus restantes experiencias de vida. A través del proceso de reaprendizaje es posible intervenir para que el futuro de la humanidad no sea necesariamente negativo, mediante abordajes terapéuticos específicas propuestas para el tratamiento del Trastorno de Estrés Pos-Traumático (TEPT).



Foto João Ripper

Repercussões psicológicas da violência urbana

Vera Lemgruber vera@veralemgruber.com.br
Médica psiquiatra e Psicóloga clínica. Chefe do Setor
de Psicoterapia do Serviço de Psiquiatria da SCMRJ
Rio de Janeiro, Brasil

NEUROCIÊNCIA E CAPACIDADE “DARWINIANA” DE ADAPTAÇÃO AO MEIO

O cérebro humano é dotado de uma enorme plasticidade neuronal e os dendritos e axônios dos neurônios estão constantemente fazendo novas conexões sinápticas e removendo outras. De forma que sempre há possibilidade de novas aprendizagens para o ser humano, com a conseqüente formação de novas redes de conexões neuronais.

O processo de crescimento e desenvolvimento do ser humano representa uma série de adaptações progressivas, nas quais o processo de aprendizagem tem um papel importante, cabendo à família e à sociedade em geral gerenciar esse processo de forma a facilitar a adaptação do indivíduo ao meio.

A violência urbana pode exercer influência sobre os comportamentos e as manifestações desadaptativas de agressividade infanto-juvenil. Pesquisas recentes realizadas nas Universidades de Yale e de Nova York (N.Y.U.) revelaram que o ser humano, na faixa do início da adolescência (12 a 14 anos) começa a sofrer um processo de substituição das sinapses (conexões estabelecidas entre os neurônios). Este mecanismo foi denominado de “pruning” (poda). Essas modificações e o estabelecimento de novas conexões neuronais em ritmo intenso tornam o adolescente vulnerável às influências externas e ao novo aprendizado.

Os afetos são forças fundamentalmente dos seres humanos, são adaptativos e não são basicamente perturbadores. A agressividade faz parte dos componentes afetivos inerentes à própria natureza do ser humano, que funcionam como uma espécie de “kit-básico de sobrevivência”. Esse grupo de emoções sofreu modificações durante o processo evolutivo da humanidade, com vantagens adaptativas para o ser humano.

Apesar da reconhecida capacidade de adaptação e sobrevivência do ser humano, algumas experiências traumáticas podem alterar o equilíbrio psicológico, biológico e social de um indivíduo em tal grau, que a lembrança de um evento específico pode matizar todas as suas outras experiências de vida.

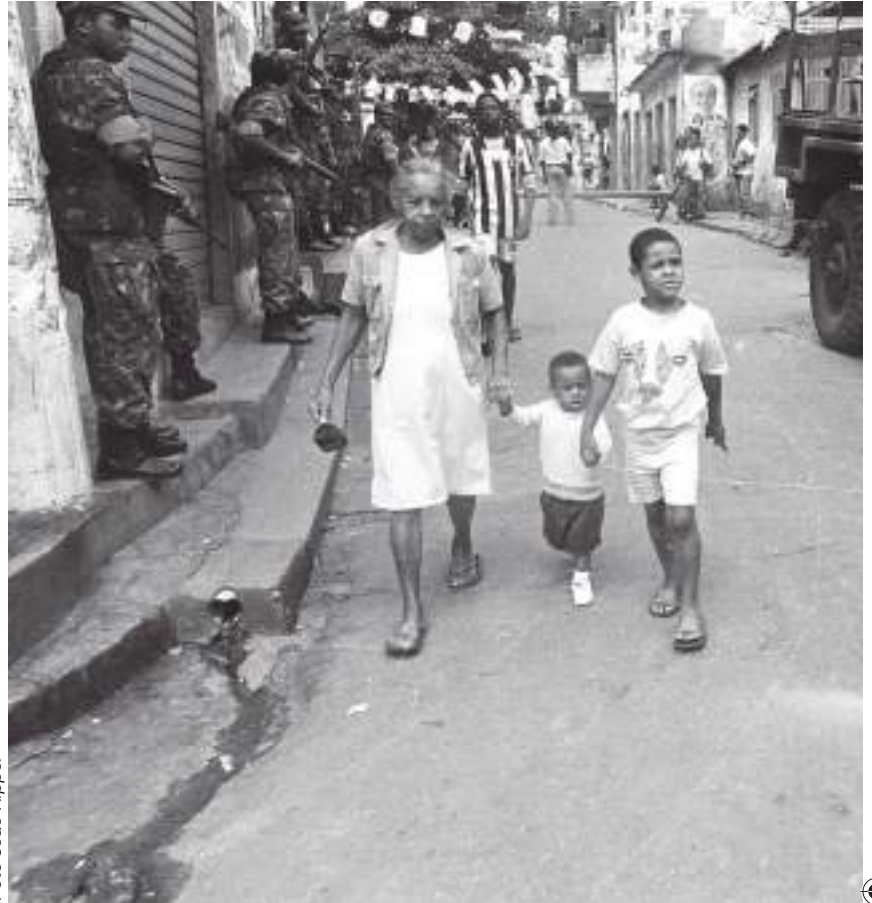


Foto João Ripper

Apesar da reconhecida capacidade de adaptação e sobrevivência do ser humano, algumas experiências traumáticas podem alterar o equilíbrio psicológico, biológico e social de um indivíduo em tal grau, que a lembrança de um evento específico pode matizar todas as suas outras experiências de vida.

TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO (TEPT)

A complexa relação entre traumas e mudanças psicológicas profundas foi reconhecida desde os primórdios da psiquiatria moderna. Recentemente, além de guerras e desastres naturais, vítimas de outras situações têm também sido alvo de estudos sobre o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Vítimas de graves acidentes de automóvel ou de avião, ou de outras situações agressivas da vida urbana, tal como testemunhar mortes violentas, ser vítima de estupro e de seqüestros, compõem um grupo de risco bastante significativo.

Em 1871 no trabalho denominado “On Irritable Heart” (“Sobre o Coração Irritável”), Jacob DaCosta descreveu soldados da Guerra Civil Norte Americana. Na Primeira Guerra Mundial, a síndrome foi chamada “shell shock” (“choque da granada”), já que a hipótese vigente à época era que seria o resultado de traumatismo cerebral ocasionado pela explosão das granadas. Na Segunda Guerra Mundial, uma síndrome correlacionada com a gravidade do estressor (como nos sobreviventes dos campos de concentração nazistas e dos bombardeios



atômicos do Japão) foi identificada como “Neurose de Guerra”.

Tudo o que foi dito e estudado a respeito dos veteranos de guerra, refugiados e vítimas de desastres naturais precisa ser considerado em relação à massa de pessoas que vivem nos arredores superpovoados das grandes cidades do mundo em desenvolvimento. Com frequência, nestas cidades, as pessoas vivem em um clima de guerra, em que os cidadãos estão sob constante pressão e são ameaçados pela extrema violência e criminalidade da megalópole.

A migração permanente das zonas rurais para as áreas urbanas à procura de melhores oportunidades de emprego, fenômeno esse encontrado principalmente nos países em desenvolvimento, provoca quebra de raízes e de vínculos sociais e familiares levando à marginalização desta população, o que se torna fator preponderante para o aumento da violência urbana, criminalidade, consumo excessivo de álcool e de drogas. Hoje em dia, nesse caos e descontrole da violência urbana nas grandes metrópoles, podemos considerar as vítimas da violência urbana nas grandes cidades como vítimas de um estado permanente de “guerra”.

A grande diferença notada entre os que apresentam seqüelas devido às guerras e os que são vítimas da violência urbana é que, para os primeiros, embora ainda persistam sintomas que os atormentam no cotidiano, há a consciência de que a guerra acabou, mas para as vítimas da violência urbana permanece sempre presente a idéia de “isto pode acontecer outra vez”, o que torna o nível de tensão muito mais presente no dia-a-dia e dificulta seu tratamento.

A medicina tem estudado a conexão entre saúde e meio ambiente e a

psiquiatria, vem reconhecendo a interação dos diversos distúrbios mentais com o ambiente social, especialmente no meio urbano. Porém foi somente depois de 1980 que, através da reforma do esquema de classificação psiquiátrica, foi definido o TEPT como um conjunto de sinais e sintomas que se desenvolvia em pessoas após um trauma ou desastre grave. O diagnóstico do TEPT parece ter sido recebido pelas vítimas como uma legitimação e validação do seu desconforto psíquico, já que ter um transtorno reconhecido pode ajudar as pessoas a dar um sentido ao que estão passando e uma sensação de solidariedade com outras vítimas de transtorno.

O TEPT é um destes distúrbios relacionados com problemas com o ambiente e está intimamente ligado à violência nas cidades. O padrão típico de reação a uma experiência catastrófica é a sensação de desamparo e medo. Entretanto, mais frequentemente, o caminho é o da resolução dos sintomas e nem todas as vítimas de eventos extremamente estressantes desenvolvem TEPT.

O risco de desenvolver este transtorno pode ser aumentado pela vulnerabilidade própria de cada indivíduo e traços de personalidade, maneiras de lidar com outras situações de vida anteriores ao evento estressante funcionam como fatores predisponentes que podem diminuir o limiar para o desenvolvimento desta síndrome ou agravar ainda mais o seu curso.

Os fatores predisponentes não são necessários e nem suficientes para explicar a ocorrência do TEPT. Mas, por outro lado, o apoio social que a vítima pode vir a receber do seu meio desempenha um papel preponderante na diminuição do risco de ocorrência do TEPT. Portanto, a comunidade, a família e toda a estrutura social vão ser importantes na proteção das vítimas da violência urbana e para aumentar sua capacidade de resiliência.

RESILIÊNCIA

Resiliência representa a propriedade de alguns materiais, quando exigidos e submetidos a forças externas (estresses), de acumular energia, e depois voltar ao seu estado original sem qualquer deformação, como por exemplo, a propriedade de elasticidade de uma vara do salto em altura – aquela que enverga no limite máximo sem quebrar, volta com tudo e lança o atleta para o alto e depois do impulso gerado, volta ao seu estado original.

O fator de resiliência explica o fato de algumas pessoas, por motivos ainda não muito bem elucidados (tais como: traços de personalidade; momento atual de vida; história particular de desenvolvimento psicológico e distúrbios psiquiátricos anteriores), apresentarem apenas algumas alterações iniciais em seu estado psíquico, mesmo quando expostas ao agente traumático, desenvolvendo somente um quadro de Transtorno do Estresse Agudo (que se resolve espontaneamente em pouco mais de um mês após o evento), ou simplesmente não apresentando nenhuma reação de estresse.

Sabe-se que o respaldo que pode ser oferecido pelas famílias, pela comunidade e pela estrutura social, e também a maneira pela qual a sociedade lida com a situação traumática, são elementos fundamentais essenciais para aumentar a resiliência dos indivíduos aos traumas. Há uma grande diferença no respaldo social que os veteranos de guerra, refugiados ou ví-

Sabe-se que o respaldo que pode ser oferecido pelas famílias, pela comunidade e pela estrutura social, e também a maneira pela qual a sociedade lida com a situação traumática, são elementos fundamentais essenciais para aumentar a resiliência dos indivíduos aos traumas.



Foto João Ripper



Foto João Flipper

timas de desastres naturais podem receber, em comparação com as vítimas da violência urbana. O primeiro grupo geralmente recebe grande apoio da sociedade, mas as vítimas da violência urbana freqüentemente se sentem rejeitadas ou com vergonha de relatar eventos traumáticos, o que aumenta a sensação de isolamento. e do risco de ocorrência do TEPT. Donde é necessário o desenvolvimento de formas de apoio às vítimas da violência urbana, visando ajudá-las a readquirir o controle sobre suas vidas.

COMO ENFRENTAR AS EXPERIÊNCIAS ESTRESSANTES?

Com a constatação de que diferentes indivíduos respondem de forma diversa às mesmas experiências estressantes, na procura da compreensão sobre os mecanismos que contribuem para o desencadeamento de uma reação saudável no lugar de uma reação patológica e para melhor entender as respostas dos indivíduos ao trauma, pode-se buscar a base da possibilidade de recuperação do trauma nos conceitos de adaptação, assimilação e acomodação (respectivamente: capacidade de responder às demandas do ambiente externo através de recursos e estruturas que já estão disponíveis; capacidade de gradualmente aceitar o acontecido e reajustar suas expectativas mudando as estruturas internas em resposta à nova situação externa, e capacidade de o indivíduo aprender com sua própria experiência, podendo assim planejar ações restauradoras) da teoria da psicologia do desenvolvimento de J. Piaget (1952).

Uma grande variedade de abordagens terapêuticas específicas em graus diversos tem sido proposta para o tratamento do TEPT. Essas abordagens


combinam elementos que são considerados terapêuticos como lidar com o significado do evento traumático; exposição às lembranças traumáticas e elaboração destas; fornecimento e assistência na utilização de apoio social; desenvolvimento de mecanismos de defesa. O sucesso do tratamento vai depender da capacidade do paciente confiar em outra pessoa para partilhar sua sensação de desamparo e sua dor, já que a fuga das relações interpessoais íntimas é um dos principais efeitos do trauma. Depois de uma experiência traumática que forçou o indivíduo a se defrontar com sua própria vulnerabilidade e desamparo, a vida jamais será a mesma e o trauma de alguma forma fará parte de seu cotidiano. O fato de poder examinar e organizar internamente as experiências vividas, partilhando suas reações com outra pessoa,

opiniã  pinión

poderá fazer muita diferença na eventual adaptação da pessoa.

O ser humano é maleável e sua plasticidade cerebral lhe permite mudar para melhor, e, contrariamente ao que Freud previa no final do século XIX, através do processo de reaprendizagem, é possível se fazer alguma coisa para que o futuro da humanidade não seja necessariamente negativo.

O Serviço de Psiquiatria da SCMRJ, em 2007, criou o PAPT – Programa de Atendimento Pós-Trauma Urbano, implantando um centro de atendimento gratuito para as vítimas de violência. na cidade do Rio de Janeiro, visando minimizar o sofrimento dessas pessoas, através de uma ação pró-ativa de agenda positiva e compromisso de cidadania.

Provavelmente, no futuro, o progresso da neurociência poderá nos fornecer evidências sobre os caminhos neurofisiológicos subjacentes a determinados comportamentos disfuncionais. Assim, com base nessas descobertas, talvez seja possível se lutar de forma bem fundamentada, em prol de um mundo melhor. 

O ser humano é maleável e sua plasticidade cerebral lhe permite mudar para melhor, e, contrariamente ao que Freud previa no final do século XIX, através do processo de reaprendizagem, é possível se fazer alguma coisa para que o futuro da humanidade não seja necessariamente negativo.



Foto João Ripper

Costa e Silva, J.A. e Lemgruber, V. "Violência urbana e o conceito de estresse pós-traumático" *Inform. Psiq.* 41 (9) 1992

Darwin C. "The Expression of the Emotions in Man and Animals". Nova York: New York Philosophical Library, 1872.

Goleman, D. "Como lidar com as emoções destrutivas- para viver em paz com você e os outros: diálogo com a contribuição do Dalai Lama/narrado por Daniel Goleman". Ed.Campus. R.J. 2003.

opiniã  pinión

opiniã pinión

Para você, o que é violência? Para usted ¿qué es violencia?

Violência, na origem da palavra, significa “constrangimento físico ou moral, forçar, desviar, coagir”, ou seja, a violência está diretamente vinculada às relações humanas. Assim, ocorre violência quando se transgredir regras e/ou direitos estabelecidos nas relações sociais. Este conceito é formado nas relações humanas, nos grupos, portanto sempre terá amplas interpretações, no entanto, há bastante violência simbólica presente no cotidiano atual, a qual tem sido a base de muitas atitudes de violência física, moral e/ou intelectual.

*Elza Spagnol - Brasil
elzaspagnol@hotmail.com*

Violência é uma forma de poder que se sobrepõe a ética e quaisquer outros valores sociais com o fim de atingir objetivos personalistas. Como regra está acompanhada de pecados como a ganância, preconceitos de toda sorte, desprezo pelas regras e pelo outro, e quase sempre amparada na certeza da impunidade.

*Jeovane Ramos - Brasil
jeoramos@hotmail.com*

A violência é uma forma de relação social na qual se afirma o poder como norma de controle contínuo. Ela engendra uma ética que se sustenta por estímulos competitivos, desejos de vencer o outro, considerado adversário, prazer de infringir dor física, moral e simbólica. A violência cria um clima cultural e social que diminui a eficiência da norma e em nossos países latino-americanos ela tem idade (jovens), cor (negros/índios) sexo (masculino) classe (pobre), revelando sua face sinistra: a de aniquilar os

corpos e as mentes.

*Brenda Carranza - Brasil
brenda_poveda@terra.com.br*

La violencia hoy es como una metáfora muerta. Estamos tan acostumbrados a rodearnos de ella, que perdimos la capacidad de discernirla. Para experimentar la violencia no necesitamos vivir en una zona de guerra, ni morir de bala perdida, ni ser asaltado en la calle. Cada vez que hacemos uso de algún servicio público (colectivos, subte) cuyo funcionamiento e infraestructura material nos rebaja a la categoría de ganado, de cosa, somos abofeteados. Cada vez que encendemos la televisión y nos deparamos con un Gran Hermano, somos escupidos. Cada vez que un dirigente político ocupa el precioso tiempo de nuestra vida para mentirnos descaradamente, somos azotados y torturados.

*La falta de ética y de moral son los pilares de esta violencia y la llamada “democracia” o el “vivir en un país libre” no deberían convertirse en muletas para evitar hablar sobre ello.
Gabriela Eloí - Argentina*

Violencia es todo acto que rompe con el derecho de toda persona de forma prepotente, física o verbal, y atenta contra una persona o grupo de personas. Donde hay violencia no existe regla ni valor que detenga el hecho que se convierte en delictivo.

*Magdalena Céspedes Villanueva - Perú
maggicespedes@hotmail.com*

Violência é a submissão, consciente ou não, à violação dos direitos de um cidadão. Isso inclui agressões físicas,

*morais, objetivas ou subjetivas e não é, necessariamente, passível de constrangimento ou qualquer outra reação porque está relacionada à transgressão dos limites que cada um tem direito.
Nalva Souza - Brasil*

El primer generador de violencia es el Estado cuando no se dedica a fortalecer instituciones que moderen con justicia la convivencia social, dando rienda suelta a la supremacía del más fuerte y a la formación de mafias que acaban dirigiendo el juego económico, político y social; cuando la falta de institucionalización hace que los individuos tomen la justicia en sus manos y deje que se establezca la anarquía en la cotidianidad. Cuando cobra impuestos y no retribuye a sus ciudadanos con lo que les corresponde a cambio.

Para mí, si pienso en la violencia ciudadana, no puedo más que llegar siempre al Estado como primer responsable.

*Pero la violencia que más me afecta y me molesta es la de nuestro día a día, la de la ignorancia del otro y la supremacía de nuestros propios intereses por delante de cualquier otro bien. Me preocupa la violencia que se genera del miedo, nacido del abuso de los que tienen un cierto poder sobre los otros. Y la violencia de querer ignorar las condiciones de vida de muchos de nuestros conciudadanos que sobreviven como pueden con un trabajo que no satisface ninguna de las necesidades vitales, bajo la mirada de desprecio de una sociedad discriminatoria que solo valora el dinero y el éxito social.
Mariana Blanco Rincón - Venezuela*



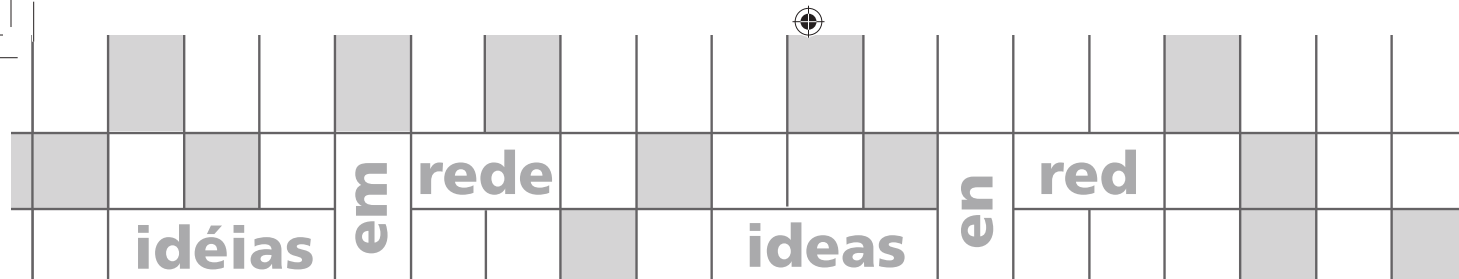
Tratamento gráfico s/foto de João Ripper

Procurando aprofundar a reflexão sobre uma temática tão presente no cotidiano de nossas vidas, a sessão Idéias em Rede trás alguns artigos que, além de nos ajudar a ampliar o debate, põem em evidência a complexidade e diversidade das questões que envolvem a problemática da violência. **Sofia Macher**, Presidente do Conselho de Reparações, por exemplo, nos convida a refletir sobre as sérias conseqüências da luta armada que aconteceu, no Perú, ao longo de 20 anos e que até hoje marca a sociedade, exigindo justiça e reparações. Por sua vez, a relação entre violência, tolerância e diferença é o foco do artigo do professor **Marcelo Andrade**, um brasileiro que aposta na tolerância como uma agenda mínima para que seja possível caminhar no sentido da construção de uma vida mais harmoniosa entre as pessoas, sempre tão diferentes. Já a violência contra a mulher é a preocupação da mexicana **Angeles Lopez Garcia**. No seu artigo tão instigante, a autora procura refletir sobre as diferentes dimensões que estão relacionadas a um problema sério e que começa muitas vezes no interior da própria família. Muitas têm sido as lutas para mudar esse quadro que não se restringe ao México, mas, ao contrário, tem afetado a vida de milhares de mulheres em diferentes pontos do planeta. Leia os artigos e entre nesse debate!

ideas en rede

Buscando profundizar una temática tan presente en la rutina de nuestras vidas, la sección Ideas en Red trae algunos artículos que, además de ayudarnos a ampliar el debate, ponen en evidencia la complejidad y diversidad de aspectos que forman parte del problema de la violencia.

Sofía Macher, Presidente del Consejo de Reparaciones, por ejemplo, nos invita a reflexionar sobre las serias consecuencias de la lucha armada que ocurrió en Perú, a lo largo de 20 años, y que aún marca a la sociedad, la cual exige justicia y reparaciones. A su vez, la relación entre violencia, tolerancia y diferencia es el enfoque del artículo del profesor **Marcelo Andrade**, un brasileño que apuesta en la tolerancia como una agenda mínima para que sea posible caminar hacia la construcción de una vida más armónica entre las personas, siempre tan diferentes. Ya la violencia contra la mujer es la preocupación de la mexicana **Ángeles López García**. En su instigante artículo, la autora reflexiona sobre las diferentes dimensiones que se relacionan con este serio problema, el cual, muchas veces, empieza en el interior de la propia familia. Muchas han sido las luchas para cambiar este cuadro que no se restringe a México, sino que, por el contrario, ha afectado la vida de millares de mujeres en diferentes puntos del planeta. ¡Lea los artículos y entre en el debate!



final de la Comisión de la Verdad y Reconciliación: avances y retos

Sofía Macher

Presidenta del Consejo de Reparaciones.
Ex miembro de la Comisión de la Verdad y
Reconciliación. Perú.

La Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR) fue creada en 2001 por el gobierno de transición, luego de la caída del tercer gobierno de Alberto Fujimori, y realizó su trabajo durante el gobierno de Alejandro Toledo. Las tareas encomendadas a la CVR fueron: “a) Analizar las condiciones políticas, sociales y culturales, así como los comportamientos que, desde la sociedad y las instituciones del Estado, contribuyeron a la trágica situación de violencia por la que atravesó el Perú; b) Contribuir al esclarecimiento por los órganos jurisdiccionales respectivos, cuando corresponda, de los crímenes y violaciones de

los derechos humanos por obra de las organizaciones terroristas o de algunos agentes del Estado, procurando determinar el paradero y situación de las víctimas, e identificando, en la medida de lo posible, las presuntas responsabilidades; c) Elaborar propuestas de reparación y dignificación de las víctimas y de sus familiares; d) Recomendar reformas institucionales, legales, educativas y otras, como garantías de prevención, a fin de que sean procesadas y atendidas por medio de iniciativas legislativas, políticas o administrativas; y, e) Establecer mecanismos de seguimiento de sus recomendaciones”¹.

Luego de dos años de trabajo, más exactamente un 28 de agosto de 2003, la CVR presentó su informe a la nación, explayado en nueve tomos. Este informe rompió sentidos comunes. En su primera conclusión, señala que:

“La CVR ha constatado que el conflicto armado interno que vivió el Perú entre 1980 y 2000 constituyó el episodio de violencia más intenso, más extenso y más prolongado de toda la historia de la República. Asimismo, que fue un conflicto que reveló brechas y desencuentros profundos y dolorosos en la sociedad peruana”.

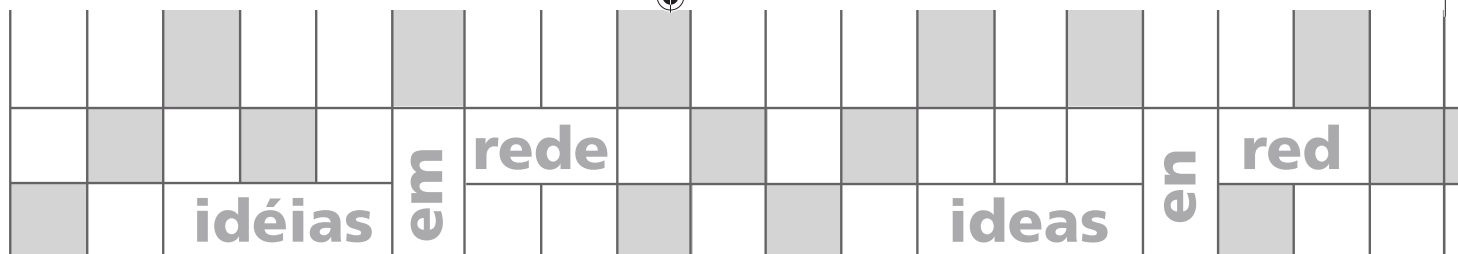
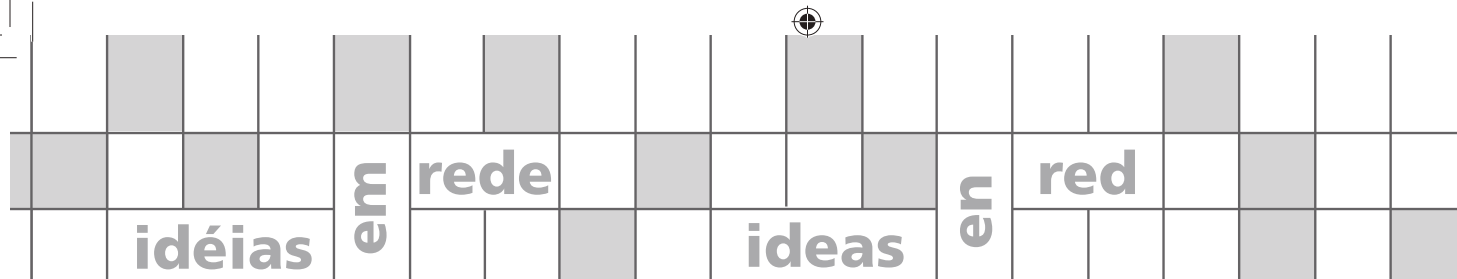


Foto Rodolpho Oliva

Desde su primera conclusión, la CVR marca claramente al país el tema central que debe ser atendido como sociedad, para que estas situaciones no se vuelvan a repetir en nuestro país. Se señala en el informe que no es posible hablar de una reconciliación sin haber atendido primero a estas brechas que nos separan como peruanos. Fueron probablemente 70 mil personas las que murieron o desaparecieron, no 25 mil -como se hablaba hasta antes de la presentación del informe. La CVR nos reconvino a todos los peruanos con la siguiente pregunta: ¿cómo es posible que más de 40 mil personas murieran o desaparecieran sin que nadie las hubiera echado en falta? Algunas personas en el país reaccionaron negando esta posibilidad y se enfrascaron en una complicada discusión sobre

La reconciliación debe ser el inicio de algo nuevo, de una propuesta de futuro para el país, de una propuesta de país en donde no existan brechas que dividan a la sociedad, ni exclusión o discriminación. Se trata de un proceso que llevará tiempo, pero que debemos seguir impulsando.



La metodología empleada por la CVR para calcular el número de víctimas fatales. A muchos esta situación los afectó profundamente, a causa de la responsabilidad que supone para la sociedad. La respuesta a la pregunta arriba expuesta es clara, se trató de los “invisibles” de nuestro país. El 85% de estas personas vivía en el campo, hablaba quechua u otra lengua nativa y el 69% tenía un nivel de educación primaria o era analfabeto.

LA DEMOCRACIA QUE QUEREMOS CONSTRUIR

La contundencia de estas conclusiones nos obliga a repensar nuestro país, a repensar la democracia que queremos construir. La reconciliación no puede ser reducida a simplemente un acuerdo entre los actores directos de la violencia, tampoco equivale a olvidos o amnistías. La reconciliación debe basarse en la

justicia y no en la impunidad. Por tanto, la reconciliación debe ser el inicio de algo nuevo, de una propuesta de futuro para el país, de una propuesta de país en donde no existan brechas que dividan a la sociedad, ni exclusión o discriminación. Se trata de un proceso que llevará tiempo, pero que debemos seguir impulsando.

Sin embargo, la justicia y la reparación no pueden esperar. Estas son deudas que se han adquirido con las víctimas. Darles a estas una atención adecuada forma parte del proceso de reconciliación. En estas dos áreas se han dado pasos importantes, aunque no con la celeridad que exigen las víctimas. En el presente artículo solo me voy a referir a las reparaciones, ya que es en este campo en el que se han obtenido los mayores avances. La Ley No 28592 del Plan Integral de Reparaciones -siguiendo las recomendaciones de la CVR- formaliza el derecho de las

víctimas a recibir reparación y la obligación del Estado a prestar socorro. Teniendo en cuenta el perfil de las víctimas, un objetivo central de la reparación debe ser el de restituirles la dignidad como personas y el reconocimiento de su ciudadanía. Es necesario visibilizarlas como ciudadanos sujetos de derechos, y no ya como víctimas de la violencia. La reparación, por otro lado, tiene también un alto sentido simbólico, ya que difícilmente le permitirá a la víctima recobrar lo perdido. Aunque sabemos bien que la pérdida de una vida es irrecuperable, es de gran importancia que el Estado lleve a cabo esta acción, con el objetivo de que la salud mental de las víctimas sea conservada.

La ley de reparaciones establece dos pasos para su ejecución. El primero es la certificación de las víctimas, tanto colectivas como individuales, a cargo de un Consejo de Reparaciones (CR); el segundo paso



Foto Rodolpho Oliva

				em	rede							en	red				
		idéias								ideas							



Tratamiento gráfico s/foto Arq. Rev. Novamerica Perú

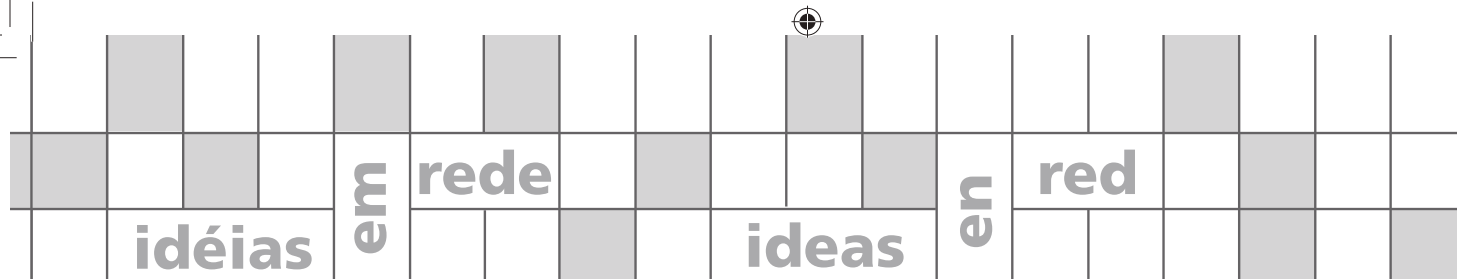
es la ejecución de la reparación, la cual está a cargo de otro organismo llamado Comisión Multisectorial de Alto Nivel (CMAN) encargado del seguimiento de las acciones y políticas del Estado, en los ámbitos de la paz, de la reparación colectiva y de la reconciliación nacional. Desde el año pasado hasta la fecha, la CMAN le ha entregado reparaciones colectivas a casi mil comunidades rurales afectadas por la violencia.

El Consejo de Reparaciones (CR) es la instancia del Estado que debe elaborar un Registro Único de Víctimas (RUV), de carácter permanente. Esto, porque la reparación es un derecho de las víctimas y ninguna de ellas puede ser privada de su derecho a reclamar una reparación. El Consejo de Reparaciones es un

órgano colegiado que forma parte de la Presidencia del Consejo de Ministros (PCM). Sus integrantes fueron designados por Resolución Ministerial 373-2006-PCM, realizan sus funciones ad honorem y no pueden ser parte de la administración pública. El CR cuenta, además, con una Secretaría Técnica que funciona como un órgano de apoyo administrativo y técnico. La composición del consejo pretende representar al conjunto de la sociedad: militares, empresarios, población nativa y activistas de derechos humanos. Este es un procedimiento ad hoc, dada las características de las víctimas: aproximadamente el 80% se encuentra sin documento de identidad y sin pruebas que documenten el daño sufrido. Por otro lado, el número

de víctimas es tan elevado, que se haría imposible atenderlas a todas por medio de la vía judicial, como sería de praxis. Se calcula que debe haber unas 120 mil víctimas (no solo fatales) registradas, a las que se suman los familiares de los fallecidos y desaparecidos, a quienes la ley también considera víctimas. La cifra puede subir a 280 mil personas.

El Consejo de Reparaciones tiene la potestad de aprobar su reglamento, así como los protocolos de funcionamiento y operación del RUV. El primer trabajo al que se abocó el CR fue el de establecer los principios rectores para la elaboración del RUV. Es muy importante resaltar que todas las decisiones se tomaron por consenso, lo que significó un importante esfuerzo por parte



El número de víctimas es tan elevado, que se haría imposible atenderlas a todas por medio de la vía judicial, como sería de praxis. Se calcula que debe haber unas 120 mil víctimas (no solo fatales) registradas, a las que se suman los familiares de los fallecidos y desaparecidos, a quienes la ley también considera víctimas. La cifra puede subir a 280 mil personas.

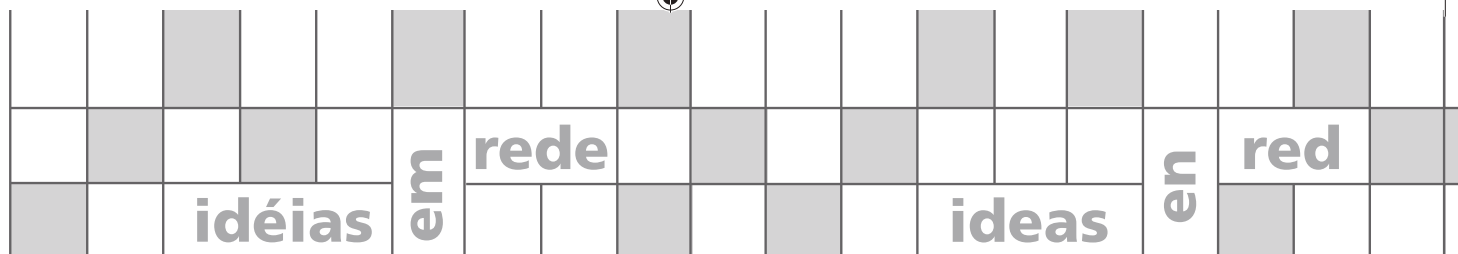
LOS ENFOQUES EN EL REGLAMENTO DEL RUV

Los enfoques establecidos en el reglamento del RUV son los siguientes: a) integralidad: consideración de las dimensiones y los factores que inciden en el proceso de elaboración del RUV y del modo como los mismos se relacionan e interactúan, a fin de lograr el mayor efecto positivo posible en cada intervención; b) sostenibilidad: preocupación del RUV para evitar los efectos negativos de la acción reparadora y para que, aquellos de efecto positivo, tengan duración permanente; c) intergeneracional: pervivencia, de una generación a otra, de las secuelas del proceso de violencia, con miras a que la elaboración del RUV evite un transvase intergeneracional;

del conjunto de consejeros. Estos lograron construir un lenguaje de trabajo común, sin dejar de lado las diferencias de pensamiento, mostrando, así, la importancia que cada consejero le otorgó a la tarea encomendada. Los principios establecidos son, en primer lugar, entender la certificación de una víctima como un acto de respeto a la dignidad y los derechos de la persona humana; en segundo lugar, entender el proceso de registro como un acto reparador en sí mismo; debe también garantizarse un trato igual y proporcional a quienes se encuentren en una misma situación y de manera diferenciada a los que enfrenten una situación adversa. Y por último, debe garantizarse el fin de la discriminación, de la exclusión, de la restricción, así como de cualquier tipo de preferencia que pueda resultar en la anulación o menoscabo del reconocimiento, de la asignación o del goce de las reparaciones en condiciones de igualdad.



Foto Rodolpho Oliva



d) psicosocial: medidas concebidas en forma contextualizada, teniendo en cuenta las causas de la violencia, la empatía necesaria con la población afectada y la orientación hacia la reconstrucción de sus proyectos de vida; e) participativo: reconocimiento del derecho y participación de la población en la toma de decisiones y definiciones de sus propios procesos de construcción y reconstrucción social, cultural, económica y material, mediante un proceso de diálogo y consulta que presupone incorporar y desarrollar las sugerencias de la población involucrada; f) intercultural: reconocimiento de las diferencias étnicas y culturales de la población peruana y, por lo tanto, su diversidad, así como del impacto diferenciado que han tenido las acciones de violencia sobre las diversas comunidades etnolingüísticas que integran la población nacional. El enfoque intercultural busca respetar las diferencias existentes y trabajar con ellas desde una perspectiva de diálogo entre sujetos distintos, adecuando las acciones a las particularidades de cada población y de cada persona beneficiaria de las mismas; g) equidad de género e igualdad de oportunidades: el reconocimiento de las situaciones de desventaja y diferencia entre hombres y mujeres al acceder a recursos y tomar decisiones, estimula la creación de condiciones especiales para facilitar la participación y presencia de las mujeres en la toma de las mismas. Además, busca generar conciencia entre los distintos miembros de la colectividad sobre las diferencias e inequidades estructurales de género existentes; h) simbólico: reconocimiento de la dignidad y de los derechos de las víctimas, reconocimiento de la forma como fueron afectadas durante el proceso de violencia, y afirmación de la condición de ciudadanos/as; i) derechos humanos:

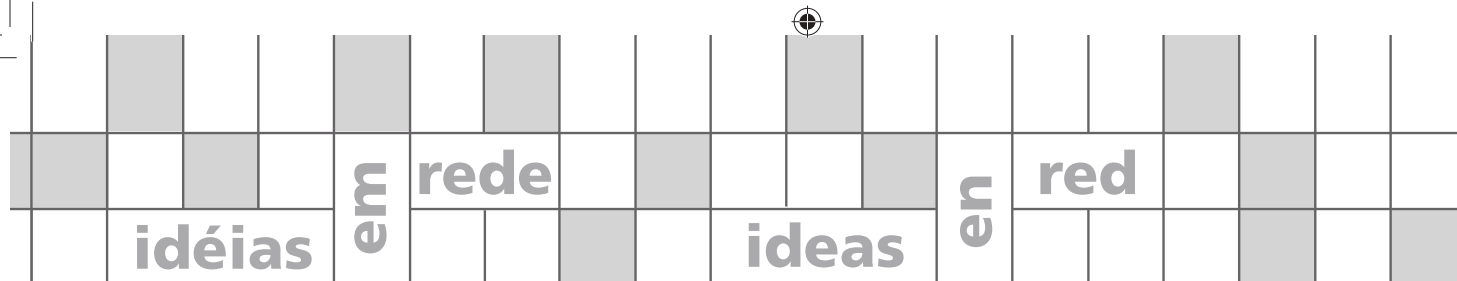
el RUV buscará hacer efectivos los derechos fundamentales de las personas, a la luz de las normas nacionales e internacionales suscritas y ratificadas por el Estado peruano;

j) descentralizado: consideración de los procesos regionales y locales en materia de reparación. También se han establecido estos criterios: de celeridad: para

Foto Arq. Rev. Novamerica Perú



Un reto importante es poder llegar a las poblaciones más alejadas de nuestro país, a donde ni siquiera la CVR pudo llegar. Esto requiere de personas de la zona, las cuales, por ser de la región, pueden llegar caminando a esos lugares, hablan el idioma local, tienen el respaldo de sus autoridades locales y consiguen la confianza necesaria para que se pueda hacer un registro de los efectos sufridos durante el período de violencia.



actuar de manera eficiente y eficaz en el menor tiempo posible; de subsanación, para restituir, a través de la reparación, las condiciones preexistentes a la violación de los derechos; de presunción de condición de víctima: para asumir a las personas como víctimas, cuando indicios razonables así lo indican. Especial cuidado demanda evitar la 'doble victimización' de quienes han sido objeto de violación de sus derechos fundamentales. Debe evitarse la estigmatización y discriminación tanto de las víctimas como de sus beneficiarios.

Un dilema que se nos plantea es que el registro puede constituirse en una herramienta de generación de expectativas que luego pueden no ser adecuadamente atendidas por el gobierno, convirtiéndose, de esta manera, sin habérselo propuesto, en un nuevo mecanismo de exclusión. Con respecto a este dilema, creo que mucho más excluyente es negar la posibilidad de acceder a sus derechos, si bien es cierto que no existe ninguna garantía de que el gobierno de turno cumpla con las reparaciones individuales. Pero si esto ocurriera, cualquier ciudadano podrá exigirle a ese gobierno el cumplimiento de su derecho de reparación.

Considero que es una herramienta de inclusión en sí misma que debemos seguir trabajando, pues contribuye al desarrollo de ciudadanos sujetos de derechos.

Un reto importante es poder llegar a las poblaciones más alejadas de nuestro país, a donde ni siquiera la CVR pudo llegar. Esto requiere de personas de la zona, las cuales, por ser de la región, pueden llegar caminando a esos lugares, hablan el idioma local, tienen el respaldo de sus autoridades locales y consiguen la confianza necesaria para que se pueda hacer un registro de los efectos sufridos durante el período de



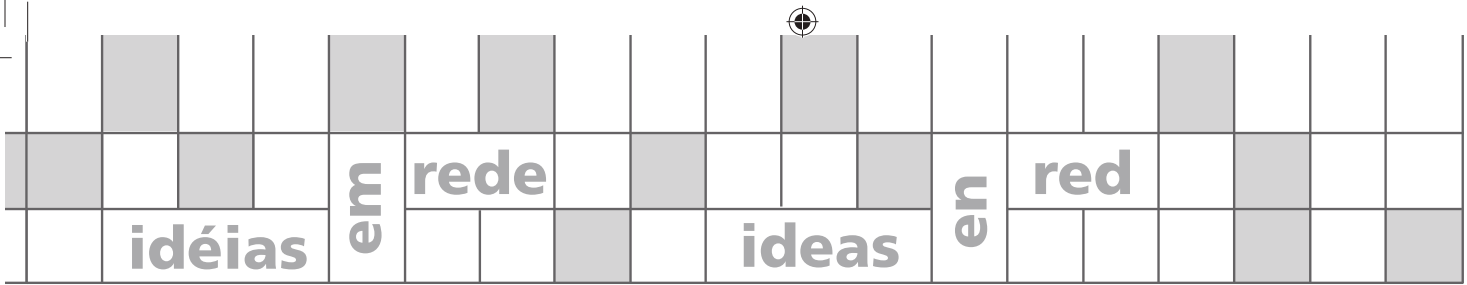
Foto Arq. Rev. Novamerica Perú

violencia. Para todo esto, se requiere de muchos más recursos de los que se disponen actualmente.

El registro de la violencia sexual es otro de los grandes retos que tiene a su cargo el CR. Sin embargo, la reparación de dicho tipo de violencia exige que se siga un procedimiento especial. Para comenzar, sería adecuado que esos registros fueran atendidos por mujeres; en segundo lugar, sería necesario dedicarle mayor tiempo a las mujeres de las comunidades rurales, para que se les pueda explicar a estas que la violencia sexual es, también, una violación a sus derechos humanos; por último, sería conveniente que se

guardara reserva sobre la identidad de las víctimas. Lamentablemente, en la actualidad, el CR no cuenta con los recursos suficientes para llevar a cabo acciones de esta naturaleza, razón por la cual se hace necesario redoblar los esfuerzos para el diseño de una metodología que no solamente sea adecuada, sino que además capacite a las personas de forma apropiada para llevar a cabo el registro de este tipo de casos. (A)

1 Decreto Supremo N° 065-2001-PCM. www.cverdad.org.pe.
2 www.registrodevictimtas.gob.pe.



tolerância e

Marcelo Andrade marcelo-andrade@puc-rio.br
 Professor do Departamento de Educação
 da PUC-Rio. Membro da Equipe Novamerica
 Rio de Janeiro, Brasil

La tolerancia se relaciona con la capacidad humana de aceptar lo diferente, aunque no se lo comprenda totalmente; se vincula a la virtud de admitir que no siempre se tiene la razón, que los actos correctos y justos y las propias opciones no son siempre las más válidas. La observación del contexto nacional e internacional lleva a afirmar que hay mucho que entender de los fenómenos violentos e intolerantes de la actualidad. En sociedades multiculturales y marcadas por prejuicios y discriminaciones de varios tipos, la tolerancia hacia lo diferente constituye una agenda mínima, urgente y extremadamente necesaria.

Não é fácil defender o conceito de tolerância. Em geral, ele é associado a uma atitude antipática de não aceitação verdadeira e espontânea do outro. O ato de tolerar é interpretado como suportar algo ou alguém que, verdadeiramente, rejeito ou não gosto. É importante deixar claro que não estou considerando aqui tolerância nesta perspectiva, ou seja, como indulgência, falsa aceitação ou consentimento forçado.

Tolerância, a meu juízo, tem relação com a capacidade humana de aceitar o diferente, ainda que não o compreenda totalmente; tem a ver com a virtude de admitir que a ver-

dade não está necessariamente do nosso lado, que não somos sempre os corretos ou que as nossas opções não são sempre as mais válidas.

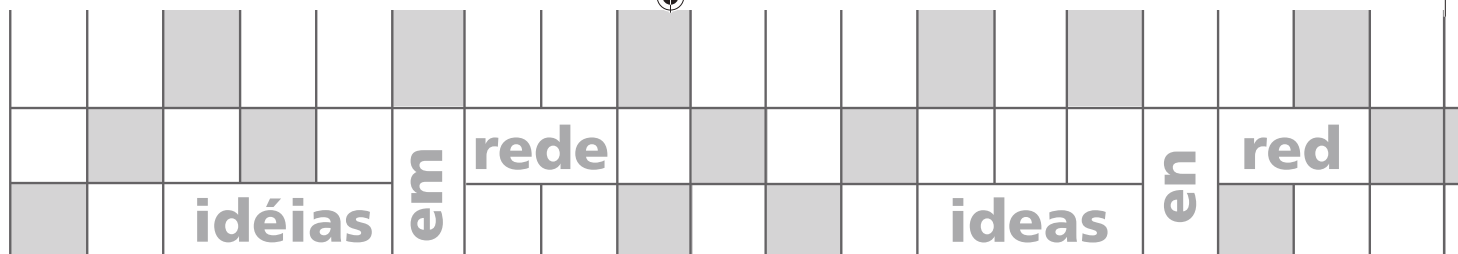
POR QUE DEFENDER A TOLERÂNCIA?

A essa questão respondo: porque a intolerância violenta e assassina tornou-se uma prática comum diante da diferença. Segundo AUGRAS (1997:78), "quando se fala de tolerância é, na verdade, da intolerância que se trata".

Em sociedades multiculturais e marcadas pelo preconceito e pela



Foto João Ripper



discriminação de vários tipos – racismo, sexismo, xenofobia, homofobia etc. – a tolerância com o diferente apresenta-se como uma agenda mínima, urgente e extremamente necessária. O conceito de tolerância se coloca cada vez mais na pauta de discussão porque a intolerância violenta e assassina contra a diferença tem sido recorrente na história da humanidade e ainda hoje em nossas sociedades. Inegavelmente estamos caracterizados pela diferença e, no entanto, parece que não sabemos tratá-la.

A humanidade – marcada dolorosamente pela escravidão dos negros, pelas guerras religiosas, pelo genocídio dos povos ameríndios, pelo holocausto dos judeus, pela perseguição aos ciganos, pela aversão à homossexualidade, pela submissão das mulheres – deveria não mais

permitir nenhuma manifestação de intolerância contra o diferente, pois “a intolerância não é apenas questão de não tolerar as opiniões divergentes; ela é agressiva e com frequência assassina, no seu ódio à diversidade alheia” (MENEZES 1997:46).

A intolerância é, invariavelmente, violenta e assassina. E é isso que devemos ter em mente quando defendemos a tolerância. Não se trata de aceitação forçada, mas de deixar viver aqueles/as que são diferentes do grupo dominante. Ninguém pode ser violentado ou eliminado fisicamente por causa da cor da pele, do gênero, da língua que fala, da etnia que pertence, das opiniões políticas que sustenta, da maneira como se relaciona com a divindade ou da maneira como orienta sua sexualidade.

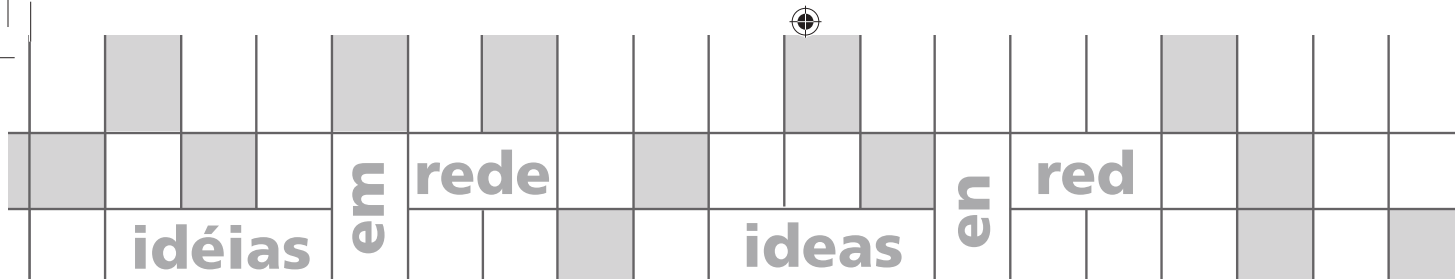
TOLERÂNCIA E VIOLÊNCIA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

MENEZES (1997:41) afirma que o termo tolerância aparece pela primeira vez entre os iluministas do século XVI. O nascimento do conceito se deu no rescaldo das lutas religiosas, dos massacres recíprocos de protestantes e católicos. Os livres-pensadores, adeptos à Ilustração, viam-se discriminados e perseguidos por todos os fanatismos. E foram eles que mobilizaram a opinião pública contra os horrores da intolerância, proclamando o sagrado direito de discordar, de pensar diferente e de ser diferente.

O conceito de tolerância surge, então, como resposta contra a intolerância à diferença (seja étnica, religiosa, de gênero, de pensamento



Foto João Ripper



A intolerância é, invariavelmente, violenta e assassina. E é isso que devemos ter em mente quando defendemos a tolerância. Não se trata de aceitação forçada, mas de deixar viver aqueles/as que são diferentes do grupo dominante.

etc.). Para além de um jogo de palavras, a bandeira da tolerância é uma luta para negar a possibilidade de se negar a diferença. Sendo assim, é fundamental que ao tratarmos de tolerância, pensemos na natureza, nas causas e nas conseqüências da intolerância.

MENEZES (1997:45) afirma que “a intolerância não rejeita só as opiniões alheias, mas também sua existência, ou ao menos o que faz o que valha a pena viver: a dignidade e a liberdade da pessoa”. A intolerância diante do diferente tem imposto, ao longo da história, uma quantidade de maus-tratos e massacres impiedosos a grupos que sustentam um estigma, um suposto sinal vergonhoso e socialmente rejeitado.

Cumprir destacar também o que MENEZES (1997:47) apresenta como ódio cego pela diferença, a ponto do intolerante “não ver no discriminado um ser humano concreto, mas algo abstrato, ou seja, o ‘estigma’, ou a diferença hipostasiada. Assim, é comum referir-se a ele unicamente por sua diferença: um negro, um índio, um velho, uma mulher”. A diferença substancializada incomoda o intolerante ante qualquer nível de argumentação racional a favor da dignidade humana ou de

nossa fraternidade enquanto espécie comum.

INTOLERÂNCIA: ÓDIO E VIOLÊNCIA CONTRA A DIFERENÇA

Seria o ódio ao diferente algo racional e passível de argumentação? Seria possível apelar para algum sentimento de irmandade ou de amor fraterno para evitá-lo? Para ECO (2001:114), em geral, a intolerância é algo selvagem, sem nenhuma razão explícita ou doutrina que a sustente:

“A intolerância coloca-se antes de qualquer doutrina. Nesse sentido, a intolerância tem raízes ideológicas, manifesta-se entre os animais como territorialidade, baseia-se em relações emotivas muitas vezes superficiais – não suportamos os que são diferentes de nós porque têm a pele de cor diferente, porque falam uma língua que não compreendemos, porque comem rãs, cães, macacos, porcos, alho, ou porque se fazem tatuar.”

Segundo Umberto Eco, os estudiosos ocupam-se com freqüência das doutrinas da diferença, mas não o suficiente da intolerância

selvagem, pois esta foge de qualquer possibilidade de discussão e de crítica, pois não está colocada num nível racional, mas no nível visceral. A intolerância é, em geral, raivosa, descontrolada, inexplicável e impulsiva. “A intolerância mais perigosa é exatamente aquela que surge na ausência de qualquer doutrina, acionada por pulsões elementares” (ECO, 2001:116).

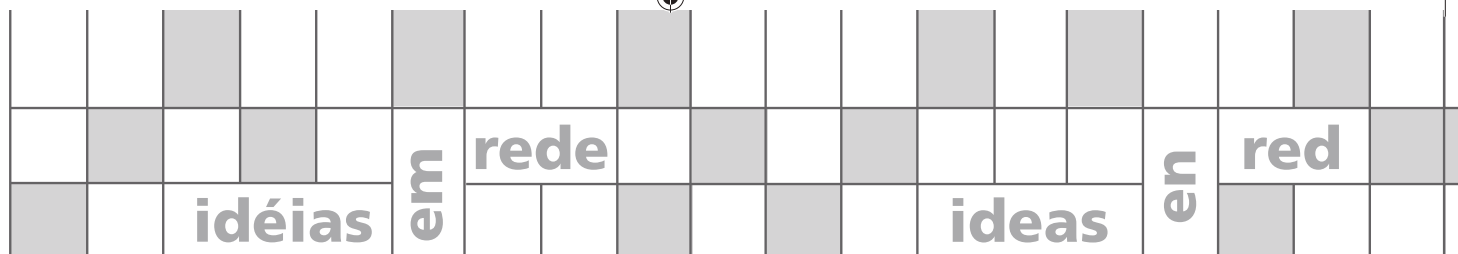
Se a intolerância é um fenômeno que se coloca num nível de irracionalidade como argumentar contra ela? Como difundir o amor fraterno em situações nas quais a razão se ausenta e o que impera é o ódio visceral contra o outro pelo simples fato de ser outro? Contra a intolerância assassina há que se impor o princípio da tolerância diante do diferente.

TOLERÂNCIA: ENTRE A URGÊNCIA E A NECESSIDADE

Entender e evitar os fenômenos intolerantes é algo urgente e necessário em nossos dias. Não é difícil perceber o quanto a intolerância contra a diferença – que se expressa claramente em forma de preconceito, discriminação e violência – tem se tornado recorrente em nossas sociedades. Assim, parece-me bastante evidente e justificável a urgência e a necessidade de se entender o conceito de tolerância como virtude e atitude moralmente exigíveis em nosso tempo, a fim de construir a paz e a convivência social.

Vejamos como, no contexto internacional e nacional, o preconceito e a discriminação se expressam violentamente contra as diferenças que nos constituem dignamente enquanto humanos.

No contexto internacional, iniciamos o século XXI marcados pelo terrorismo cruel e por guerras in-



justificáveis. Os atentados a Nova Iorque (2001), as guerras do Afeganistão (2002) e do Iraque (2003), os ataques terroristas aos trens de Madrid (2004) e aos ônibus de Londres (2005), demonstram como o clima tenso de “choque de civilizações” está orientado pelo desconhecimento total do outro, pela não aceitação de outras possibilidades de organizar a sociedade, a política, a religião etc.

No mundo, hoje, estão em curso dezenas de conflitos armados que direta ou indiretamente envolvem a intolerância contra a diversidade cultural. E para ficar nos exemplos mais recentes de nossos noticiários indico os conflitos envolvendo Israel e Palestina, como também os que envolvem a Rússia e a Geórgia.

Esta dimensão da conjuntura mundial – guerra, terrorismo, confronto de culturas, intolerância contra o diferente, medo generalizado – convida a uma reflexão sobre se um novo mundo é possível. Seria o sonho de um mundo irmanado, sem violências e em paz algo impossível de ser realizado? A fraternidade entre os seres humanos é apenas uma ilusão? Ora, o confronto, o conflito, a disputa, a guerra entre nações e grupos – e mesmo dentro de uma mesma nação ou grupo – sempre estiveram presentes na história da humanidade. No entanto, sempre cultivamos também um ideário de paz, concórdia e solidariedade entre os povos.

O contexto brasileiro também não tem sido muito alentador no que se relaciona ao respeito à diferença. Exemplos de intolerância e violência pontuam o nosso cotidiano. Poderia lembrar acontecimentos da agenda jornalística dos últimos anos, tais como: o adestrador de cães assassinado a golpes de socos e pontapés por dezenove jovens em São Paulo porque passeava de mãos dadas com

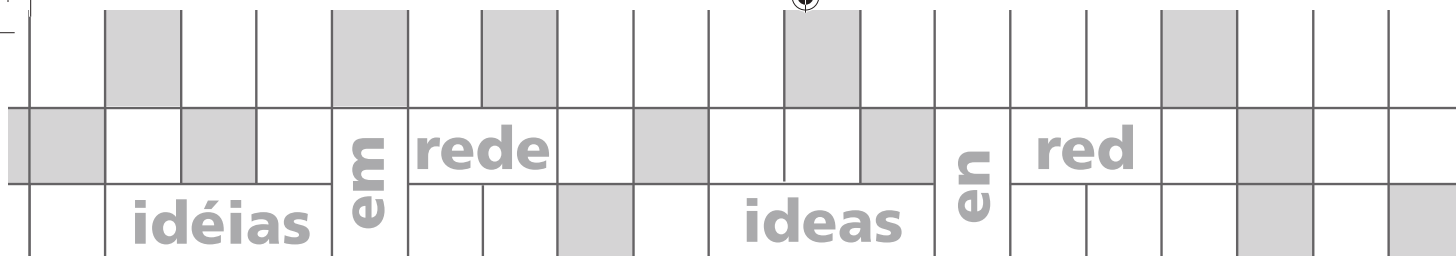


Foto João Ripper

seu namorado numa praça pública; o dentista negro que foi “confundido” com um assaltante e assassinado a tiros pela polícia antes mesmo da possibilidade de responder a qualquer pergunta; a jovem que

teve que ser retirada de um campus universitário com escolta policial, pois estudantes queriam linchá-la porque haviam descoberto que ela praticara sexo com dois rapazes ao mesmo tempo etc.


Urge a busca de alternativas para a construção de uma sociedade mais comprometida com o valor da tolerância e o respeito às diferenças. Talvez esteja aí uma saída possível para um mundo mais solidário e menos violento.



Estes exemplos nos fazem reconhecer o quão dolorosas têm sido, na sociedade brasileira, as temáticas do racismo contra o negro, da perseguição aos homossexuais, da violência contra as mulheres, do genocídio dos povos indígenas e da discriminação contra os nordestinos em cidades como Rio e São Paulo. O que dizer dos alarmantes índices de violência doméstica que indicam que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil? Como explicar que a maior situação de risco de vida no Brasil hoje é a condição de ser

homem negro entre 18 e 25 anos? Que justificativas dar aos espancamentos de homossexuais nas praias cariocas ou às situações vexatórias em shoppings paulistanos?

A simples observação do entorno social me leva a afirmar que há muito que entender sobre os fenômenos violentos e intolerantes em nossas sociedades hoje. Neste sentido, urge a busca de alternativas para a construção de uma sociedade mais comprometida com o valor da tolerância e o respeito às diferenças. Talvez esteja aí uma saída possível

para um mundo mais solidário e menos violento. 

AUGRAS, Monique. Tolerância: os paradoxos, in: TEIXEIRA, F. (org.) O diálogo inter-religioso como afirmação da vida, SP: Paulinas, 1997, p. 77-91.

ECO, Umberto. Cinco escritos morais, Rio de Janeiro: Record, 2001.

MENEZES, Paulo. Tolerância e religiões, in: TEIXEIRA, F. (org.) O diálogo inter-religioso como afirmação da vida, SP: Paulinas, 1997, p. 39-54.

EL PRIMADO DE LA PALABRA, DEL DIÁLOGO

Fabiola Luna Pineda
Perú

La violencia está unida indefectiblemente a la devaluación de la palabra. "La violencia es, por definición, la cancelación de la palabra o, mejor dicho, de las palabras, porque la violencia siempre se afana en la eliminación de lo plural, es decir, de aquello que, por definición, es propio del lenguaje. Ella significa la clausura de toda intención de diálogo o polémica para sustituirla por la muda voluntad de quien, en cierta circunstancia, posee la fuerza".

Los seres humanos se "encuentran" en la palabra y por la palabra; la intolerancia, que es una forma de violencia, es el estado que está fuera de la palabra porque impide la apertura hacia el otro. La intolerancia, desgraciadamente, le pone fin a la tarea de seguir el camino de la comprensión, tarea propiamente humana.

El empobrecimiento del lenguaje no puede sino llevar a "jaquear" la comunicación y los espacios de reconocimiento. La violencia cotidiana, la mudez de los espacios privados, se encuentran ante la necesidad de instaurar palabras sanadoras o creativas que sean corrientes de vida y vehículos

de paz.

Al constatar la situación en que se encuentran el real ejercicio de los derechos humanos y su violación sistemática, vemos que no es fácil situarse ante la cuestión de la "paz". Pero no podemos obtener la paz excluyendo el conflicto. Esto sería idealizarla, hacerla no humana. Una de las cuestiones primordiales para alcanzar la cultura de paz es ejercer la creatividad para resolver los conflictos; la historia humana es, en gran manera, la historia del modo como se han resuelto los conflictos. Estas posibilidades que tienen los hombres y las mujeres, de transformar las realidades, están cimentadas en el diálogo: el dinamismo más importante para trabajar por una cultura de paz.

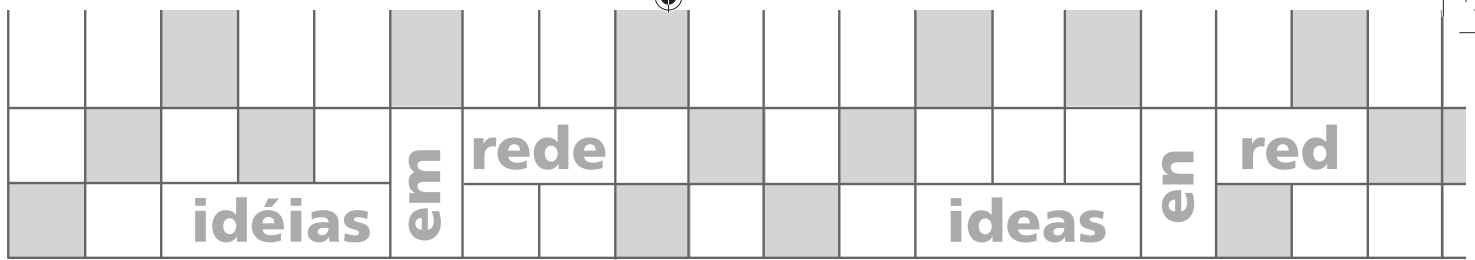
El "léxico de la degradación", o la "retórica del desprecio" son propios del racismo, de la discriminación, del desprecio por los más pobres, por aquellos que por su procedencia étnica o de género son considerados inferiores. Este léxico o esta retórica son los que preceden al asesinato, a la violación, a la tortura o a la golpiza. Esos

"otros", a quienes se les ha negado las oportunidades y la vida misma, son inexistentes o prescindibles por obra y gracia de las palabras por las que vivimos y morimos.

¿Qué pasa con la voz de las víctimas de la violencia, que no las escuchamos? ¿O qué insensibilidad nos recorre que no oímos a los que sufren? Sin duda, esto es consecuencia de la banalización de la violencia y de que su presencia se transformara en "normal" y cotidiana. Es necesario discernir y señalar cuál es el disfraz que usa la mentira-violencia para esconder su "anormalidad" y la insoportable pesadez de su presencia. Es necesario cambiar un corazón de piedra por un corazón de carne.

La Palabra que se hizo "carne" unió lo que estaba separado por la violencia, a costa de su muerte; y a los que llamó les dio el poder de restaurar las palabras para que den, nuevamente, vida y salud, diciéndoles: ¡ánimo, yo soy la Verdad y he vencido!

Centro Amazónico de Antropología
y Aplicación Práctica
fabiolamoon@hotmail.com



La violencia contra las mujeres no se reduce al golpe



Ángeles López García
fatleon@prodigy.net.com.mx
Centro de Derechos Humanos
Victoria Díez, México

La violencia contra las mujeres es el crimen más generalizado y menos castigado porque se considera natural. Es una grave violación a los derechos humanos que tiene consecuencias para el desarrollo económico, político, social y cultural de cualquier país.

En México, las mujeres vivimos una violencia estructural ejercida por las instituciones y el sistema social patriarcal. Las políticas de estado están centradas en el mercado y no en las personas. Lo que importa es

el crecimiento económico a costa del bienestar social, con lo cual se agrava el estado de pobreza, de desigualdad social y la violación sistemática de los derechos económicos, sociales y culturales de la población, en general, y de las mujeres y de amplios sectores empobrecidos, en particular.

Según cifras conservadoras, en México el 42% de la población vive en estado de pobreza y casi el 14% vive en la pobreza extrema.¹ Según el Banco Mundial, la pobreza

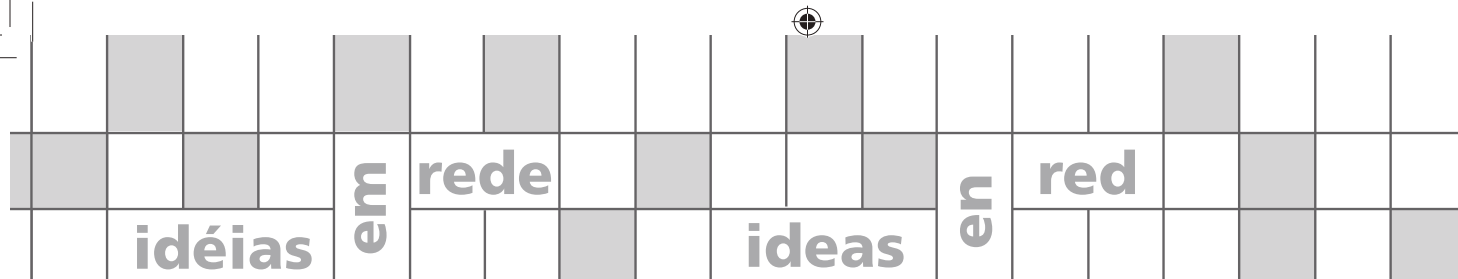


Foto Arq. Rev. Novamérica México

A partir das lutas de mulheres e do movimento feminista, desde fevereiro de 2007 vigora no México a Lei Geral de Acesso das mulheres a uma vida livre de violência, que tem as mulheres como sujeito jurídico e político e reconhece que a violência contra elas se dá na família, no trabalho, na escola, na sociedade, nos meios de comunicação, nas instituições e no Estado, provocando danos psicológicos, físicos, econômicos, sexuais, patrimonial, chegando à morte. Este avanço legal, entretanto, não permitiu ainda o acesso das mulheres à justiça, já que reduz o reconhecimento dos direitos ao interior da família natural, sendo esta ainda uma grande dívida do Estado mexicano.

en México alcanza el 50%.² Y esta realidad convive con Carlos Slim, el hombre más rico del mundo que concentra alrededor del 8% del PIB del país.

Esta indignante desigualdad no es solo económica, también se refleja en el goce y disfrute de todos los derechos humanos, en especial de los más pobres. Las mujeres constituimos la mayoría de esos pobres económicos y sociales debido, entre otras causas, a la discriminación que vivimos por género, etnia, raza y

opción sexual

El sistema patriarcal reproduce creencias, prácticas y valores basados en la relación de poder de los hombres sobre las mujeres, lo que hace de la violencia contra las mujeres una experiencia cotidiana que, en su expresión extrema, ha terminado con la vida de muchas mujeres, dando lugar a lo que se ha llamado feminicidio.

En febrero del 2007, y después de muchos años de activismo de mujeres y del movimiento feminista

mexicano, entró en vigor la Ley General de Acceso de las mujeres a una vida libre de violencia. Es una ley que recoge una buena parte de los estándares internacionales de derechos humanos; tiene como sujeto jurídico y político a las mujeres y reconoce que la violencia contra las mujeres se da en la familia, en el trabajo, en la escuela, en la sociedad, en los medios de comunicación, en las instituciones y en el Estado, y que puede causar diversos daños: psicológico, físico,

idéias em rede ideas en red

económico, sexual, patrimonial e incluso la muerte.

Desgraciadamente, este avance legislativo no ha traído un mejor acceso a la justicia para las mujeres. El estado mexicano reduce el reconocimiento de los derechos de las mujeres solo al interior de la "familia natural" y aun en este espacio intenta transmitir la idea de la familia armoniosa, respetuosa e igualitaria, ocultando la otra cara de la maternidad, expresada en el abuso sexual, en la falta de cuidado, en el maltrato físico, emocional, económico y sexual.

Vivimos en una sociedad con un doble discurso, pues por un lado se sacraliza la maternidad –incluso la no querida– y por el otro lado la maternidad se ejerce en un mundo patriarcal y en circunstancias hostiles y adversas para las mujeres, al extremo de ser impuesta a las niñas víctimas de violación. El Estado responsabiliza a las mujeres por la maternidad, pero no las provee de los recursos materiales para ejercerla.

El modelo actual de familia no es un hombre proveedor y una mujer "que no trabaja" o "ama de casa". La realidad que vivimos es el de un trabajador con trabajo temporal y bajos ingresos acompañado de una mujer con triple jornada. Aun en el trabajo asalariado las mujeres enfrentan mayores obstáculos que los hombres, reciben salarios menores por el mismo trabajo, están mayoritariamente en el trabajo informal, tienen menos acceso al crédito, la tierra, el tiempo y la educación. Siguen siendo las responsables del trabajo de casa y viven con una culpa emocional de que están "descuidando a la familia". Deben someterse a una prueba de no embarazo si quieren acceder al empleo y sufren despidos ilegales cuando están embarazadas. Todo ello sin que el Estado tome las medidas adecuadas para prevenir, sancionar



Foto Arq. Rev. Novamerica México

y erradicar esta práctica.

Los procesos de privatización de servicios y el abandono por parte del Estado afectan de manera directa a las mujeres, las cuales acaban sufriendo sobrecarga de trabajo. Por lo que podemos decir que la ineficacia del Estado la pagan las mujeres y niñas con su trabajo, sin horas de descanso, durmiendo menos, cuidando a los enfermos, cuidando a sus hermanos más pequeños, caminando mucho para comprar más barato.

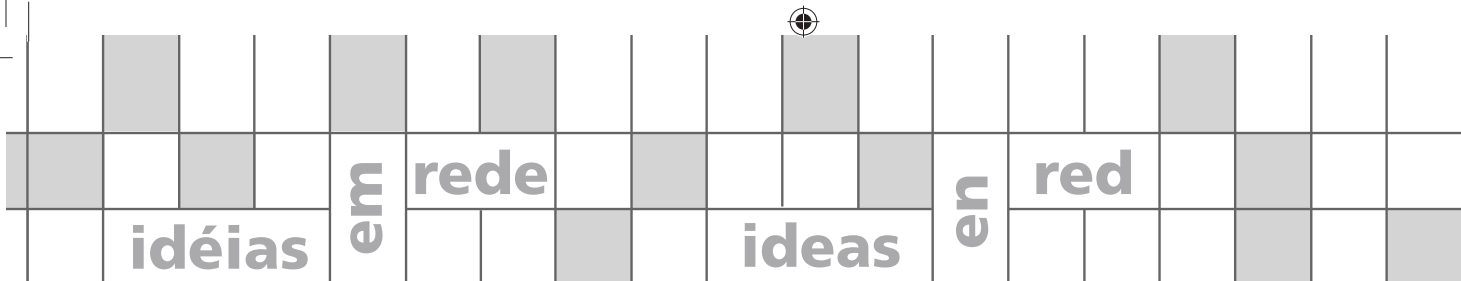
El Estado mexicano tiene una mirada instrumental de las mujeres al conferirles un rol subsidiario al Estado y al mercado. Transfiere responsabilidades públicas al espacio privado y esto implica inevitablemente nuevas y mayores responsabilidades para las mujeres de todas las edades: abuelas cuidando a los nietos, niñas sustituyendo a las madres y madres con intensas cargas de trabajo remunerado y no remunerado.

Esta es una violencia institucio-

nal que lleva a las mujeres a, individualmente, resolver esta realidad de la que el Estado se autoexcluye.

También la falta de leyes, de políticas públicas y de mecanismos que impulsen el respeto, la protección y la garantía de los derechos de las mujeres constituyen violencia de género contra las mujeres. Así como la ausencia de políticas públicas para las tareas de cuidado humano que no son reconocidas, subsidiadas ni financiadas, y todo el trabajo de las abuelas, las hermanas, las tías, las suegras y las comadres.

La forma extrema de violencia contra las mujeres lo constituye el feminicidio que tiene su base en una cultura que subordina y discrimina a las mujeres, pero que es tolerada por el Estado y la sociedad. Los asesinatos de mujeres cometidos por hombres son consecuencia directa de políticas gubernamentales que le niegan a las mujeres su calidad de sujetas de derechos y que pretenden



Los feminicidios consisten en la muerte evitable de mujeres que han ido padeciendo una larga cadena de violencia física, emocional, sexual, económica, patrimonial, no solo dentro de la familia, sino en la sociedad, en el trabajo, en los medios de comunicación, en la escuela y en las instituciones.

preservar el status aferrándose a ideas conservadoras que le niegan la ciudadanía a las mujeres, a pesar del amplio marco normativo que consagra derechos y libertades para nosotras.

PARA CONCLUIR

La violencia que acaba con la vida de las mujeres es una grave violación a los derechos humanos. Los funcionarios del Estado mexicano no le dan la debida atención porque comparten la idea de que las mujeres son usables, no son personas con dignidad y derechos y solo pueden ser miradas dentro del contexto de una familia.

La violencia contra las mujeres no es un problema personal y privado, es un problema jurídico, político y estructural. Para que exista es necesario el silencio, la omisión, la negligencia y la inacción de las autoridades encargadas de prevenir,

atender, sancionar y erradicar esta realidad.

La violencia que viven las mujeres muchas veces no se denuncia, porque cuando ellas denuncian no se les cree. Pocas veces se investiga y se persigue y, cuando se persigue, se hace de una manera poco profesional por parte de los investigadores y de los jueces, ya que estos desconocen los instrumentos internacionales de derechos humanos y carecen del conocimiento fundamental de la violencia de género contra las mujeres.

Las causas de los feminicidios no se encuentran en las características "patológicas" de los agresores, sino en el estatus social, en el marco normativo deficiente, en la ineficacia de los servicios y en la dificultad de las víctimas para tener acceso a la justicia.

En México existe la violencia de Estado contra las mujeres porque las instituciones no les dan garantía de

vida ni seguridad. El Estado no ha sido capaz de garantizar el derecho a la vida, a la integridad, a la salud y ni siquiera el derecho a la reparación, para aquellas mujeres que han sido víctimas de algún tipo de violencia. Al no garantizarse estos derechos, se genera violencia institucional.

Los feminicidios consisten en la muerte evitable de mujeres que han ido padeciendo una larga cadena de violencia física, emocional, sexual, económica, patrimonial, no solo dentro de la familia, sino en la sociedad, en el trabajo, en los medios de comunicación, en la escuela y en las instituciones.

Si hubiera una adecuada intervención por parte de las instituciones judiciales, para dar reparaciones con justicia y con asistencia social, el proceso de violencia acabaría sufriendo una ruptura y se evitaría el feminicidio.

Es por eso que el Estado mexicano debe tomar en serio el cumplimiento de sus responsabilidades de respeto, protección y garantía de los derechos de las mujeres.

Afortunadamente, casos como el de Maria da Penha, en Brasil, nos animan a seguir denunciando la responsabilidad del Estado ante las graves violaciones a los derechos humanos de las mujeres, así como a seguir promoviendo el cambio cultural con justicia social y justicia de género, para lograr la plena ciudadanía de las mujeres y conseguir sociedades democráticas en lo público y en lo privado. (A)

1 Comisión Nacional de Evaluación. CONEVAL. "Reporta CONEVAL cifras actualizadas de pobreza por ingresos 2006" Comunicado Num 002/2007, 3 agosto de 2007. www.coneval.com.mx/coneval/
 2 Periódico La Jornada, "En situación de pobreza, 50% de mexicanos: Banco Mundial" Roberto González Amador. Sección de Economía. 26 julio 2006.

PARA REFLEXÃO

O impensável aconteceu

Boaventura de Sousa Santos

Sociólogo e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal
http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3981&boletim_id=459&componente_id=8202

O Estado deixou de ser o problema para voltar a ser a solução; cada país tem o direito de fazer prevalecer o que entende ser o interesse nacional contra os ditames da globalização; o mercado não é, por si, racional e eficiente, apenas sabe racionalizar a sua irracionalidade e ineficiência enquanto estas não atingirem o nível de auto-destruição.

A palavra não aparece na mídia norte-americana, mas é disso que se trata: nacionalização. Perante as falências ocorridas, anunciadas ou iminentes de importantes bancos de investimento, das duas maiores sociedades hipotecárias do país e da maior seguradora do mundo, o governo dos EUA decidiu assumir o controle direto de uma parte importante do sistema financeiro.

A medida não é inédita pois o Governo interveio em outros momentos de crise profunda: em 1792 (no mandato do primeiro presidente do país), em 1907 (neste caso, o papel central na resolução da crise coube ao grande banco de então, J.P. Morgan, hoje, Morgan Stanley, também em risco), em 1929 (a grande depressão que durou até à Segunda Guerra Mundial: em 1933, 1000 norte-americanos por dia perdiam as suas casas a favor dos bancos) e 1985 (a crise das sociedades de poupança).

O que é novo na intervenção em curso é a sua magnitude e o fato de ela ocorrer ao fim de trinta anos de evangelização neoliberal conduzida com mão de ferro a nível global pelos EUA e pelas instituições financeiras por eles controladas, FMI e o Banco Mundial: mercados livres e, porque livres, eficientes; privatizações; desregulamentação; Estado fora da economia porque inerentemente corrupto e ineficiente; eliminação de restrições à acumulação de riqueza e à correspondente produção de miséria social.

Foi com estas receitas que se “resolveram” as crises financeiras da América Latina e da Ásia e que se impuseram ajustamentos estruturais em dezenas de países. Foi também com elas que milhões de pessoas foram lançadas no desemprego, perderam as suas terras ou os seus direitos laborais, tiveram de emigrar.

À luz disto, o impensável aconteceu: o Estado deixou de ser o problema para voltar a ser a solução; cada país tem o direito de fazer prevalecer o que entende ser o interesse nacional contra os ditames da globalização; o mercado não é, por si, racional e eficiente, apenas sabe racionalizar a sua irracionalidade e ineficiência enquanto estas não atingirem o nível de autodestruição; o capital tem sempre o Estado à sua disposição e, consoante os ciclos, ora por via da regulação ora por via da desregulação. Esta não é a crise final do capitalismo e, mesmo se fosse, talvez a esquerda não soubesse o que fazer dela, tão generalizada foi a sua conversão ao evangelho neoliberal.

Muito continuará como dantes: o espírito individualista, egoísta e anti-social que anima o capitalismo; o fato de que a fatura das crises é sempre paga por quem nada contribuiu para elas, a esmagadora maioria dos cidadãos, já que é com seu dinheiro que o Estado intervém e muitos perdem o emprego, a casa e a pensão.

Mas muito mais mudará. Primeiro, o declínio dos EUA como potência mundial atinge um novo patamar. Este país acaba de ser vítima das armas de destruição financeira massiva com que agrediu tantos países nas últimas décadas e a decisão “soberana” de se defender foi afinal induzida pela pressão dos seus credores estrangeiros (sobretudo chineses) que ameaçaram com uma fuga que seria devastadora para o actual *american way of life*.

Segundo, o FMI e o Banco Mundial deixaram de ter qualquer autoridade para impor as suas receitas, pois sempre usaram como bitola uma economia que se revela agora fantasma. A hipocrisia dos critérios duplos (uns válidos para os países do Norte global e

outros válidos para os países do Sul global) está exposta com uma crueza chocante. Daqui em diante, a primazia do interesse nacional pode ditar, não só proteção e regulação específicas, como também taxas de juro subsidiadas para apoiar indústrias em perigo (como as que o Congresso dos EUA acaba de aprovar para o setor automóvel).

Não estamos perante uma desglobalização, mas estamos certamente perante uma nova globalização pós-neoliberal internamente muito mais diversificada. Emergem novos regionalismos, já hoje presentes na África e na Ásia mas sobretudo importantes na América Latina, como o agora consolidado com a criação da União das Nações Sul-Americanas e do Banco do Sul. Por sua vez, a União Européia, o regionalismo mais avançado, terá que mudar o curso neoliberal da atual Comissão sob pena de ter o mesmo destino dos EUA.

Terceiro, as políticas de privatização da segurança social ficam desacreditadas: é eticamente monstruoso que seja possível acumular lucros fabulosos com o dinheiro de milhões de trabalhadores humildes e abandonar estes à sua sorte quando a especulação dá errado. Quarto, o Estado que regressa como solução é o mesmo Estado que foi moral e institucionalmente destruído pelo neoliberalismo, o qual tudo fez para que sua profecia se cumprisse: transformar o Estado num antro de corrupção.

Isto significa que se o Estado não for profundamente reformado e democratizado em breve será, agora sim, um problema sem solução. Quinto, as mudanças na globalização hegemônica vão provocar mudanças na globalização dos movimentos sociais que vão certamente se refletir no Fórum Social Mundial: a nova centralidade das lutas nacionais e regionais; as relações com Estados e partidos progressistas e as lutas pela refundação democrática do Estado; contradições entre classes nacionais e transnacionais e as políticas de alianças.

PARA LA REFLEXIÓN

Lo impensable sucedió

Boaventura de Sousa Santos

Sociólogo y profesor catedrático de la Facultad de Economía de la Universidad de Coimbra – Portugal

http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3981&boletim_id=459&componente_id=8202

El Estado dejó de ser el problema para volver a ser la solución; cada país tiene el derecho de hacer prevalecer aquello que entiende que es el interés nacional, en contra de los dictámenes de la globalización; el mercado no es, de por sí, racional y eficiente, solamente sabe raciocinar su irracionalidad e ineficiencia cuando estas no alcanzan el nivel de autodestrucción.

La palabra no aparece en los medios de comunicación norteamericanos, pero es de eso de que se trata: nacionalización. Frente a las falencias ocurridas, anunciadas o inminentes, de importantes bancos de inversión, de las dos mayores sociedades hipotecarias del país y de la mayor aseguradora del mundo, el gobierno de los Estados Unidos decidió asumir el control directo de una parte importante del sistema financiero.

La medida no es inédita, ya que el Gobierno intervino en otros momentos de crisis profunda: en 1792 (durante el mandato del primer presidente del país), en 1907 (en este caso, el papel central para resolver la crisis le incumbió al gran banco de la época, J. P. Morgan, hoy Morgan Stanley, también en peligro), en 1929 (durante la gran depresión que duró hasta la Segunda Guerra Mundial), en 1933 (época en que, por día, 1000 norteamericanos perdían sus casas de la mano de los bancos) y en 1985 (la crisis de las sociedades de ahorro y préstamo).

Lo que es nuevo en la presente intervención es su magnitud y el hecho de que la misma ocurra al término de treinta años de evangelización neoliberal conducida con mano de hierro a nivel global por los Estados Unidos y por las instituciones financieras que el país controla, el FMI y el Banco Mundial: mercados libres y, precisamente por ser libres, eficientes; privatizaciones, desregulación; Estado fuera de la economía por ser inherentemente corrupto e ineficiente; eliminación de restricciones a la acumulación de riquezas y a la consecuente producción de miseria social.

Fue con estas recetas que se “resolvieron” las crisis financieras de América Latina y de Asia y que se impusieron ajustes estructurales en decenas de países. Fue también con estas recetas que millones de personas quedaron desempleadas, perdieron sus tierras o sus derechos laborales, precisaron emigrar.

A la luz de todo esto, lo impensable sucedió: el Estado dejó de ser el problema para volver a ser la solución; cada país tiene el derecho de hacer prevalecer aquello que entiende que es el interés nacional, en contra de los dictámenes de la globalización; el mercado no es, de por sí, racional y eficiente, solamente sabe raciocinar su irracionalidad e ineficiencia cuando estas no alcanzan el nivel de autodestrucción; el capital tiene siempre al Estado a su disposición, ya sea por la vía de la regulación, ya por la de la desregulación (según la fase). Esta no es la última crisis del capitalismo y, aunque lo fuera, probablemente la izquierda no sabría qué hacer con ella, dada su conversión generalizada al evangelio neoliberal.

Muchas cosas continuarán como antes: el espíritu individualista, egoísta, antisocial que anima al capitalismo; el hecho de que la factura de las crisis la paguen siempre aquellas personas que nada tuvieron que ver con su surgimiento, es decir, la aplastante mayoría de ciudadanos -ya que es con su dinero que el Estado interviene y muchos pierden el empleo, la casa y la pensión.

Pero habrá muchas más cosas que sí cambiarán: Primero, el declive de los Estados Unidos como potencia mundial hará que este alcance un nuevo rango. El país acaba de ser víctima de las armas de destrucción financiera maciza con las que agredió a tantos países en las últimas décadas, y la decisión “soberana” de defenderse acabó siendo inducida por la presión de sus acreedores extranjeros (sobre todo los chinos) que amenazaron con una fuga que sería devastadora para el actual american way of life.

Segundo, el FMI y el Banco Mundial dejaron de tener cualquier autoridad para imponer sus recetas, pues siempre usaron como eje una economía que ahora se revela fantasma. La hipocresía de los criterios dobles (válidos unos para los países del Norte global y válidos otros

para los países del Sur global) es expuesta con una crudeza inquietante.

De ahora en adelante, la primacía del interés nacional puede dictar no solo una protección y una regulación específicas, sino también tasas de interés subsidiadas para apoyar industrias en peligro (como las que el Congreso de los Estados Unidos acaba de aprobar para el sector automovilístico). No estamos frente a una desglobalización, pero de hecho nos estamos enfrentando a una nueva globalización post-neoliberal, internamente mucho más diversificada. Emergen nuevos regionalismos, ya presentes en África y en Asia, pero de especial importancia en América Latina, como el que fue consolidado ahora con la creación de la Unión de las Naciones Sudamericanas y del Banco del Sur. A su vez, la Unión Europea -el regionalismo más avanzado- tendrá que cambiar el curso neoliberal de la actual Comisión, bajo pena de sufrir el mismo destino que los Estados Unidos.

Tercero, las políticas de privatización sobre la seguridad social son desacreditadas: es éticamente monstruoso que sea posible acumular lucros fabulosos con el dinero de millones de trabajadores humildes para luego abandonarlos a su suerte cada vez que la especulación no produce los resultados deseados. Cuarto, el Estado que regresa como solución es el mismo que fue moral e institucionalmente destruido por el neoliberalismo, y el mismo que lo intentó todo para que se cumpliera su profecía: transformar al Estado en un antro de corrupción.

Esto significa que si el Estado no pasa por profundas reformas y no se democratiza, en breve será (y está vez, de verdad) un problema sin solución. Quinto, los cambios en la globalización hegemónica van a provocar cambios en la globalización de los movimientos sociales, y esto, evidentemente, se verá reflejado en el Foro Social Mundial: en la nueva centralidad de las luchas nacionales y regionales; en las relaciones con Estados y partidos progresistas y en las luchas por la refundación democrática del Estado; en contradicciones entre clases nacionales y transnacionales y las políticas de alianzas.

Sites Sitios

<http://www.nevusp.org>

Criado durante a transição democrática, em 1987, o Núcleo de Estudos da Violência é um dos Núcleos de Apoio a Pesquisa da Universidade de São Paulo e desenvolve projetos de pesquisas, cursos de extensão e atividades voltadas à promoção e proteção dos direitos humanos. Atua na denúncia de graves violações de direitos humanos e na promoção do acesso universal a estes direitos. Desde o ano 2000 o NEV/USP é um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<http://www.cladem.org>

El Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer es una red de mujeres y de organizaciones de mujeres que se encuentra presente en toda América Latina y en el Caribe, y cuyo empeño consiste en unir esfuerzos para lograr una efectiva defensa de los derechos de las mujeres en la región. Tiene por objetivo contribuir en la construcción de democracias reales con justicia social, libres de discriminación, con ejercicio pleno de los derechos humanos. Enlaces con CLADEM de diecisiete países de América Latina.

<http://www.derechosinfancia.org.mx>

La Red por los Derechos de la Infancia es una coalición de 63 organizaciones de la sociedad civil mexicana que desarrolla programas a favor de niñas, niños y adolescentes mexicanos en situación de vulnerabilidad. Estas organizaciones han trabajado en la promoción de la adecuación de la Convención de los Derechos del Niño a los marcos legales mexicanos; en el diseño y seguimiento de políticas públicas relacionadas con la infancia; en la promoción de espacios y experiencias de participación infantil y en la difusión y capacitación sobre los derechos de la niñez.

<http://www.centropaz.com.ar/principal.htm>

Vinculado a la Universidad para la Paz de las Naciones Unidas, el Centro de Investigación para la Paz tiene como objetivos generales promover la paz y la democracia en el ámbito de influencia de la Facultad Regional Resistencia de la Universidad Tecnológica (Chaco). Entre sus objetivos específicos se destacan: elaborar el "Programa para la Paz"; difundir cursos; promover actitudes y prácticas involucradas con la prevención y resolución de conflictos; investigar los fenómenos que desatan conflictos y los fenómenos

MOSAICO

<http://www.modemmujer.org>

Primera Red de Comunicación Electrónica de América Latina especializada en la defensa de los derechos de las mujeres, a través de la apropiación del uso de las nuevas tecnologías para la visibilización de las causas de las mujeres. Nace en 1994 y su principal interés es contribuir a articular esfuerzos, apoyar el desarrollo, ampliar su capacidad de incidencia y vincular investigador@s, académic@s, organizaciones ciudadanas, asociaciones civiles, redes, listas informativas, con el debate y el análisis de temas enfocados desde la perspectiva de género.

que llevan a la paz; estudiar los métodos no adversariales (negociación y mediación) para prevenir, administrar y resolver los conflictos.

Sitio vinculado: <http://www.sembrandopaz.com.ar/quienes.htm>

<http://www.violenciamulher.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/index.shtml>

O Portal Violência Contra a Mulher, vinculado ao Instituto Patrícia Galvão, tem o objetivo de ser uma referência para a imprensa quando a pauta é violência contra a mulher. A mídia informativa desempenha um papel fundamental na divulgação de fatos, modelos, normas de conduta e formas de pensamento, possuindo um extraordinário potencial como formadora de opinião. Para provocar mudanças na sociedade brasileira em relação à violência contra a mulher são fundamentais as reportagens, artigos e debates a respeito do assunto e também sobre as formas de prevenir e combater esse grave problema.

<http://www.cedem.cl/cedem.htm>

El Centro de Estudios para el Desarrollo de la Mujer (CEDEM) es una institución privada sin fines de lucro, constituida por un equipo interdisciplinario, que contribuye al fortalecimiento de la democracia, a la superación de la exclusión social y a la transformación de las relaciones de género, con el objetivo de generar conocimientos, de participar en el debate crítico y de promover una ciudadanía activa. El CEDEM, con una trayectoria de 27 años de trabajo, surge a partir de un equipo de profesionales que inicia su labor en el Programa de Estudios y Capacitación de la Mujer Campesina e Indígena -PEMCI-, en el Círculo de Estudios de la Mujer y en la Academia de Humanismo Cristiano.

Filmes Películas

PARTES USADAS

Guión y dirección - Aarón Fernández

Ficción, México, Francia, España, 2007. 95 minutos

Productores - Aarón Fernández y Morteza Mohammadi

Iván, un muchacho de 14 años, vive con su tío Jaime, un mediocre comerciante de refacciones usadas. Ambos sueñan con una vida mejor y por eso se empeñan en juntar dinero para emigrar ilegalmente a Chicago. Al darse cuenta de que necesita más dinero del previsto para el "Pollero", Jaime decide introducir a su sobrino en el robo de autopartes. Iván aprende rápidamente las mañas del oficio y convence a Efraín, su mejor amigo, a que lo ayude. Los muchachos cumplen los "pedidos" de Jaime, hasta que Iván se da cuenta de que por

Livros Libros

ROTAS CRÍTICAS - MULHERES ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA

Stela Nazareth Meneghel (Org.)
Editora: Unisinos, 2007, 157 p.

Trata de questões que envolvem gênero e violência. A violência contra a mulher, em seus vários aspectos, é aqui analisada por um grupo de pesquisadoras composto por: Montserrat Sagot, Rosangela Barbiani, Fernanda Souza de Bairos, Thais Siqueira, Stela N. Meneghel, Elida A. Hennington, Maria Regina Fay de Azambuja, Angela W. Oliveira, Michelli Grano, Cristiane Stefenon e Andreia Dioxopoulos.

ESTÉTICAS DEL DESARRAIGO

Oscar López

Medellín, Universidad EAFIT, 2008, 369 p.

A partir de la identificación de los distintos actores, visibles y ocultos, que intervienen en la violenta realidad colombiana, el autor analiza las más representativas obras literarias y cinematográficas del país, aquellas que le han dado una dimensión estética a las diversas expresiones del exilio, del desplazamiento y del desarraigo. Con amplio conocimiento en materia literaria, el autor enfrenta momentos tan complejos de la historia de la literatura nacional como la poética que nace del desplazamiento en los años cincuenta y la narrativa que registra el fenómeno sicarial y consumista en épocas de globalización.

INFÂNCIA: VIOLÊNCIA, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

J. Clemente de Souza Neto e Maria Leticia B. P. Nascimento (orgs)

São Paulo, Expressão & Arte Editora, 2006, 304 págs

A questão da infância tem sido, nas últimas décadas, objeto de estudos de historiadores, sociólogos, pedagogos, filósofos, psicólogos, assistentes

sociais e muitos outros. A soma desses esforços tem em vista, em última instância, o reconhecimento da infância como uma categoria analítica que pode ajudar a alterar a relação pedagógica entre o adulto e a criança, que deixaria esta de ser assimilada como objeto para ser entendida como sujeito em desenvolvimento. O livro tem a finalidade de trazer à tona essa discussão. Ele é fruto do trabalho de pesquisadores que atuam em diversas instituições de pesquisa e de ensino e que participaram das mesas-redondas do I Congresso Internacional Infância, realizado na Universidade Mackenzie, de 19 a 22 de setembro de 2006.

LOS ROSTROS DE LA POBREZA. EL DEBATE. (Tomo IV)

Mónica Gendreau (coord.)

Ciudad de México, Editorial Universidad Iberoamericana, 2005, 378p.

Conjunto de textos en los que se reflexiona, se analiza y se habla de la pobreza, con un claro objetivo de mostrar los espacios en que serían posibles acciones viables para la elaboración de tejidos fraternos en diferentes espacios sociales. Nos presenta los múltiples rostros de la pobreza con la esperanza de provocar la creatividad intelectual y social del lector.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - UMA NOVA INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA

Sonia Maria de Araujo Couto

Belo Horizonte, Autentica Editora, 2005, v.1, 118 p.

Em termos mais tradicionais [...], a violência pode ser considerada como uma força prejudicial física ou psicológica aplicada contra uma pessoa ou um grupo de pessoas. Em termos genéricos, a violência mantém contornos um tanto imprecisos com a intimidação e a agressividade dirigida ao outro. A espinha dorsal de todas as formas de violência é o medo que se desencadeia na pessoa que a ela está submetida. O medo produz uma mudança no funcionamento orgânico, fazendo com que haja uma transformação no comportamento e na personalidade da pessoa. A força física é o estímulo mais simples, podendo chegar, nos casos extremos, à tortura e à morte. O seu objetivo é produzir um sentimento de insegurança e fortes respostas emocionais de submissão. Nesse processo, a pessoa submetida às formas mais diversas de violência torna-se susceptível a responder ao agressor conforme o seu desejo, anulando-se, muitas vezes, em sua própria subjetividade.

detrás del viaje, su tío escondía intenciones bien diferentes a aquellas que manifestara al comienzo.

PERRO COME PERRO

Director: Carlos Moreno

Guión: Carlos Moreno y Alonso Torres

Thriller Comedia Negra - Colombia, 2007. 134 minutos

En el mundo del crimen colombiano hay una ley no oficial. Cuando Víctor y Eusebio, dos criminales que obtienen dinero por la fuerza, infringen las reglas, firman sus propias sentencias de muerte.

NACIDO Y CRIADO

Director: Pablo Trapero

Guión: Pablo Trapero - Mario Rulloni

Drama - Argentina y Reino Unido, 2006. 100 minutos

Santiago es un joven decorador que vive cómodamente con su mujer y su hija, con las que conforma una familia feliz. Un sorpresivo accidente en la ruta desata una tragedia familiar, un violento giro en su vida. En un paisaje helado del extremo sur argentino, Santiago, irreconocible, reaparece trabajando en un perdido aeropuerto del fin del mundo. El lugar, el trabajo y el clima extremo se presentan como un castigo que quiebra el espíritu y la cordura. Santiago no habla de su antigua vida pero sus fantasmas no lo abandonan. La rutina se convierte en una pesadilla exasperante. A un paso de la locura, debe luchar por retomar el control de su vida y cerrar su doloroso pasado.

PROIBIDO PROIBIR

Direção: Jorge Durán

Roteiro: Jorge Durán e Dani Patarra, com colaboração de Gustavo Bohrer e Eduardo Durán, baseado em argumento de Jorge Durán

Drama - Brasil e Chile, 2006, 100 minutos

Três universitários enfrentam os dilemas morais e éticos de um triângulo amoroso. Ao mesmo tempo a vida universitária os leva a misturar-se com os problemas da realidade que os circunda, nos quais tentam intervir, com conseqüências dramáticas.

LA ZONA

Director: Rodrigo Plá

Canadá, 97 minutos. Linguagem original: español; legendas em inglês e francês.

A violência de um crime vivenciada num condomínio fechado, na cidade do México, revela a vulnerabilidade da segurança, tão almejada pela classe média, e a imprevisibilidade da condição humana que surpreende os moradores. Perplexidade e impotência são os sentimentos que brotam entre os vizinhos que, ao mesmo tempo, reconhecem a necessidade de rever seus conceitos e fortalecer suas redes de convivência social.

CONSELHO CONSULTIVO INTERNACIONAL 2008

Argentina - Néstor Borri e Claudia Villamayor
 Bolívia - Juan Mari Lois e Fernando Andrade
 Brasil - Sônia Kramer e Maria da Glória Gohn
 Chile - Ricardo Florentino Salas Astraín e Cristian Parker Gumucio
 México - María Ángeles López García e Emilio Álvarez Icaza Longoria
 Peru - Marcial Rubio Correa e Vicente Santuc, sj.
 República Dominicana - Luis Quezada e Ramón Emilio Jáquez
 Uruguai - Mónica Maronna

PUEDA SUSCRIBIRSE O ADQUIRIRLA EN:

Argentina: Mabel Quinteros

Moreno 935 - Reconquista
 (3560) Santa Fe - Tel.: 3482421794
 E-mail: honat@tranet.com.ar

Bolivia: Rina López

Calle Aureleo Meleán 753, Casilla 2419
 Cochabamba Tel/Fax: /4/231851
 E-mail: lopezrina@hotmail.com

Brasil: Cecilia Botana

Rua 19 de Fevereiro, 160, Botafogo
 Rio de Janeiro - RJ Cep: 22.280-030
 Tel/Fax: 021 2295-8033/2542-6244
 E-mail: novamerica@novamerica.org.br

Chile: María Inés Wuth

Vergara 174, Santiago 3
 Tel: /2/6966880 Fax: /2/6988844
 E-mail: miwuth@yahoo.es

Colombia: Consuelo Vélez

Avda. Caracas 41-44 Apto.503
 Santafé de Bogotá - Colombia
 Tel: /1/ 2327179
 E-mail: ocvelez@etb.net.co

Europa, Asia, África y Estados

Unidos: Juani Zamora

Plaza de Los Pinazo 19, 3º izquierda,
 28021 - Madrid Tel: 91 797-1279
 juanizamora@yahoo.es

María del Carmen López

Calle Paseo Zorrilla 346, 4º B
 Valladolid (47008) España
 E-mail: lmcarmen@telefonica.net
 Pagos de suscripciones en España por
 depósito bancario: Caja España - Cta.
 corriente n° 2096 0106 95 2041969804
 Titular: María del Carmen López

Guatemala: Blanca Fuentes

6ª Calle 2-42 zona 1
 01001 Guatemala
 Tel: /502/232 3388 Fax: 323 5261
 E-mail: itguat@intelnett.com

México: Enriqueta Castro Hernández

Dr Vértiz 153 Col. Doctores Delegación
 Cuauhtémoc C.P. 06720 México DF
 Tel: 55786511/55786514
 E-mail: quetosslp@yahoo.com.mx

Maribel Apaez Fajardo

Tel: 55781146/55786519

Perú: Fabiola Luna

Plaza de la Bandera 125 - Pueblo Libre
 Lima 21 - Perú Tel: 3323282 y
 98490453
 E-mail: fabiolamoon@hotmail.com

República Dominicana:

Fausta Polanco Borbón
 Calle R. César Tolentino 51 - Los
 Pepines - Santiago de los Caballeros
 Tel: (809) 921 0497 e (809) 921 1152
 E-mail: polancoborbon@yahoo.com

Centro Cultural Poveda

Pina 210 A - Ciudad Nueva
 Santo Domingo D.N.
 Fone: /809/6895689 - 6854635
 E-mail: ctro.poveda@codetel.net.do

Uruguay: María Camino Trapero

Lindero Forteza 2496 Código postal:
 11400 - Montevideo Tel: /2/5083395
 E-mail: mctsantamarta@adinet.com.uy

Josefa López Hidalgo - Vizconde de
 Mauá 669 Paysandú (60.000)
 E-mail: josefalopezhidalgo@hotmail.com

Rosario Alves - Pascual Costa 3265 ap.
 810 Parque Posadas 11.700 -
 Montevideo Tel: /2/ 3360027
 E-mail: rosall2@adinet.com.uy

Venezuela: Elvira Morcillo

De Platanal a Desamparados,
 Edif. Platanal 37, Piso 1º, Apto 1ª
 La Candelaria, 1001, Caracas 1011
 Tel: 212/4621823 e 04166359574
 E-mail: sedeitven@cantv.net

REVISTA NOVAMERICA NUEVAMERICA

Diretora

Susana Beatriz Sacavino

Conselho Editorial

Argentina - Antonia L. de Nardelli
 Bolívia - Rina López
 Brasil - Vera Maria F. Candau
 Chile - María Inés Wuth
 México - Enriqueta Castro Hernández
 Peru - Fabiola Luna
 República Dominicana - Fausta
 Polanco Borbón
 Uruguai - Mery Larrosa

Comitê Técnico

Ana Waleska P. Mendonça
 Susana Beatriz Sacavino
 Maria da Consolação Lucinda
 Vera Maria F. Candau

Coordenação Editorial

e Supervisão Gráfica
 Adélia M.ª Nehme Simão e Koff

Revisão

Adélia M.ª Nehme Simão e Koff
 Cecilia Botana

Mosaico e Resumos

Silvia Alicia Martínez

Secretaria

Cecilia Botana

Tradução

Cecilia Botana

Administração

Jayme da Silva Corrêa Filho

Projeto Gráfico,

Programação Visual e Capa
 Rodolpho Oliva

Logomarca da Capa

Néstor Sacavino

Impressão - Gráfica Zit

NOVAMERICA

Rua 19 de Fevereiro, 160, Botafogo
 Rio de Janeiro, Brasil CEP: 22280-030
 Tel./Fax: (021) 2542-6244/2295-8033
 E-mail: novamerica@novamerica.org.br
 www.novamerica.org.br

A direção da revista não se responsabiliza pelas
 opiniões disseminadas nos artigos.

Publicação indexada em CLASE

Apoio



Leitor Ativo *Lector Activo*

Participe!

Qual a sua opinião sobre o cinema Latino-Americano?

¿Qué piensa usted del cine Latinoamericano?



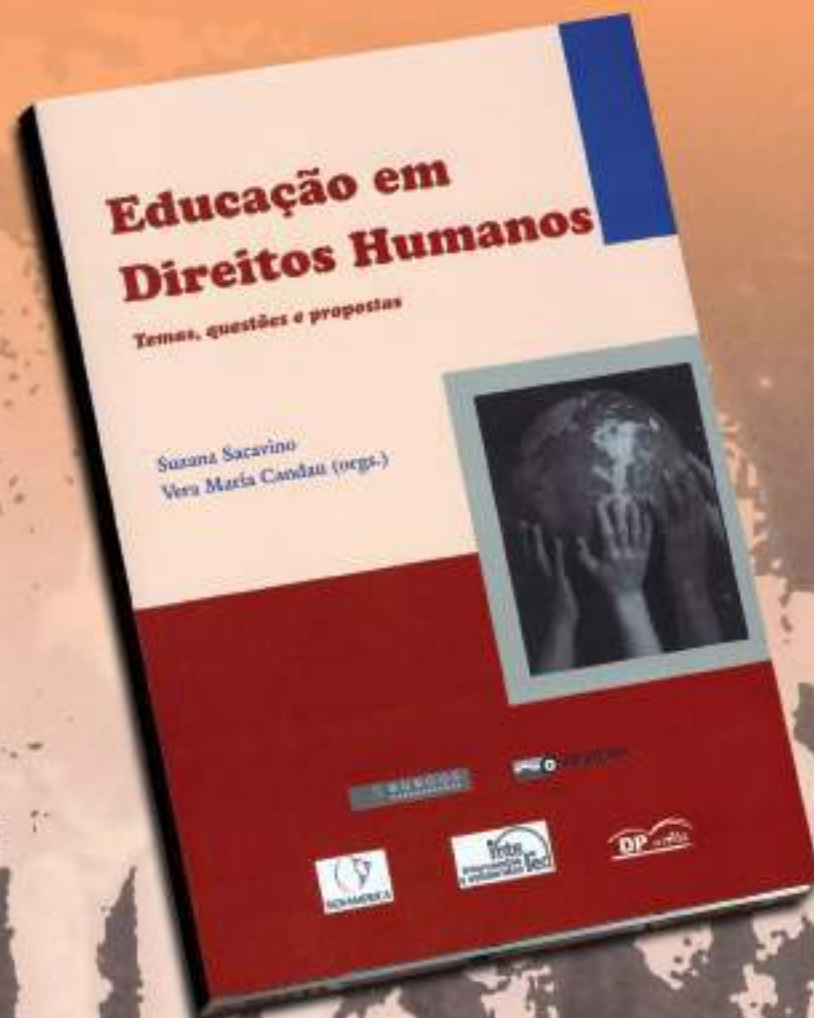
Participe respondiendo en nuestro site
Participe respondendo em nosso site
www.novamerica.org.br

**Você é especial
para a Revista Novamerica.
Queremos estar cada vez
mais próximos de você.**

**Escreva para
revista@novamerica.org.br
atualizando o seu e-mail.**

Lançamento!

Editora Novamerica



Nº 119 - ISSN 0325-6960 NOVAMERICA - Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo CEP: 22280-030 Tel/Fax: (55) (021) 2542-6244 E-mail: novamerica@novamerica.org.br Rio de Janeiro - RJ - Brasil

